

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GEOGRAFIA

PAULO GIOVANE SELAU

**O POTENCIAL TURÍSTICO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA
SERRA E DA SERRA GERAL E A IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES
INFLUENTES AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE PRAIA
GRANDE (SC).**

CRICIÚMA

2011

PAULO GIOVANE SELAU

**O POTENCIAL TURÍSTICO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA
SERRA E DA SERRA GERAL E A IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES
INFLUENTES AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE PRAIA
GRANDE (SC).**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel e licenciado
no curso de Geografia da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (ª) MSc. Yasmine de Moura
da Cunha

CRICIÚMA

2011

PAULO GIOVANE SELAU

**O POTENCIAL TURÍSTICO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA
SERRA E DA SERRA GERAL E A IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES
INFLUENTES AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE PRAIA
GRANDE (SC).**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel e Licenciado, no Curso de
Geografia da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa
em Análise Regional.

Criciúma, 02 de Novembro de 2011.

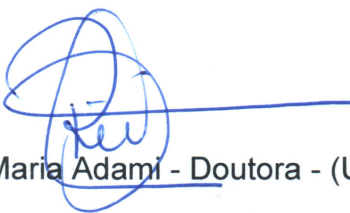
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Yasmine de Moura da Cunha - Mestre - (UNESC) - Orientador



Prof. Adriano de Oliveira Dias - Especialista - (UNESC)



Prof^a. Rose Maria Adami - Doutora - (UNIVALI)

**Dedico este trabalho a minha esposa
Adriana que esteve ao meu lado me dando
força, aos meus pais que sempre me
incentivaram em minhas decisões e aos
meus irmãos(as).**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar que me concedeu o dom da vida. Aos meus pais que me orientaram e apoiaram em minhas decisões. Minha esposa Adriana que me incentivou e foi paciente nos momentos de dificuldade, durante esta caminhada. A todos os meus familiares e amigos em especial o Everaldo e a Rose que contribuíram para que eu pudesse alcançar este objetivo.

Agradeço a professora Yasmine de Moura da Cunha que foi extraordinária durante a orientação deste trabalho. A professora Rose Maria Adami que também contribuiu para elaboração deste trabalho. A todos os meus professores do curso de Geografia, que me transmitiram conhecimento e possibilitaram o meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço aos meus colegas de faculdade e de ônibus que durante esta longa jornada compartilhamos algumas dificuldades e muitos bons momentos.

Agradeço ao meu supervisor Juarez Valdinei Ferreira, que possibilitou realizar o estágio na Prefeitura Municipal de Praia Grande. E a todos os funcionários da Prefeitura Municipal que de alguma maneira contribuíram para realização deste trabalho.

Agradeço aos servidores dos PARNAS Aparados da Serra em especial o chefe Deonir Geolvane Zimmermann, pelo fornecimento de informações e dados.

Agradeço ao meu amigo e sócio Leonardo e aos meus colegas de trabalho da ACEVAM, pela compreensão e apoio durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos que me concederam entrevistas e que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

“Elemento fundamental para um diálogo genuíno é a simetria nas relações. Tratando-se de relações decorrentes de práticas turísticas, podemos dizer que a simetria se dá no reconhecimento e valorização mutua das identidades culturais.”

**Roberto Bartholo; Davis Gruber Sansolo e
Ivan Bursztyn.**

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o potencial turístico dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, com o propósito de identificar os fatores influentes no desenvolvimento turístico no município de Praia Grande (SC). Os atrativos e a infraestrutura turística existentes na área de estudo, representada pelo município de Praia Grande(SC) e pelos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, são apresentados neste trabalho e espacializados em mapas. Juntamente com os atrativos turísticos são apresentados os principais segmentos turísticos existentes na área de estudo. Com o propósito de identificar os fatores estruturais, econômicos e políticos que influenciam no desenvolvimento turístico da área de estudo são apresentados os programas, planos, projetos e leis existentes nas três esferas de gestão pública e que interferem nesta área. A categoria geográfica território é utilizada neste trabalho, devido à temática e as características da área de estudo, cujas territorialidades estão constantemente presente. A análise dos resultados obtidos a partir de dados secundários e de entrevistas com atores estratégicos, permitiu elaborar propostas para o desenvolvimento turístico de forma sustentável da área de estudo.

Palavras-chave: Praia Grande(SC). Parques nacionais. Turismo. Território.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Delimitações das modalidades de turismo no espaço rural	40
Figura 2 – Estrutura de gestão descentralizada do turismo	54
Figura 3 – Localização geográfica da área de estudo.....	67
Figura 4 – Detalhe da área de estudo, evidenciando a sobreposição de territórios dos PARNAS (delineado em verde) e dos municípios de Praia Grande (SC), ressaltado em vermelho, Jacinto Machado (SC) e Cambará do Sul (RS).....	68
Figura 5 – Imagem da área de estudo que abrange a área do município de Praia Grande e as áreas dos PARNAS	70
Figura 6 – Variação da visitação ao PARNA de Aparados da Serra no período de 2004 a 2010	72
Figura 7 – Variação da visitação ao PARNA da Serra Geral no período de 2004 a 2010	72
Figura 8 – Imagem das escarpas da Serra Geral vista da Planície Quaternária seguindo em direção ao município de Praia Grande (SC)	75
Figura 9 – Imagem aérea do cânion do Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra	75
Figura 10 – Vista do relevo suave e ondulado, característico do Planalto dos Campos Gerais, próximo à porção superior do cânion Fortaleza, em Cambará do Sul (RS)..	76
Figura 11 – Trilha do rio do Boi – interior do cânion do Itaimbezinho em Praia Grande (SC).....	88
Figura 12 – Caminha ao longo da trilha do Tigre Preto no interior do cânion Fortaleza, em Jacinto Machado (SC)	88
Figura 13 – Vista dos paredões do cânion Malacara a partir da trilha das piscinas do rio Malacara em Praia Grande (SC)	89
Figura 14 – Piscinas naturais no interior dos cânions	90
Figura 15 – Paisagem ao longo da trilha do Morro do Campestre (potencial), em Praia Grande (SC).....	90
Figura 16 – Vista da trilha do cânion Malacara parte superior, acesso sul (potencial), em Cambará do Sul (RS)	91
Figura 17 – Vista dos paredões e parte superior do cânion Itaimbezinho, em Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS).....	92

Figura 18 – Aspectos do cânion Fortaleza parte superior, em Cambará do Sul (RS)	92
Figura 19 – Trilha da Serra do Cavalinho (potencial), em Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS)	93
Figura 20 – Vista da paisagem a partir da trilha da Pedra Branca, nos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS).....	97
Figura 21 – Cachoeirismo na cachoeira Magia das Águas, em Praia Grande (SC).....	97
Figura 22 – Vista da rua Abel Esteves de Aguiar localizada em antigo caminho de tropeiros e construções antigas, que fazem parte da história do município de Praia Grande (SC)	98
Figura 23 – Praça no centro da cidade e ao fundo a igreja matriz de Praia Grande (SC).....	99
Figura 24 – Representante da associação Quilombola São Roque recebendo grupo de alunos em sua propriedade	100
Figura 25 – Grupo de alunos visitando engenho artesanal de cana de açúcar em propriedade agroecológica.....	101
Figura 26 – Evento “Natal dos Cânions” no centro da cidade, ano de 2010	102
Figura 27 – Centro de informações turísticas na entrada do município de Praia Grande (SC)	105
Figura 28 – Meios de hospedagens no município de Praia Grande (SC)	106
Figura 29 – PIC de acesso ao cânion Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra	108
Figura 30 – Centro de visitantes, junto ao cânion de Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra	108
Figura 31 – Trilha do Cotovelo no cânion Itaimbezinho, PARNA de Aparados da Serra	109
Figura 32 – Mirante na trilha do Cotovelo no cânion Itaimbezinho, PARNA de Aparados da Serra	109
Figura 33 – Comparativo do número mensal de visitantes no PARNA de Aparados da Serra nos anos de 2009 e 2010	120
Figura 34 – Comparativo do número mensal de visitantes no PARNA da Serra Geral nos anos de 2009 e 2010	120

Figura 35 – Percentual das zonas de manejo para os parques nacionais de	
Aparados da Serra e da Serra Geral.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das unidades de conservação de uso sustentável	43
Quadro 2 – Características das unidades de conservação de proteção integral	44
Quadro 3 – Caracterização dos atrativos turísticos dos PARNAS de Aparados da Serra e Serra Geral	85
Quadro 4 – Caracterização dos atrativos turísticos do município de Praia Grande externos aos limites dos PARNAS	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C. – Antes de Cristo

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

CADASTUR – Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CNT - Conselho Nacional de Turismo

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EPAGRI - Empresa de Pesquisas Agropecuárias e de Extensão Rural de Santa Catarina

FORNATUR - Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUOTO - União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PAE - Plano de Ação Emergencial

PARNAS - Parques Nacionais

PDIL - Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina

PIC - Postos de Informação e Controle

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A

SDR - Secretarias de Desenvolvimento Regional

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOL - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte

TOR – Termo de Referência

TRAF - Turismo rural na agricultura familiar

UCs – Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 OBJETIVO GERAL	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
3 TURISMO NOS PARQUES NACIONAIS E ENTORNO: CARACTERIZAÇÃO, POTENCIALIDADES E FATORES INFLUENTES	18
3.1 TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE TURISMO	18
3.2 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE TURISMO.....	22
3.3 INFRAESTRUTURA TURÍSTICA.....	29
3.4 ATRATIVOS E PRODUTOS TURÍSTICOS.....	32
3.5 A MOTIVAÇÃO E A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA	34
3.6 PARQUES NACIONAIS E TURISMO	43
3.7 FATORES POLÍTICO-ECONÔMICOS INFLUENTES NO TURISMO.....	53
4 METODOLOGIA	62
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	66
5.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	66
5.2 IDENTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA DA ÁREA DE ESTUDO	83
5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES ESTRUTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS INFLUENTES NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL E DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE (SC).....	112
5.3.1 Análise das entrevistas.....	112
5.3.2 Análise da legislação, planos, programas e projeto	121
6 CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES	147
APÊNDICE A – Mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo	148
APÊNDICE B – Mapa dos atrativos e infraestrutura turística do perímetro urbano de Praia Grande.....	150
APÊNDICE C – Entrevista com moradores do município de Praia Grande.....	152

APÊNDICE D – Entrevista com visitantes no município de Praia Grande	155
APÊNDICE E – Entrevista com atores do poder público do município de Praia Grande.....	158
APÊNDICE F – Entrevista com os atores dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral.....	162
APÊNDICE G – Entrevista com atores do <i>trade</i> turístico de Praia Grande	165
ANEXOS	168
ANEXO A- Mapa de inserção das áreas estratégicas internas no zoneamento dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral	169
ANEXO B- Mapa de situação fundiária dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral	171

1 INTRODUÇÃO

O turismo representa alternativa geradora de renda e empregos, que cresce a cada ano no Brasil. Os segmentos de turismo alternativo, voltados para os ambientes naturais e que buscam a sustentabilidade das comunidades locais, apresentam-se como promissora atividade econômica. Sob esta ótica, o turismo no interior de parques nacionais e no entorno dos mesmos é visualizado como alternativas viáveis de integração da comunidade e incentivo a preservação ambiental.

Os PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, localizados no extremo sul catarinense e nordeste do Rio Grande do Sul abrigam cânions, rios, cachoeiras, mata nativa entre outros, e por isto são vistos como grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística. O município de Praia Grande localizado no entorno e com parte do território sobreposto pelos PARNAS, considera a atividade turística com alternativa econômica para o município.

Neste contexto, insere-se a área de estudo, compreendida pelo município de Praia Grande e pelos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, que abrangem 37% do território do município de Praia Grande, além de parte dos municípios de Jacinto Machado (SC) e Cambará do Sul (RS).

O presente trabalho objetiva analisar o potencial turístico dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, com o propósito de identificar os fatores influentes no desenvolvimento turístico no município de Praia Grande (SC). Para isto propõe-se a identificar e espacializar os potenciais naturais e a infraestrutura turística dos PARNAS e do município de Praia Grande; identificar os fatores estruturais, econômicos e políticos influentes no desenvolvimento turístico dos PARNAS e consequentemente do município de Praia Grande e propor alternativas estruturais, econômicas e políticas para o desenvolvimento turístico deste município.

Seguindo estes objetivos, o presente trabalho identificou e espacializou os atrativos e a infraestrutura turística da área de estudo; realizou entrevistas com atores estratégicos para o desenvolvimento da atividade turística no município e realizou pesquisa e análise bibliográfica e de documentos científicos e institucionais que discutem o assunto ou que influenciam diretamente na área de estudo, como planos, programas, projetos e leis.

A análise dos resultados possibilitou apresentar os atrativos e a

infraestrutura da área de estudo, bem como sua localização, os principais segmentos turísticos que são representados por estes atrativos e de que forma esta realidade influencia no desenvolvimento da atividade turística de Praia Grande. As entrevistas e análise bibliográfica e de documentos possibilitaram ainda identificar os fatores estruturais, econômicos e políticos que influenciam diretamente no desenvolvimento turístico da área de estudo. Com base na análise dos resultados foram apresentadas propostas consideradas fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística do município.

Devido a realidade espacial na qual se encontra a área de estudo, o presente trabalho utilizou o enfoque territorial, para fundamentar e subsidiar a discussão dos resultados. A categoria geográfica território foi utilizada por ser considerada a que mais apresenta condições de explicar a temática deste trabalho, dada a realidade espacial no qual o mesmo foi realizado.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o potencial turístico dos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, com o propósito de identificar os fatores influentes ao desenvolvimento turístico no município de Praia Grande (SC).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e espacializar os atrativos e a infraestrutura turística dos parques nacionais e do município de Praia Grande.
- Identificar quais os fatores estruturais, econômicos e políticos que impedem o desenvolvimento turístico dos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e do município de Praia Grande.
- Propor alternativas estruturais, econômicas e políticas para o desenvolvimento turístico do município de Praia Grande.

3 TURISMO NOS PARQUES NACIONAIS E ENTORNO: CARACTERIZAÇÃO, POTENCIALIDADES E FATORES INFLUENTES

A amplitude da temática turística, decorrente de seus aspectos socioeconômico, político e cultural, conduz à abordagem de sua conceituação, da caracterização de sua infraestrutura e de suas potencialidades, seus atrativos e produtos turísticos, da motivação e segmentação turística e do turismo voltado aos parques nacionais e entorno. Na inter-relação entre turismo e Geografia a abordagem fundamenta-se na categoria espacial do território.

3.1 TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE TURISMO

Ao estudar determinado tema, cabe ao autor apoiar-se em análises teóricas que estejam relacionadas e que sejam capazes de explicar a temática proposta no estudo. Nos estudos da Geografia é importante ter como referência a dimensão espacial - representada por suas diversas categorias espaciais -, na qual ocorrem as relações sociais (CABRAL, 2007).

Cabral (2007) salienta que a dimensão espacial não é um objeto de estudo exclusivo da Geografia, mas é abordado sobre diferentes perspectivas por diversas outras ciências sociais como a história, a sociologia, a antropologia, a economia etc. De acordo com o autor é comum em trabalhos das ciências sociais, as categorias espaciais serem utilizadas de forma superficiais e genéricas, ou mesmo como sinônimos. Compete à Geografia reconhecer e utilizar cada categoria para “[...] identificar e interpretar dimensões mais ou menos distintas da realidade socioespacial” (CABRAL, 2007, p. 142).

Por não se tratar do objeto deste estudo, não cabe aqui aprofundar-se e apresentar definições para as categorias espaciais da Geografia. Dentre as categorias espaciais lugar, paisagem, região e território, as quais apresentam diferentes níveis de abstração e formas de analisar o espaço geográfico (SANTOS, 1999; SUERTEGARAY, 2000 apud CABRAL, 2007), a categoria território receberá maior atenção, por ser a que mais apresenta relações e condições de explicar a temática deste trabalho.

De acordo com Souza (1995), o “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), que

são exercidas sobre determinado espaço geográfico. Segundo o autor o poder representa a habilidade que o ser humano tem de agir, pertencendo sempre a um grupo de pessoas que agem e em comum acordo. As “estratégias utilizadas para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar esse poder” (GOMES, 2002 apud CABRAL, 2007, p. 152) seriam a territorialidade.

O “espaço geográfico”, no qual são exercidas as relações de poder que configuram o território, é definido a partir de três características:

I) é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; II) compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; III) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência. (GOMES, 2002 apud CABRAL, 2007, p. 144).

De acordo com Cabral (2007), para o geógrafo por ele citado “[...] a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentos” (GOMES, 2002, p. 290 apud CABRAL, 2007, p. 145).

Ainda na busca pela definição de espaço geográfico, Cabral (2007), apoia-se em Santos (1999), que pressupõe que “[...] o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1999, p. 18 apud CABRAL, 2007, p. 145). De acordo com Cabral (2007), o espaço geográfico é o resultado das relações entre sistemas de objetos e ações, tornando-se necessário analisar o todo, de forma inseparável. O autor complementa que uma Geografia preocupada em apenas um determinado tipo de objeto ou dada classe de ações “[...] não seria capaz de dar conta da realidade que é total e jamais é homogênea” (SANTOS, 1999, p. 78 apud CABRAL, 2007, p. 147).

Conforme demonstram os autores, “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1999, p. 88 apud CABRAL, 2007, p. 147). E principalmente, o espaço geográfico deve ser compreendido como algo que participa da condição do social e do físico, um misto, um híbrido (CABRAL, 2007).

Segundo Souza (1995) é comum restringir o conceito de território a escalas maiores, como território de um país. Mas conforme o autor, este conceito, assim como o poder, está presente em todos os espaços de relações sociais, que pode ser desde uma rua até um conjunto de países membros de uma organização internacional. Os territórios, de acordo com o mesmo autor, não apresentam

dimensão espacial e temporal fixa, podendo variar quanto a tamanho e espaço, por exemplo, onde hoje é um território amanhã pode não ser mais, ou ainda apresentarem caráter cíclico, com mudança de área ao longo do tempo.

Para Souza (1995), o “território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, p. 97). Neste contexto o autor apresenta casos em que ocorre a apropriação de vários territórios pelo mesmo agente em casos de articulação em redes territoriais. Souza (1995), ainda salienta que territórios de tamanhos variados podem sobrepor-se, ocorrendo conflitos devido aos interesses contraditórios dos agentes territoriais. Trata-se de territorialidades resultantes da convivência de diferentes agentes, ocupando um determinado espaço físico ao mesmo tempo (CABRAL, 2007).

Haesbaert (1999) afirma que em todo território existe algum tipo de “identificação e valorização simbólica do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172). Segundo o mesmo autor este sentimento de apropriação por parte dos agentes sociais representa a identidade territorial.

Em se tratando de territórios, a atividade turística apresenta grande contribuição no desenvolvimento territorial. De acordo com Cruz (2003), o espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo, necessitando-se que o consumidor-turista, se desloque até o produto a ser consumido, o “lugar turístico”. Segundo a autora, esta característica possibilita ao turismo gerar transformações diretas em três porções do espaço geográfico: “sobre os pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas” (CRUZ, 2003, p. 21).

Estas transformações exercidas pelo turismo sobre determinadas porções do espaço geográfico, contribui para a re-organização territorial, a partir da atividade turística. Segundo Cruz (2003), o turismo introduz no espaço objetos que permitem o desenvolvimento da atividade (meios de hospedagem, restaurantes, equipamentos de lazer, agências entre outros), e absorve objetos pré-existentes em dado espaço, alterando o significado destes para atender a demanda de uso turístico (rodovias, postos de combustível, farmácias, supermercados, igrejas, bancas de jornal entre outros). Estas transformações ocorrem nas três porções do espaço geográfico, mas de acordo com a autora é nos núcleos receptores de turistas que se apresentam as maiores mudanças.

Segundo Santos e Pires (2010), a atividade turística pode gerar diversos benefícios a determinados territórios, como o aumento de empregos, a melhoria dos rendimentos e a diversificação do comércio e dos serviços. Por outro lado, a falta de “[...] planejamento pode trazer efeitos maléficos à localidade, resultando na degradação da paisagem natural e construída, prejudicando a qualidade de vida da população local” (ANDRADE; VIEIRA, 2003 apud SANTOS; PIRES, 2010, p. 84).

Geiger (1999) chama a atenção para os conflitos de territorialidade entre moradores e turistas. De acordo com o autor, quando os turistas passam por um determinado território se apropriam temporariamente deste, o qual pertence a pessoas que vivem ali, gerando conflitos oriundos das diferenças de territorialidade. Segundo o mesmo autor, trata-se de um conflito de territorialidade entre “nômades” e “sedentários”, apesar de que os “nômades” também possuem práticas sedentárias e os “sedentários” práticas nômades. Este conflito pode ser traduzido pela mudança no cotidiano dos residentes em função do movimento de turistas (CRUZ, 2003), pela pressão inflacionária, devido ao poder aquisitivo maior dos turistas que fazem com que os preços aumentem (SANTOS; PIRES, 2010), entre outros.

De acordo com Faria (2009), os impactos do turismo sobre o território e comunidades poderão ocorrer de duas formas.

Indesejável: Promovida por planejamento turístico que ignora a identidade étnica e territorial, bem como as territorialidades, resultando na despersonalização do lugar, descaracterização da cultura sob a influência dos fatores da globalização nos territórios e no turismo sem território;
Desejável: Quando considera a cultura, a identidade do lugar e do território para fins de intercâmbio de conhecimentos (FARIA, 2009, p. 274 – 275).

Conforme apresenta o autor é primordial que o desenvolvimento da atividade turística ocorra de forma planejada e levando em consideração a identidade territorial e as territorialidades. Em alguns casos este planejamento não acontece, pois de acordo com Cruz (2003), os territórios turísticos podem ter agentes criadores ou transformadores os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais.

No caso do município de Praia Grande(SC), de acordo com Kinker (2002 apud NUNES, 2008), a atividade turística tem crescido e gerado um aumento na demanda de serviços e produtos turísticos, impulsionada pelos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Nunes (2008), ainda ressalta a importância do planejamento turístico integrando e orientando as várias partes interessadas,

considerando que é na comunidade de entorno das unidades de conservação que o visitante vai encontrar grande parte da infraestrutura e serviços necessários.

Em se tratando da atividade turística no interior e entorno de parques nacionais, apresenta-se forte conflito de territorialidade. Uma vez que os parques nacionais representam sobreposição de território, da unidade de conservação sobre os municípios, em áreas que já eram anteriormente ocupadas por agricultores e quilombolas (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2009), estes conflitos de territorialidade acompanham as unidades de conservação, desde sua criação. Com a atividade turística, estes conflitos se intensificam, quando os atrativos turísticos de determinado território turístico, estão localizados em grande parte no interior destas unidades de conservação e encontram restrições para seu uso¹.

Considerando o tema abordado neste estudo, bem como a área de estudo propriamente dita, e buscando apresentar um enfoque geográfico para o trabalho. Acredita-se que a categoria espacial território, seja a mais adequada e a que mais possui condições de subsidiar e explicar a temática proposta.

3.2 DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE TURISMO

A população humana tem como característica o deslocamento pelas mais diversas partes do planeta, segundo diferentes objetivos. Esta movimentação é o objeto principal de estudo do turismo e motivo de discussão de pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

A palavra turismo gera controvérsias quanto a sua origem. Alguns autores, como Andrade (2002), Oliveira (2001) e Barretto (1998) consideram a sua origem a partir do radical *tour*, do latim *tornare*, que significa *volta*. Por sua vez, a palavra *tour* tem seu equivalente *turn* no inglês (ANDRADE, 2002; BARRETTO, 1998; OLIVEIRA, 2001).

Antonio P. Oliveira professor de turismo e autor do livro *“Turismo e Desenvolvimento, Planejamento e Organização”*, faz um relato histórico do turismo e

¹ A pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), com a cadeia produtiva do turismo na região dos PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, através do projeto “Parques da Copa”, apontou que: 32% dos entrevistados consideram as restrições do ICMBIO o maior problema do turismo na região; os 12 primeiros atrativos mais comercializados encontram-se no interior das Unidades de Conservação (ABETA, 2011a).

afirma que as palavras *tourism* e *tourist* são de origem inglesa e aparecem em documentos na Inglaterra, datados de 1760. O autor cita Arthur Haulot que considera a possibilidade da palavra *tur* ter sua origem no hebreu antigo *tur*, que significa “[...] viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento” (OLIVEIRA, 2001, p. 17), ou seja, a palavra turismo teria origem mais antiga que do latim. O autor citado utilizou como base textos bíblicos que narram o envio de representantes de Moisés ao país de Canaã, com o objetivo de visitá-lo e informá-lo a respeito das condições topográficas, demográficas e agrícolas do local.

Andrade (2002) também se apoia em textos bíblicos para afirmar que a origem do termo turismo é do hebraico antigo, *tour*, que designa “[...] viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento” (ANDRADE, 2002, p. 31). De acordo com o autor, a palavra *tour* é muito anterior ao termo *tornus* de origem do latim.

A atividade turística é mais antiga que a própria expressão *turismo*. Isto pode ser exemplificado, de acordo com Oliveira (2001), nos primeiros Jogos Olímpicos ocorridos em 776 a.C.. Esta atividade, para o autor, tratava-se de turismo e, tempos depois, a atividade se intensificou com as viagens motivadas pelas descobertas das propriedades de cura das águas minerais.

Além da origem da palavra turismo gerar discussões, o conceito de turismo também é tratado por alguns autores de modo diferenciado. No que diz respeito ao campo de estudo do turismo, Dencker (2000) afirma que este está em formação e não apresenta uma área específica do conhecimento, mas depende de diversas outras ciências. Para a autora, existem muitas disciplinas que abordam a questão turismo e “o turismo não se constitui em um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria” (DENCKER, 2000, p. 27). É formado por diversas áreas acadêmicas, concluindo-se que uma das principais características do turismo é multidisciplinaridade.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), segundo Dencker (2000), afirma que no estudo do turismo são empregados referenciais teóricos das disciplinas de Psicologia, Antropologia, Sociologia, Economia, Administração, Geografia, Direito, Educação, Estatística, Novas Tecnologias e Ecologia. Podem ser incluídas ainda outras áreas, como a Arquitetura e a Engenharia. Apesar da multidisciplinaridade, a OMT considera que existem deficiências limitantes ao desenvolvimento do conhecimento turístico, como o fato dos pesquisadores

trabalharem apenas dentro dos limites de suas disciplinas e a investigação ser parcelada e atomizada.

Por receber contribuição de tantas áreas do conhecimento, a definição de turismo, segundo Beni (2002), é debatida por diversos autores e considerada inacabada ou em processo de construção. O autor afirma que há tantas definições de turismo quanto autores que tratam do assunto:

[...] quanto maior o número de pesquisadores que se preocupam em estudá-lo, tanto mais evidentes se apresentarão a amplitude e a extensão do fenômeno do turismo e tanto mais insuficientes e imprecisas serão as definições existentes (BENI, 2002, p. 36).

A dificuldade em encontrar uma definição de turismo com unanimidade entre os estudiosos desta área está relacionada à dinamicidade das sociedades, transformando o significado do que se habituou a chamar de turismo (CRUZ, 2003). Para a autora, antes de mais nada o turismo é uma prática social, que ao longo da história muda seu sentido e “[...] cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável” (CRUZ, 2003, p. 4).

A conceituação mais antiga para turismo, de acordo com Oliveira (2001), pertence ao economista austríaco Herman von Schullard. Shullard, em 1910, definiu turismo como “a soma das operações, especialmente econômica, diretamente relacionadas com a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

A partir deste período, segundo Barretto (1998), muitas foram as definições de turismo. Beni (2002) atribui a grande variedade de conceitos ao fato do turismo encontrar-se ligado a quase todos os setores da atividade social humana e que não se pode dizer que esse ou aquele é errôneo ou inadequado. De acordo com o autor, por se tratar de um fenômeno que ocorre em distintos campos de estudo, explicado conforme diferentes correntes de pensamento, o conceito de turismo não pode ficar limitado a uma simples definição.

Barretto (1998), citando Burkart e Medlik (1974), complementa que o turismo é a mistura de fenômenos e relações formados pelo movimento de pessoas e sua permanência nos destinos turísticos, o que caracteriza o turismo em dois elementos, um dinâmico – a viagem – e um estático – a estada.

Atualmente a definição oficial da OMT considera turismo como as atividades realizadas pelas pessoas “[...] durante viagens e estadas em lugares

diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2010c, p. 4).

Pela análise dos autores pesquisados, percebe-se que as definições de turismo estão embasadas em um elemento principal que seria o deslocamento, mas divergem em relação à motivação desse deslocamento.

Barretto (1998) e Cruz (2003) consideram que a motivação para o deslocamento turístico deve ser voluntária e\ou por livre escolha, sem o objetivo de caráter lucrativo. A motivação para as visitas turísticas, segundo Barretto (1998), obedece a razões próprias e íntimas das pessoas que visitam determinado local. A autora usa como referência a definição de turismo do mexicano Oscar de La Torre (1992). Este autor considera o turismo um fenômeno social, o qual consiste no deslocamento voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas, que saem de seu local de residência habitual para outro, tendo como motivos fundamentais a recreação, descanso, cultura, ou saúde e não devem exercer nenhuma atividade lucrativa nem remunerada.

Cruz (2003) não concorda com a ideia de que toda viagem seria turismo, independente da motivação do deslocamento, como sugere a definição formal de turismo da OMT, que considera viagem e turismo como sinônimos, abarcando nas estatísticas turísticas todos os indivíduos que viajam, independente do motivo. A autora salienta que existe um paradoxo entre a definição da OMT e a prática, pois “a lógica que orienta a organização dos espaços para o turismo é a do lazer” e não apenas a do deslocamento, visto que “o turismo de lazer se apropria dos espaços e os (re)organiza” (CRUZ, 2003, p. 5). Esta apropriação e reorganização de determinado espaço diferencia o turismo de lazer das outras modalidades de viagem. A autora exemplifica o caso de pessoas que se deslocam de determinado lugar por motivo de saúde, que pela OMT seria considerado turismo e, no entanto, não envolve nenhum momento de lazer.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Cruz (2003), Barretto (1998) também considera que viagem e turismo não são sinônimos. Os autores consideram que o turismo inclui a viagem apenas como parte da atividade turística, “havendo muitas viagens que não são turismo” (BARRETTO, 1998, p. 13), como por exemplo, as viagens de negócios, estudos, entre outras, cuja principal motivação não é o lazer. Segundo Barreto (1998), o grande elemento das definições de turismo está no fato da viagem ser por livre e espontânea vontade, em que a pessoa procura apenas

prazer. Desta forma, a pessoa que viaja por objetivos relacionados a negócios, tem finalidade lucrativa, está a trabalho e não por vontade própria, o que na visão da autora não é considerado turismo.

Assim como existe uma discussão conceitual entre os pesquisadores sobre viagem e turismo, da mesma forma contesta-se as definições de turista e excursionista. Desde os anos de 1930, as organizações governamentais e empresas de turismo buscam uma definição de turista, com o objetivo de caracterizar e controlar o tamanho do mercado turístico (BENI, 2002). Em 1937, a Comissão de Estatísticas da Liga das Nações definiu como turista “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, vinte e quatro horas” (BENI, 2002, p 35).

A Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, patrocinada pelas Nações Unidas e realizada no ano de 1963 em Roma, recomendou, para fins estatísticos internacionais, definições específicas para “visitante” e “turista”. O uso do termo ‘visitante’ se aplica “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência, por qualquer motivo, e que nele não venha a exercer ocupação remunerada” (BENI, 2002, p 35). Esta definição foi aprovada em 1968 pela OMT, na época denominada de União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO), que passou a incentivar os países a adotá-la. Por sua vez, os visitantes são classificados em turistas e excursionistas pela OMT (BENI, 2002; BARRETTO, 1998), ou seja, o turista é considerado por Barretto (1998), como um tipo de visitante.

Beni (2002) apresenta a classificação técnica de turistas e excursionistas e considera que os turistas são os visitantes que “permanecem pelo menos vinte e quatro horas [...]” (BENI, 2002, p.35) no país visitado, com a finalidade de buscar lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), a negócios, visitar a família e participar de conferências. Os excursionistas, por sua vez são os visitantes que viajam pelos mesmos objetivos, porém permanecem menos de vinte e quatro horas no país visitado (BENI, 2002).

Barretto (1998) chama atenção para o fato de que, de acordo com esta classificação, a pessoa que permanecer menos de vinte quatro horas em um país é considerada excursionista, mesmo que esteja viajando a mais de vinte quatro horas fora de sua residência. Para Andrade (2002), este é um critério internacional que tem nítidas finalidades aduaneiras e estatísticas e não faz sentido adotar o mesmo

critério para mensurar correntes turísticas nacionais. De acordo com o autor, turista é toda pessoa que viaja livre e espontaneamente para fora do local de sua residência habitual “[...] a fim de exercer ações que, por sua natureza e pelo conjunto das relações delas decorrentes, classificam-se em algum dos tipos, das modalidades e das formas de turismo” (ANDRADE, 2002, p. 43). O excursionista trata-se da pessoa que viaja para local que não seja sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades do turista, mas sem pernoitar, permanecendo, portanto, menos de vinte e quatro horas na localidade visitada (ANDRADE, 2002).

O turismo, por sua vez, pode ser classificado em diferentes modalidades e por diversos critérios, que podem variar de acordo com os autores, que ao longo das últimas três décadas estudam o fenômeno turístico (BARRETTO, 1998). Andrade (2002) utiliza diferentes critérios para explicar as modalidades de turismo. Para o turismo interno e externo, o autor considera o critério político administrativo. O critério social é utilizado para classificar o turismo em receptivo e intermediário. E, para classificar o turismo quantitativo, o autor utilizou o critério econômico.

O turismo interno é o conjunto de atividades de natureza turísticas, especializadas de modo parcial ou pleno por habitantes de determinado país, que viajam e usufruem dos serviços e bens turísticos, sem deixar o território nacional, podendo também ser denominado de turismo doméstico ou turismo nacional. O turismo externo, também denominado turismo internacional, é representado pelo conjunto de atividades realizadas por cidadãos que viajam além do território do país, utilizando-se de bens e serviços turísticos (ANDRADE, 2002).

Barretto (1998) apresenta uma definição complementar para turismo nacional e internacional. De acordo com a autora quando o turismo é realizado dentro das próprias fronteiras de um país é denominado “[...] turismo nacional interno e quando os turistas saem do país, é nacional externo” (BARRETTO, 1998, p. 17 – 18). Entretanto, quando pessoas estrangeiras entram em um determinado país, a autora considera, turismo estrangeiro. Baseando-se em critério territorial, a autora considera turismo internacional quando pessoas atravessam uma ou várias fronteiras, neste caso “[...] a denominação aplica-se tanto aos turistas nacionais quanto aos estrangeiros” (BARRETTO, 1998, p. 18).

O critério social foi utilizado por Andrade (2002) para classificar o turismo em receptivo e intermediário. Entretanto, o autor considera o complexo de bens e serviços utilizados para o exercício das relações e atividade turísticas, como turismo

receptivo apenas quando o núcleo emissor for um país estrangeiro. Para o autor, o turismo intermediário ocorre quando os visitantes hospedam-se e realizam atividades turísticas em local, região ou país, com objetivo de dar prosseguimento à viagem.

Nesta mesma linha de pensamento, Barretto (1998) apresenta a classificação de turismo em emissivo e receptivo. Como turismo emissivo, a autora considera aquele que “envia turistas para fora do local e receptivo aquele que “recebe os turistas vindos de fora” (BARRETTO, 1998, p. 17). De acordo com Oscar de La Torre (s/d apud BARRETTO, 1998), o turismo emissivo é economicamente passivo e não traz dividendo para o núcleo emissor (país ou cidade), enquanto o turismo receptivo pode ativar a economia local. No entanto, para o espanhol J. I. Arrillaga (s/d apud BARRETTO, 1998), quando o turista sai de seu local de residência ele influencia nos serviços de turismo do núcleo emissor e, portanto, também é ativo.

Seguindo a classificação proposta por Andrade (2002), no turismo quantitativo, o autor utilizou o critério econômico, subdividindo-o em turismo de massa e turismo das elites e minorias. O turismo de massa é representado pelas classes médias assalariadas e empresários de pequeno e médio porte, que em função de suas condições financeiras buscam bens e serviços turísticos que estejam mais acessíveis com esta classe social. Evidentemente este grupo de pessoas é maioria entre o público turístico e por isto é considerado turismo de massa. Enquanto o turismo de elite e das minorias é caracterizado pelo maior conforto nas programações e dos serviços, elevando os gastos e selecionando o público.

De acordo com Cruz (2003), o turismo de massa é uma forma de organização do turismo que barateia os custos da viagem, por meio da interligação entre o agenciamento, transporte e a hospedagem. Estes serviços possibilitam que maior número de pessoas viaje. A autora ainda apresenta a modalidade de turismo alternativo em contraponto ao turismo de massa. Esta modalidade é representada pelo turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo, entre outros voltados para os espaços naturais e que exigem uma infraestrutura mais restrita. Vale lembrar que esta infraestrutura não dispensa sofisticação, em alguns casos apresentam tanto luxo quanto hotéis urbanos. É importante salientar ainda que o turismo alternativo não representa uma alternativa ao turismo de massa no sentido de substituí-lo, pois

se todas as pessoas decidirem optar por este turismo, o mesmo será massificado (CRUZ, 2003).

O turismo alternativo é considerado por Fennell (2002), como agente para o desenvolvimento apropriado e de longo prazo. Enquanto o turismo de massa representa a perturbação ecológica e sociológica, com grandes impactos negativos. De acordo com Krippendorf (1982 apud FENNELL, 2002), o turismo alternativo apresenta enfoque oposto ao turismo de massa. Busca garantir que as políticas de turismo enfatizem a demanda por um ambiente preservado e considerem as necessidades das populações locais e não se concentrem apenas nas questões econômicas.

3.3 INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

A atividade turística apresenta uma especificidade muito importante, que é o fato do consumidor ter que se deslocar até o produto a ser consumido (CRUZ, 2003; OLIVEIRA, 2001). Conforme Cruz (2003), em virtude desta característica o turismo produz transformações em três porções do espaço geográfico: nos pólos emissores de fluxos, nos espaços de deslocamentos e nos núcleos receptores.

De acordo com Cruz (2003), nos territórios emissores de fluxos turísticos, as transformações podem ocorrer pela implantação de infraestruturas voltadas para o turismo, mudança de significado de infraestruturas já existentes e transformação no ritmo cotidiano desses locais, gerando emprego e renda. Segundo a autora, estas transformações podem ser representadas pelo surgimento e aumento de agências e operadores de viagem e a necessidade e uso de rodoviárias, aeroportos e estradas para o deslocamento dos turistas.

Com relação aos deslocamentos o “turismo não apenas se apropria da infraestrutura preexistente em dado território, mas também pode criar seus espaços de deslocamento” (CRUZ, 2003, p. 24). De acordo com Cruz (2003), ao longo das rodovias são criados diversos serviços de hospedagem, alimentação, lojas de artesanato, entre outros que atendem o público em geral. A existência de outros serviços, como por exemplo, “lojas de artesanato local, de *souvenirs* e infraestruturas de lazer, colocados as margens das rodovias, podem indicar a existência de alguma demanda turística nesses lugares” (CRUZ, 2003, p. 24).

Segundo Cruz (2003), na década de 1990, ocorreu no Brasil a construção de rodovias com o objetivo do deslocamento turístico, das quais podem ser citadas, Linha Verde (Bahia) e Costa do Sol Poente (Ceará). A autora ainda apresenta casos, em que a estrada é a principal motivação para o deslocamento, como exemplo, a Serra da Graciosa no Paraná e a Rota 66 nos Estados Unidos. Enquanto outros espaços de deslocamentos podem inibir o fluxo de visitantes, em casos de estradas mal conservadas e mal sinalizadas, que apresentam perigo a quem por ela transita.

Mas é nos territórios receptores, que de acordo com Cruz (2003), ocorrem a maior gama de transformações socioespaciais impostas pelo turismo. De acordo com a autora, nestes territórios são implantadas ou apropriadas infraestruturas de acessibilidade como aeroportos e rodoviárias e infraestruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral. Segundo Cruz (2003), “o que o turismo faz nos núcleos receptores é impor sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer), as lógicas preexistentes” (CRUZ, 2003, p. 25). Nesta lógica, o turismo cria objetos, mas também se apropria de objetos preexistentes como, praias, rios, montanhas, patrimônio histórico entre outros, atribuindo-lhe novos significados (CRUZ, 2003).

Dentre a infraestrutura implantada ou apropriada pelo turismo nos territórios turísticos, Barreto (1998) denomina de infraestrutura turística a soma de: “infraestrutura de acesso, infraestrutura básica urbana, equipamentos turísticos e equipamentos de apoio” (BARRETO, 1998, p. 39).

De acordo com a classificação de Barreto (1998), a infraestrutura de acesso trata-se das estradas, aeroportos, portos, rodoviárias e estações de trem. Enquanto a infraestrutura básica urbana é representada pelas ruas, sarjetas, iluminação pública, entre outros.

Com relação aos equipamentos turísticos, Barreto (1998), considera as construções que permitem a prestação dos serviços turísticos, e são representados pelos alojamentos nos núcleos receptores, agências nos núcleos emissores, transportadoras entre outros. Ainda com relação aos equipamentos e serviços turísticos, Oliveira (2001), contribui considerando-os, como o “conjunto de edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística” (OLIVEIRA, 2001, p. 64). Este conjunto é constituído pelos meios de

hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações e outros serviços voltados para o atendimento aos turistas (OLIVEIRA, 2001).

Quanto aos equipamentos de apoio, Barreto (1998), considera-os como as instalações que não são exclusivamente turísticas, mas que permitem a prestação de serviços turísticos e que são quase indispensáveis para o desenvolvimento da atividade. Estes são representados pelo atendimento médico-hospitalar, postos de gasolina, rede de entretenimento, entre outros.

Os serviços turísticos são definidos por Barreto (1998), por aqueles prestados exclusivamente para os turistas e que vivem do turismo. Como serviços de guias ou aqueles prestados dentro dos equipamentos turísticos (serviço de hotelaria, de agenciamento, de transporte entre outros).

Conforme apresentado pelos autores, o conjunto dos itens relacionados acima representa a infraestrutura turística de determinado território turístico. É importante ressaltar que esta infraestrutura apresenta diferenças de um território para outro, no que diz respeito à densidade, qualidade e aspectos naturais e culturais, relacionados aos tipos de turismo.

Cruz (2003) chama a atenção para infraestrutura turística localizada no interior das Unidades de Conservação (UCs), em especial nos Parques Nacionais (PARNAS). De acordo com a autora, a infraestrutura destes locais é representada principalmente por trilhas sinalizadas com placas interpretativas, bancos e mesas de madeira, áreas de *camping*, aviários, orquidários entre outros. Tais objetos seguem critérios como menor impacto visual possível, buscando estar em harmonia com o ambiente natural. Segundo a autora, ainda há casos em que o local possui apenas algumas poucas placas informativas, não disponibilizando de infraestrutura de apoio ao visitante.

Nestes territórios turísticos, grande parte da infraestrutura turística está nos municípios de entorno das unidades de conservação, conforme resalta Nunes (2008). E, segundo Cruz (2003), parte da infraestrutura que permite a acessibilidade dos turistas a estes territórios, como aeroportos, estão localizados nos centros urbanos mais próximos.

3.4 ATRATIVOS E PRODUTOS TURÍSTICOS

Conforme ressalta Oliveira (2001), o turismo, assim como outro setor econômico, para ser comercializado precisa apresentar produtos a serem consumidos. A diferença, conforme apresentado anteriormente por Cruz (2003) e Oliveira (2001), é que no turismo o consumidor é quem se desloca até o produto a ser consumido.

O Ministério do Turismo (MTur) apresenta como definição para produto “tudo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer uma necessidade ou desejo dos consumidores” (KOTLER; KELLER, 2006 apud BRASIL, 2010d, p. 21). Portanto, o produto deve ser entendido como a solução para o problema dos clientes, e pode ser representado, por meio de bens físicos, serviços, experiências, eventos, pessoas, organizações, informações ou ideias (BRASIL, 2010d).

Do ponto de vista turístico, o produto é composto pelo “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, 2010d, p. 24). Oliveira (2001), acrescenta que a região turística que oferecer a maior variedade de produtos, com melhores preços e serviços, se sobressairá na concorrência.

O atrativo turístico, fundamental na composição do produto turístico, é representado por tudo aquilo que atrai, desperta interesse e motiva o deslocamento de grupos pessoas para conhecê-los (BARRETO, 1998; BENI, 2002; OLIVEIRA, 2001). Cruz (2003), ressalta que os atrativos turísticos estão intimamente relacionados às questões culturais, e portanto, o que é atrativo para um grupo de pessoas, pode não ser para outras, ou ainda, o que é considerado atrativo hoje, pode não ser no futuro.

Barreto (1998), considera atrativos e recursos turísticos, como sendo sinônimos. De acordo com a autora, estes são “a matéria-prima com a qual se pode planejar o turismo em determinado local” (Barreto, 1998, p. 37), e se dividem em naturais e culturais.

Para Beni (2002), os atrativos naturais são aqueles elementos da natureza que por seu grau de peculiaridade ou beleza motivam as pessoas a sair de seus domicílios para visitá-los. Barreto (1998) apresenta como atrativos naturais, locais que não sofreram intervenção humana, como florestas, acidentes geográficos,

formações rochosas entre outros. A autora salienta que é difícil encontrar recursos naturais em estado puro, tendo em vista que os turistas necessitam de estruturas que ofereçam conforto semelhante aos da vida urbana. Como exemplo, a autora cita as Cataratas do Iguaçu, que tem na floresta e nas quedas de água o atrativo natural, e ao mesmo tempo, existem estruturas de mirantes, vias de acesso, lanchonetes, lojas entre outros, construídas para oferecer conforto aos turistas.

Tomando como base a definição dos autores acima para atrativos naturais, consideram-se atrativos culturais tudo aquilo que sofreu intervenção humana, capaz de atrair e provocar o deslocamento de pessoas. Beni (2002), considera espaço cultural, toda a parte da superfície terrestre que teve sua fisionomia original alterada pela ação humana. De acordo com autor, “recursos turísticos culturais, são os produtos diretos das manifestações culturais” (BENI, 2002, p.86). O Ministério do Turismo considera atrativos culturais bens do patrimônio cultural e suas formas de expressão, bem como seu contexto histórico e sócio-cultural, representando a identidade, essência e elementos característicos da localidade turística (BRASIL, 2010e).

Buscando apresentar todos os atrativos turísticos, que por sua vez, motivam o deslocamento de grupos de pessoas para conhecê-los, Beni (2002), apresenta os: naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

Conforme relatado anteriormente, o produto turístico é o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Sendo assim, os atrativos turísticos, por si só, não asseguram a circulação de fluxos turísticos, podendo representar apenas potencial para determinado território. O potencial turístico, pode ser representado pela possibilidade de destinar um uso diferente a determinado território, ainda não existente no presente (BENI, 2002), ou que não é usado em sua capacidade total. Como exemplo, é possível citar, um cânion ou uma montanha, que representa um atrativo natural para determinados segmentos turísticos, mas que no momento não está adequado e não é comercializado como produto turístico.

Ainda com relação as potencialidades turísticas, Araújo (2010), compreende como um “conjunto de características próprias dos lugares, territórios e regiões que, estão disponíveis e podem transformar-se em produto turístico” (ARAÚJO, 2010, p. 4). Potencial turístico, é portanto, aquilo que é favorável ao

desenvolvimento da atividade turística de determinado território (CORIOLANO, 2003 apud ARAÚJO, 2010).

Portanto, os atrativos turísticos, juntamente com os equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, ofertados de forma organizada e por determinado preço, representam um produto turístico de determinado território (BRASIL, 2010d). O produto turístico, é portanto, aquilo que o consumidor-turista, adquire por determinado valor.

Para criar e comercializar um produto turístico é necessário levar em consideração os atrativos e características do território, identificando qual segmento turístico se enquadra, qual o perfil do público a quem se pretende comercializar este produto, quais as necessidades e expectativas do público consumidor e qual imagem os turistas tem deste destino (BRASIL, 2010d). Para isto, é necessário, portanto, realizar a segmentação turística, identificando os segmentos turísticos que o território apresenta condições de trabalhar, bem como a demanda turística.

3.5 A MOTIVAÇÃO E A SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA

Os deslocamentos turísticos estão ligados às motivações que os indivíduos sentem de viajar. As principais motivações que levam os indivíduos às práticas do lazer e do turismo, segundo Andrade (2002), são o desejo ou a necessidade de evasão, o espírito de aventura, a aquisição de status, a necessidade de tranquilidade, o desejo ou necessidade cultural, o desejo ou necessidade de compra. Arrillaga (s/d apud BARRETTO, 1998) considera que as motivações fundamentais obedecem além das necessidades de evasão, às necessidades de descanso e terapêuticas. Em consonância com Andrade (2002), Barreto (1998) considera as motivações como as causas subjetivas que fazem com que o turista decida sua viagem.

Segundo o Ministério do Turismo, a motivação é um dos aspectos que devem ser considerados para caracterização da demanda turística dos destinos turísticos (BRASIL, 2010c). Para oferecer um produto turístico de qualidade e de fácil comercialização é importante conhecer as motivações mais importantes que induzem as viagens turísticas e a preferência por determinadas regiões turísticas (BENI, 2002).

A demanda turística é representada por grupos de consumidores com características e especificidades que determinam suas decisões, preferências e motivações (BRASIL, 2010c). Esta demanda não é estática, apresenta variações que se manifestam em “[...] razão de desejos sujeitos apenas à livre vontade do indivíduo, à pressão da publicidade e aos condicionamentos econômicos que delimitam as ações de cada estrato social” (BENI, 2002, p. 165). A demanda pode ser apenas potencial e para que se torne real o indivíduo precisa apresentar motivações, condições de posse, vontade de viajar e tempo livre (ANDRADE, 2002; BRASIL, 2010d).

Por outro lado, para que o turista efetue sua viagem é necessário que o núcleo receptor apresente condições de recebê-lo. Trata-se da oferta turística, representada pelo “[...] conjunto de diversos recursos que o receptivo possui para serem utilizados em atividades designadas turísticas” (ANDRADE, 2002, p. 101). Deste modo, a oferta turística pode ser definida pelo “[...] conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas” (BRASIL, 2010d, p. 27). Este conjunto de bens, serviços e atrativos deve ser capaz de atrair e assentar o público visitante em determinada região por determinado tempo (BENI, 2002).

Para estudar o mercado turístico, a melhor maneira é por meio da segmentação, técnica estatística que permite separar o público turístico em grupos homogêneos (BENI, 2002). Tendo como base a oferta turística com relação a demanda turística é possível definir os produtos e roteiros turísticos dentro de um segmento de turismo (BRASIL, 2010d). Para Beni (2002), os maiores segmentos do mercado turístico incluem o turismo de descanso ou férias, de negócios e compras, ecológico, rural, de aventura, religioso, cultural, científico, gastronômico, de saúde entre outros.

Para efeitos de planejamento, gestão e mercado o Ministério do Turismo definiu os segmentos e tipos de turismo existentes no Brasil. Tais segmentos turísticos não são definitivos, à medida que surgem novas denominações em decorrência da criação de novas experiências turísticas (BRASIL, 2010d).

Por se tratar de um país com grande extensão territorial, o Brasil apresenta diversos segmentos de turismo, dos quais serão apresentados os

segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, que mais se identificam com a área de estudo deste trabalho.

O segmento ecoturismo, segundo Western (2005), traz em si a proposta de visitação em áreas naturais, causando o mínimo de impacto possível a estes ambientes e responsabilidade social com a população dos locais visitados. Este segmento de turismo, formado por viajantes mais conscientes do dano ecológico que podem causar aos locais que visitam, gera renda em diversos locais do planeta. O ecoturismo, segundo o mesmo autor, é definido pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (*Ecotourism Society*) como a “[...] viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e a promover o bem estar da população local” (WESTERN, 2005, p. 17).

De acordo com Western (2005), este tipo de turismo evoluiu no decorrer do século XX, fazendo com que as visitas aos ambientes naturais passassem a ter um objetivo de preservação do ambiente natural. Um exemplo desta mudança, segundo o mesmo autor, são os safáris de caça realizados a partir de 1909 na África, e que a partir da metade do século XX perderam espaço para os safáris fotográficos, em que os animais passaram a ser contemplados e não capturados. Outro exemplo desta transformação são os parques nacionais dos Estados Unidos que passaram a se preocupar com o número excessivo de visitantes e a degradação que estes causam aos ambientes naturais dos parques.

Com o propósito de analisar o segmento ecoturismo, Fennell (2002), utiliza-se de diversos autores para encontrar uma definição apropriada ao termo. Este autor salienta que é possível perceber que o ecoturismo já existia na prática bem antes dos anos 1980, quando os pesquisadores iniciaram a discussão sobre este tipo de turismo e suas características.

De acordo com Fennell (2002), o ecoturismo cresceu em consequência da insatisfação das formas convencionais de turismo, representadas pelo enfoque estritamente econômico e ignorando os elementos sociais e ecológicos das regiões visitadas. Este autor define ecoturismo como a “[...] forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto [...]” (FENNEL, 2002, p. 43). Este segmento, para os autores pesquisados por Fennell (2002), deve ocorrer em áreas naturais e contribuir para preservação ou conservação das mesmas.

No Brasil, o ecoturismo destacou-se a partir do movimento ambientalista, que levantou a necessidade de preservação dos ambientes por meio de técnicas sustentáveis, entre elas o turismo (BRASIL, 2010b). O país possui uma rica biodiversidade apresentando, portanto, um grande potencial para este segmento. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010b), traz o fator cultural agregado ao fator natural na definição de ecoturismo, quando especifica que ecoturismo é a “[...] atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação [...]” (BRASIL, 2010b, p. 17). Este segmento de turismo busca a formação da consciência ambientalista, por meio da interpretação dos ambientes e promoção do bem-estar das populações (BRASIL, 2010b).

O turismo de aventura, outro segmento de turismo no Brasil é apresentado por Fennell (2002), como “um primo próximo” do ecoturismo e que se desenvolveu paralelamente ao ecoturismo. A diferença principal entre os dois segmentos está na motivação, uma vez que no turismo de aventura o praticante está ciente dos riscos ao praticar determinada atividade. Farah (2005), busca na raiz da palavra aventura, a explicação para a questão do risco na atividade de turismo de aventura. De acordo com a autora, a palavra deriva do latim *adventura*, que significa “o que há por vir”. Segundo Ferreira (1999 apud FARAH, 2005), aventura representa experiência incerta e arriscada, que no meio turístico significa novidade e desafio.

O Ministério do Turismo define turismo de aventura como “[...] os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010f, p. 14). Devido ao grande potencial que o país possui para o turismo de aventura, este segmento recebe grande atenção do Ministério do Turismo no sentido de regulamentar e qualificar a realização da atividade, com o objetivo de oferecer segurança ao consumidor (FARAH, 2005). A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável por apresentar normas técnicas para a normalização da atividade, define turismo de aventura como todas as “atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos” (BRASIL, 2010f, p. 15). De acordo com esta definição, a prática do turismo de aventura pode ocorrer em ambientes naturais ou construídos e tem como foco principal as atividades de aventura (BRASIL, 2010f).

Diante das definições conceituais fica claro que a principal diferença entre o ecoturismo e o turismo de aventura está no foco. O foco principal do turismo de aventura é a “atividade de aventura” propriamente dita, enquanto que o ecoturismo tem como foco o meio ambiente, além da preocupação com o desenvolvimento social e econômico dos locais e de suas populações (FARAH, 2005).

O último segmento de turismo a ser abordado neste trabalho é o turismo rural. Este segmento se desenvolve no espaço geográfico denominado de “espaço rural”, onde ocorrem outros segmentos de turismo, inclusive o ecoturismo e grande parte das atividades do turismo de aventura.

Mas antes de seguir adiante, na apresentação de outros segmentos de turismo que ocorrem neste espaço geográfico, é necessário definir e delimitar o que se entende por espaço rural. Do ponto de vista conceitual não existe uma definição e delimitação universal do espaço rural e urbano, fazendo com que cada país adote o conceito que considera mais viável (BRASIL, 2010g).

No Brasil, os perímetros urbanos são definidos por leis municipais, podendo ser urbanizados ou não, representados por cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) e as áreas urbanas isoladas. Este, portanto, é um critério mais administrativo do que geográfico e econômico. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o espaço rural é considerado “[...] área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos” (IBGE, 1996).

Alguns autores consideram que as atividades turísticas realizadas no espaço rural podem ser chamadas de turismo rural. Este conceito é genérico e engloba outras modalidades de turismo (ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo esportivo, entre outros), como sendo turismo rural (CAMPANHOLA; SILVA, 1999 apud SCHNEIDER; FIALHO, 2000). Por outro lado, vários autores consideram esta definição muito ampla, sendo mais apropriado definir estas atividades como “turismo no espaço rural”. O termo Turismo Rural é reservado “[...] para as atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura” (BRASIL, 2010g, p. 17). Baseando-se nesta diferenciação terminológica, o Ministério do Turismo define turismo no espaço rural como:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consistem de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base

na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não (BRASIL, 2010g, p. 17).

O turismo rural, portanto, é um segmento de turismo praticado no espaço rural, porém deve estar comprometido com a produção agropecuária. A atividade agrega valor aos produtos e serviços agropecuários, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades rurais. Este segmento apresenta forte ligação com a identidade rural, modo de vida das famílias, a cultura comunitária e evidentemente a paisagem rural (BRASIL, 2010g).

De acordo com o Ministério do Turismo, existem diversas outras terminologias que se referem ao turismo rural ou ao turismo no espaço rural pelo país (turismo na natureza, turismo de interior, de granja, de aldeia, alternativo, endógeno, verde, campestre, sertanejo, agroecoturismo, ecoagroturismo, agroecológico, entre outros), mas duas são bem representativas no segmento de turismo rural, merecendo destaque. Trata-se das modalidades agroturismo e “turismo rural na agricultura familiar (TRAF)” (BRASIL, 2010g). A modalidade agroturismo é definida por Campanhola e Silva (1999 apud SCHNEIDER; FIALHO, 2000), como as atividades internas das propriedades, as quais geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Como exemplo da modalidade de agroturismo tem-se pesque-pague, restaurantes típicos, vendas diretas do produtor, processamento artesanal de produtos agrícolas, entre outras atividades ligadas ao cotidiano dos moradores.

Nesta modalidade as atividades agrícolas, segundo o Ministério do Turismo, devem fazer parte do cotidiano das propriedades e as atividades turísticas contribuir para o processo de agregação de valores aos produtos agrícolas e bens. Estas atividades ocupam o tempo livre das famílias, podendo ter eventuais contratações de mão-de-obra externa. Nesta modalidade, o turista tem a possibilidade de participar de atividades rotineiras da propriedade e de interagir com as atividades agrícolas (BRASIL, 2010g).

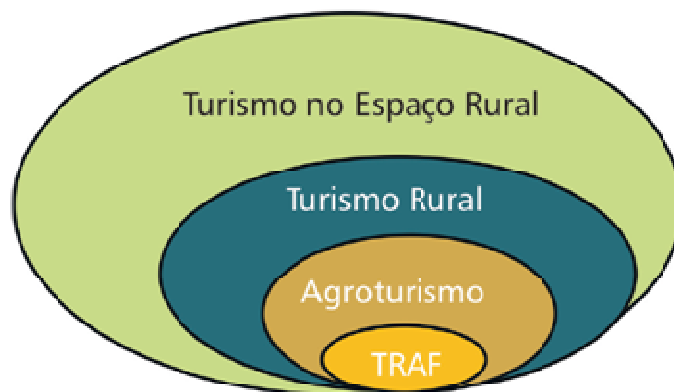
A modalidade turismo rural na agricultura familiar (TRAF) possui características semelhantes ao agroturismo. O Ministério do Turismo, define esta modalidade como as atividades turísticas que ocorrem nas propriedades, com a manutenção das atividades econômicas típicas da agricultura familiar, valorizando, respeitando e compartilhando o “[...] modo de vida, o patrimônio cultural e natural,

ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos” (BRASIL, 2010g).

De acordo com o conceito do Ministério do Turismo, há um diferencial entre agroturismo e TRAF, pois nesta última modalidade as propriedades rurais onde é realizada a atividade turística devem pertencer e ser geridas por agricultores familiares, considerando-se que a categoria de agricultor familiar é estabelecida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta lei define que para ser considerado agricultor familiar, este deve possuir propriedade rural com área não superior a 4 módulos fiscais²; a gestão do seu estabelecimento deve ser feita pela própria família; a mão-de-obra deve ser majoritariamente familiar e a principal fonte de renda da família deve se originar de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento (BRASIL, 2006).

As delimitações pertinentes às definições de turismo rural podem ser exemplificadas pela figura 1, adaptada do caderno de segmentação do Ministério do Turismo.

Figura 1- Delimitações das modalidades de turismo no espaço rural.



Fonte: adaptada de BRASIL (2010g, p. 22)

Tendo como base a figura é possível entender que o TRAF insere-se no agroturismo e este no turismo rural, e os três estão inseridos no espaço rural.

O turismo rural pode ser representado por um empreendimento como um hotel fazenda, o qual apresenta a paisagem, o modo de vida e o dia a dia rural, porém tem no turismo sua principal atividade econômica. O agroturismo por sua vez está inserido neste espaço, possui os aspectos que caracterizam o turismo rural,

² Módulo Fiscal: Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; o conceito de propriedade familiar (BRASIL, 2008).

mas possui uma produção agrícola ativa, a qual é a principal atividade econômica da propriedade, enquanto o turismo é um complemento agregador de renda. Por último, o TRAF apresenta as mesmas características do agroturismo, tendo como diferencial o fato do empreendimento pertencer e ser gerido por agricultores familiares (BRASIL, 2010g).

Ainda na caracterização dos segmentos de turismo é importante destacar o turismo de base comunitária. De acordo com Zaoual (2008 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009), turismo de base comunitária não se trata de mais um segmento, mas a possibilidade de um novo paradigma. O qual está intrinsecamente ligado com o lugar turístico, envolvendo as relações comunitárias e valorizando a identidade das pessoas que ali vivem (ZAOUAL, 2006 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo de base comunitária ocorre de diferentes formas no Brasil e no mundo, considerando a vasta diversidade cultural e de ambientes. Este fator também influencia na definição do turismo de base comunitária, que segundo os autores se apresenta de diferentes formas.

O plano nacional de turismo de base comunitária elaborado pelo governo da Bolívia definiu este turismo como:

Es um modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios (BOLÍVIA, 2006 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 146).

Assim como a Bolívia é possível citar a Costa Rica e o Equador, que também apresentam iniciativas do turismo de base comunitária. Entre as definições utilizadas nestes países para abordar o tema, destaca-se o turismo como alternativa geradora de benefícios às comunidades organizadas e auto-geridas, o aproveitamento e a conservação dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural (COOPRENA, 2008; FEPTCE, 2008 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009), no Brasil o turismo de base comunitária está inserido principalmente no espaço rural. Surgindo como alternativa de renda complementar para agricultores, pescadores, indígenas e artesãos. Segundo os autores, este fato está relacionado ao momento em que o meio rural se encontra, no qual ocorre uma valorização das *commodities* agrícolas no mercado internacional, provocando o crescimento do agro-negócio. Este fator tem alterado as relações no meio rural e influenciando diretamente nas unidades de produção

familiares, as quais historicamente estão excluídas do agro-negócio internacional (MULLER, 2007 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) considera o turismo como atividade não agrícola com potencial para geração de trabalho e renda nas unidades familiares do meio rural, fomentando assim políticas públicas voltadas para as atividades de turismo entre os agricultores familiares (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

O Ministério do Turismo lançou no ano de 2008 um edital de apoio e fomento às atividades de turismo de base comunitária (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Neste edital o MTur definiu o turismo de base comunitária como:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008 apud SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 145).

O edital do MTur apoiou 50 projetos selecionados, dos quais cerca de 80% eram ou estavam vinculados à áreas rurais do Brasil (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo de base comunitária tem como princípio fundamental as relações entre os visitantes e as comunidades, promovendo intercâmbio e a valorização do lugar. Segundo os autores o que há de mais especial nestes espaços não é a estrutura turística em si, mas o significado que este sítio tem, inclusive reconhecido pelos próprios residentes. De acordo com os autores, o turismo de base comunitária no Brasil apresenta em comum as “[...] lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 150).

No Brasil, as iniciativas de turismo de base comunitária são representadas por grupos de agricultores familiares, pescadores, quilombolas, aldeias indígenas, caiçaras, artesãos, condutores locais entre outros. E a interação do visitante com o meio natural e cultural ocorre de diferentes maneiras, desde caminhadas, hospedagem em domicílios familiares ou campings, compra de produtos artesanais, serviços de alimentação entre outros (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

3.6 PARQUES NACIONAIS E TURISMO

Os parques nacionais representam uma categoria de unidade de conservação, destinada à proteção integral dos recursos naturais, permitindo apenas o uso indireto dos mesmos (BRASIL, 2000). Atualmente no Brasil, as Unidades de Conservação são implantadas e geridas com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC apresenta diversos tipos de unidades de conservação, divididas em “proteção integral” e de “uso sustentável”, de acordo o objetivo e uso de cada uma. Os quadros 1 e 2, apresentam os tipos de unidades incluídas em cada um dos dois grupos, bem como seus objetivos e usos.

Quadro 1 - Características das unidades de conservação de uso sustentável

Tipo	Objetivo	Posse/ Domínio	Presença humana
Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, Disciplinar o processo de ocupação E garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	Públicos ou privados	- certo grau de ocupação humana; - visitação e pesquisa sob restrições e normas estabelecidas, se de posse pública, pelo órgão gestor; se privada pelo proprietário.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso dessas áreas.	Públicos ou privados	- pouca ou nenhuma ocupação humana; - visitação e pesquisa sob restrições e normas estabelecidas, se de posse pública, pelo órgão gestor; se privada pelo proprietário.
Floresta Nacional	Realizar uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.	Públicos	- existência de populações tradicionais, habitantes antes da criação da floresta; - visitação condicionada às normas de manejo da unidade; - pesquisa científica incentivada, com autorização prévia.
Reservas Extrativistas	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.	Públicos (uso concedido)	- populações extrativistas tradicionais; - visitação pública compatível com interesses locais e conforme o plano de manejo da área; - pesquisa científica incentivada, com autorização prévia.
Reserva de Fauna	Realizar estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.	Públicos	- visitação compatível com o plano de manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas; - pesquisa científica incentivada, com autorização prévia.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza assegurando condições e meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais; Valorizar, conservar e	Públicos	- populações tradicionais, com existência baseada em sistemas exploratórios sustentáveis dos recursos naturais; - visitação pública compatível com interesses locais e conforme o plano de manejo da área; - pesquisa científica com

	aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.		autorização prévia, conforme condições e restrições estabelecidas e normas previstas em regulamento.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.	Privados	- pequena ocupação humana; - visitação turística, recreativa e educacional, conforme normas estabelecidas; - pesquisa científica dependente de autorização do proprietário.

Fonte: Adaptado da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000, apud TEIXEIRA, 2010, p. 51)

Quadro 2 - – Características das unidades de conservação de proteção integral

Tipo	Objetivo	Posse/ Domínio	Presença humana
Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisa científica.	Públicos	- visitação pública proibida; -visitação para fins educacionais e pesquisa científica, dependentes de autorização prévia do órgão administrador da unidade.
Reserva Biológica	Preservação integral da biota e outros atributos naturais. Recupera áreas degradadas para manter o equilíbrio natural e diversidade biológica.	Públicos	- visitação pública proibida; - presença humana permitida para medidas de recuperação e manutenção do equilíbrio natural; -visitação para fins educacionais e pesquisa científica, dependentes de autorização prévia do órgão administrador da unidade.
Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica.	Públicos	- visitação pública permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico; - pesquisa científica dependente de autorização prévia do órgão administrador da unidade.
Monumento Natural	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Públicos ou Privados	- visitação pública permitida para recreação, interpretação ambiental, educação e turismo ecológico; - permitido acesso aos proprietários e moradores tradicionais; - pesquisa científica dependente de autorização prévia do órgão administrador da unidade.
Refúgio de Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.	Públicos ou Privados	- visitação pública proibida; - permitido acesso aos proprietários e moradores tradicionais; -visitação para fins educacionais e pesquisa científica, dependentes de autorização prévia do órgão administrador da unidade.

Fonte: Adaptado da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000, apud TEIXEIRA, 2010, p. 51)

A categoria parque nacional, conforme o apresentado no quadro 2, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, de turismo ecológico e a realização de pesquisas científicas (BRASIL, 2000).

De acordo com Fennell (2002), o conceito de “parque” foi estabelecido na civilização desde que os gregos e romanos reuniam-se em determinados espaços abertos e nos tempos medievais a nobreza européia usava suas terras privadas como reservas de caça. No século XIX na Grã-Bretanha restavam poucos espaços abertos não modificados e surgiam os efeitos da urbanização, da poluição e perda do lazer, resultantes da Revolução Industrial. Este contexto influenciou a nobreza a arrendar espaços abertos para recreação de todas as classes britânicas, surgindo então os movimentos dos parques (FENNELL, 2002).

Ao apresentarem a evolução do processo de criação de áreas protegidas pela sociedade, Júnior, Coutinho e Freitas (2009), usam como referências exemplos de reservas e leis criadas com o objetivo de proteger determinadas áreas em períodos anteriores a Cristo na Ásia e Oriente Médio.

Segundo Medeiros (2003 apud JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009), o processo de criação de áreas protegidas apresenta períodos diferentes durante sua evolução. Na periodização elaborada pelos autores, destaca-se o conceito de território, no qual ocorre a apropriação e controle destes espaços de poder por classes dominantes e, a participação da sociedade na evolução das ações de proteção aos ambientes naturais. Estes autores consideram que existem períodos distintos influenciados por três ideias básicas:

até o século XIX a ideia de controle do espaço tinha conotação gerencial (...); - do final do século XIX até a segunda metade do século XX a ideologia central era a de preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem (...); - a partir da segunda metade do século XX a ideia central passa a ser a de proteger para resguardar para as gerações futuras (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS 2009, p. 32).

Nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XIX, período em que quase já não havia mais ecossistemas intocados, desenvolveu-se a concepção de proteção da natureza selvagem (*wilderness*) (MEDEIROS, 2003 apud JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas

(2009), neste período a proposta de proteção dos ambientes naturais ganha força e surge a discussão em torno das palavras conservação e preservação. “Conservar seria praticar o bom uso dos recursos naturais e preservar seria defender a *wilderness*, por seu valor próprio, contra qualquer intrusão” (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 32).

No período entre 1850 a 1885, momento de crescimento econômico acelerado, surgiu nos Estados Unidos a consciência da necessidade de áreas verdes e a ideia de parque como áreas legalmente construídas. No ano de 1872 foi estabelecido o parque nacional Yellowstone, primeiro parque dos Estados Unidos (FENNELL, 2002; JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). Este sistema de parque foi influenciado pela ideia de preservação, tendo como finalidade proteger a natureza selvagem (*wilderness*), ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2001; JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

O modelo preservacionista dos parques nacionais, que tem por objetivo manter ecossistemas intocados apenas para contemplação e como testemunho para gerações futuras, estabelece o distanciamento entre o homem e a natureza. Este modelo se expandiu e foi adotado por diversos países da América, África e Oceania, no final do século XIX e início do século XX (JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). A partir de 1960, quando o número de áreas protegidas aumentou em todo o mundo, o modelo preservacionista consolidou-se como um padrão mundial (ARRUDA, 1999).

No Brasil, o pioneiro da ética conservacionista foi o engenheiro civil, botânico, geólogo e abolicionista, André Rebouças (1833 – 1898), que inspirado em Yellowstone lutou rigorosamente pela criação de parques nacionais no Brasil, ainda no século XIX (JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009; PADUA, 2004 apud RYLANDS; BRANDON, 2005). O primeiro parque nacional brasileiro criado e efetivamente implantado foi o de Itatiaia, em 1937. E, no ano de 1939 foram criados os parques nacionais da Serra dos Órgãos, Sete Quedas e do Iguaçu (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009; RYLANDS; BRANDON, 2005). Vinte anos mais tarde foi criado o parque nacional de Aparados da Serra (RYLANDS; BRANDON, 2005).

O modelo de parques nacionais norte americano importado para o Brasil é extremamente criticado por diversos autores. De acordo com Arruda (1999), este modelo fundamenta-se na ideia de que é inevitável a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano, sendo necessário e possível conservar partes do

mundo natural em seu estado originário. Estes lugares onde o homem pode apenas reverenciar a natureza intocada, são sujeitos a regimes externos, com territórios definidos pelo Estado e as populações locais não têm oportunidade de participar ou decidir as formas de manejo (ARRUDA, 1999). Nos parques nacionais os visitantes têm permissão para entrar “[...] sob condições especiais para os usos inspiracional, educativo, cultural e recreativo” (FENNELL, 2002).

De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2009), existem diferenças entre os modelos de paisagens intocadas destinadas a áreas de proteção integral no Brasil e norte-americanas. Segundo os autores, nos Estados Unidos os parques nacionais foram decretados em paisagens relativamente selvagens onde os colonizadores ainda não haviam ocupado, mas em muitas destas áreas havia presença de povos indígenas. Enquanto no Brasil foram priorizadas áreas onde havia concentração populacional e de atividades humanas.

Em função disso, conforme apresentam os autores “[...] enquanto os parques americanos buscavam proteger as paisagens de um impacto futuro” (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 38), no Brasil os parques nacionais “[...] buscaram proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos e de conflitos já existentes” (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 38).

Sansolo (2009), considera que os parques são criados onde existem pessoas vivendo há muito tempo, as quais são “[...] impedidas de desenvolverem suas atividades, sejam elas tradicionais ou outras atividades econômicas” (SANSOLO, 2009, p. 126). Por este motivo, a maioria das unidades de conservação brasileira, entre elas os parques nacionais, já nasceram em meio a grandes “[...] conflitos territoriais e de acesso a recursos, sendo sua gestão bastante dificultada e particularizada” (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 38). Perante esta realidade, cabe aos órgãos gestores destas áreas protegidas preocuparem-se em combater os impactos emergenciais e os que desrespeitam as leis ambientais, enquanto as ações propositivas e de planejamento ficaram sempre em segundo plano (MEDEIROS, 2003 apud JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as áreas particulares existentes dentro dos limites do parque devem ser desapropriadas e as famílias residentes reassentadas (BRASIL, 2002). Como o orçamento governamental não é suficiente para realizar o processo de indenização

destas áreas, as pessoas que vivem em parques permanecem em situação não definida (SANSOLO, 2009).

Para Arruda (1999), este modelo é conflitante porque dicotomiza o homem e a natureza, supondo que as comunidades locais são incapazes de realizar o manejo adequado dos recursos naturais. Para o autor, este modelo pode ser adequado aos EUA, onde existem grandes áreas desabitadas, mas não em países que mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas. Nestes casos, as áreas transformadas em unidades de conservação devem retirar a população de suas terras “[...] para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais” (ARRUDA, 1999).

Diegues (1996) cita como exemplo desta relação conflitante o caso do plano de manejo da Ilha do Cardoso, no litoral paulista, realizado em 1976, no qual não são citadas as centenas de famílias de moradores tradicionais caiçaras e há proibição das atividades de subsistências destas, obrigando-as a migrar para Cananéia e engrossar o número de moradores pobres dos bairros periféricos. De acordo com Diegues (1996), a ideia de que existiam áreas de vida selvagem (*wilderness*) que deveriam permanecer intocadas, foi criticada desde o início pelos povos indígenas norte americanos, que foram removidos das terras de seus ancestrais. Durante sua fala o chefe Standing Bear, da tribo sioux relata:

Nós não consideramos selvagens (*wild*) as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Para o homem branco a natureza era selvagem, mas para nós ela era domesticada. A terra não tinha cercas e era rodeada de bênção do grande mistério (MCLUHAN, 1971 apud DIEGUES, 2001, p. 28).

Sansolo (2009), apresenta outro fator de conflito a ser considerado, que é a sobreposição de competências sobre um mesmo território, em casos como o litoral norte de São Paulo, onde o parque estadual da Serra do Mar ocupa 80% do território de um município. Neste caso, os administradores do parque, que são cargos de confiança, administram a maior parte do município, enquanto o poder público municipal, eleito pela população, administra a menor parte do município (SANSOLO, 2009).

Por outro lado, Terborgh e Van Schaik (2002 apud JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009) defendem a necessidade de áreas de proteção integral. Estas áreas seriam destinadas apenas às práticas de desenvolvimento sustentável relacionadas ao ecoturismo, além das pesquisas científicas. Segundo estes autores, outras práticas são “[...] incompatíveis com a preservação estrita da natureza, porque, por princípio, seres humanos e animais silvestres não combinam bem” (TERBORGH; VAN SCHAİK, 2002 apud JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 33). De acordo com estes autores, o desenvolvimento sustentável é uma necessidade das sociedades, que deve ser trabalhado fora dos parques, para que ocorra equilíbrio no uso dos recursos naturais.

Arruda (1999) defende a participação das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais, buscando manejo sustentável do meio ambiente, valorizando estas populações e conciliando conservação ambiental e desenvolvimento social. De acordo com o autor, existem no Brasil experiências de gestão comunitária e sustentável dos recursos naturais, sendo as reservas extrativistas uma das mais importantes e difundidas.

Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes (DIEGUES, 1996 apud ARRUDA, 1999).

Conforme mencionado anteriormente, o processo de criação e efetivação de unidades de conservação de proteção integral, constantemente gera conflitos por se tratar de uma questão de territorialidade (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009). De acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2009), a intenção primordial do Estado ao implantar estas áreas de proteção é controlar este território e por consequência os recursos ali existentes. Segundo os autores, a maioria dos conflitos ocorre na escala local “[...] pois é aí que se dão a materialização das relações socioespaciais e o exercício do poder, a partir dos fluxos de material e informação e das ações de coerção e de ordenamento territorial” (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 57).

Segundo Coelho, Cunha e Monteiro (2009), é comum as unidades de conservação se envolverem em conflitos territoriais de diferentes formas. O motivo é a sobreposição do território da área protegida sobre outros, como territórios indígenas, de garimpeiros, de quilombolas, de empresas, municipais e em alguns casos urbanos. Portanto, é possível afirmar que as unidades de conservação, configuram o uso espacial de determinados territórios, tendo como elementos

fundamentais os efeitos das dinâmicas ambientais, sociais, econômicas e políticas (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009).

O Brasil possui atualmente 67 parques nacionais, distribuídos pelas cinco regiões do país, além de diversos parques estaduais e municipais, também pertencentes à categoria de proteção integral. A região sul possui sete parques nacionais, sendo dois deles, os parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, localizados na divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2011h).

Segundo Rocktaeschel (2006), as unidades de conservação são espaços ideais para prática do ecoturismo, por apresentarem ambientes bem conservados, com belezas cênicas e características diferenciadas. Da mesma forma que o ecoturismo é uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável no interior da área protegida e entorno, por ter como premissas a conservação ambiental e a melhora da qualidade de vida da população local. De acordo com autora, a realização de atividades ecoturísticas possibilita a geração de emprego e renda, valorização das manifestações culturais entre outros benefícios e seria a maneira de minimizar os conflitos entre os habitantes locais e a unidade de conservação.

A procura da sociedade por unidades de conservação para realização de atividades turísticas cresce constantemente (ROCKTAESCHEL, 2006). Os dados referentes à visitação nos parques nacionais apresentados por Zimermann (2006), incluindo os PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, no período entre o ano de 2000 e 2005, mostram que o número de visitantes a estas áreas tem aumentado. Esta autora chama a atenção para o fato de que durante este período, 74% da visitação concentrou-se nos parques nacionais do Iguaçu e da Tijuca. Conforme informações do IBAMA à Zimermann (2006), os demais parques nacionais e outros não incluídos no trabalho da autora por não apresentarem visitação, possuem grande riqueza de atrativos, mas a carência de infraestrutura, dificuldade de acesso, pouca sinalização e divulgação, trilhas mal estruturadas e carência de estruturas de apoio ao turista nas comunidades do entorno dos parques, desestimula a visitação a estas áreas.

De acordo com Rocktaeschel (2006), os recursos humanos e financeiros para gestão continuam precários, apresentando pouca infraestrutura para visitação pública nestas áreas. Segundo esta autora, a carência de investimento impede que os parques cumpram sua missão, recebendo um pequeno fluxo de visitantes,

gerando poucos benefícios para a população e não atendendo um dos objetivos das unidades que é a educação ambiental. A autora defende que faz-se necessário “[...] novo conceito na gestão das UCs, de forma que comecem a autopromover o seu funcionamento, propiciando desenvolvimento e conscientização às populações locais” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 67).

A respeito da gestão dos parques nacionais, obteve-se a contribuição de Alexandre Krob, engenheiro agrônomo membro da ONG Curicaca, que trabalha na região da área de estudo a mais de 10 anos e participou da elaboração de plano de manejo de UCs. Segundo Krob (2011), a gestão dos parques nacionais enfrenta dificuldades em realizar ações primordiais para conservação da biodiversidade, como controle à caça e ao extrativismo irregular, em virtude da carência de fiscalização, de planejamento e manejo dos recursos administrativos. Se esta gestão tem dificuldades de cumprir funções para as quais é designada e possui perfil e treinamento, dificilmente poderá realizar com eficiência e qualidade as ações de uso público, para as quais não possui perfil e treinamento.

Rocktaeschel (2006), aponta que um dos problemas relacionados à gestão das unidades de conservação é o fato dos recursos arrecadados na cobrança de taxas e serviços ser depositado em uma conta única e não retornar de imediato à área protegida. Assim, o visitante fica impossibilitado de identificar a aplicação dos recursos arrecadados em melhoria para a visitação pública e preservação do parque. Como alternativa a esta questão, a autora defende a terceirização das atividades turísticas nas áreas protegidas, possibilitando que uma parcela dos recursos seja revertida pelo concessionário diretamente em serviços e infraestrutura necessária para atender o visitante. À exemplo deste modelo é possível citar o Parque Nacional de Iguaçu (PR), um dos primeiros a adotar este sistema (ROCKTAESCHEL, 2006).

Krob (2011) afirma que a terceirização pode representar uma alternativa para a melhoria e aumento da visitação nos parques nacionais, inclusive gerando benefícios para a biodiversidade, por possibilitar aos órgãos gestores maior disponibilidade de tempo, à medida que não estariam diretamente envolvidos com o uso público. Mas o mesmo autor salienta que este processo deve ser realizado com cuidados, e de modo a não permitir que o turismo e lazer dos parques seja subjugado às forças econômicas do capitalismo. É necessário a participação social e diretrizes que priorizem o envolvimento da comunidade nas atividades turísticas,

busquem um turismo sustentável e estabeleçam indicadores de monitoria ambiental, social e econômico.

Para Rocktaeschel (2006), o processo de terceirização das UCs é norteado pelo termo de referência (TOR), que possui as diretrizes para subsidiar a contratação dos serviços terceirizados. De acordo com esta autora, o TOR deve ser elaborado pela área técnica, necessita ser apreciado pelo conselho consultivo da UC e é parte integrante do edital de licitação. Juntamente com o TOR, o órgão gestor da UC, deve elaborar um plano de viabilidade econômica, considerando a capacidade de carga do ambiente e criando mecanismos de controle sobre os impactos ambientais causados pelas atividades e serviços prestados na unidade.

A terceirização das atividades de uso público dos parques nacionais está prevista no SNUC e baseia-se em trechos da “Constituição Federal, de 1988, da Lei 8.666, de 21-6-93, da Lei 8.987, de 13-2-95, da Lei 9.074, de 7-7-95 e da Lei 9.491, de 9-9-97” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 105), que orienta a maneira de realização dos contratos, licitações, concessões e permissões de prestação de serviços públicos. De acordo com Rocktaeschel (2006), a licitação para contratar os serviços terceirizados, pode ser realizada de três maneiras:

I – Concessões/ terceirizações englobando todas as atividades e/ou serviços; II – Concessões/terceirizações por ramos/grupos de atividades/serviços; III – Concessões/terceirizações pulverizadas/individualizadas. (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 99 - 100).

Estas formas apresentam uma série de pontos positivos e negativos, cabendo aos gestores analisar previamente qual tipo de contratação deve ser aderido, de acordo com a realidade de UC (ROCKTAESCHEL, 2006).

No parque nacional do Iguaçu, o primeiro a ter seus serviços terceirizados, a licitação englobou todas as atividades e serviços. Em virtude disto, foi criada, em 1999, a empresa Cataratas do Iguaçu S/A, com o objetivo de implantar, operar, administrar e obter retorno econômico das áreas concedidas do parque nacional Iguaçu (CATARATAS, 2011). Recentemente esta mesma empresa, venceu a licitação para a exploração dos serviços públicos do parque nacional marinho de Fernando de Noronha, em Pernambuco (NORONHA TURISMO, 2011).

A proposta de terceirização dos serviços de uso público dos parques nacionais brasileiros, está prevista no programa Turismo nos Parques e têm sido trabalhada fortemente pelo ICMBio nos últimos anos. O objetivo é ampliar e

qualificar a visitação nestas áreas, considerando os visitantes que virão ao Brasil participar da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 (CLARK, 2010).

3.7 FATORES POLÍTICO-ECONÔMICOS INFLUENTES NO TURISMO

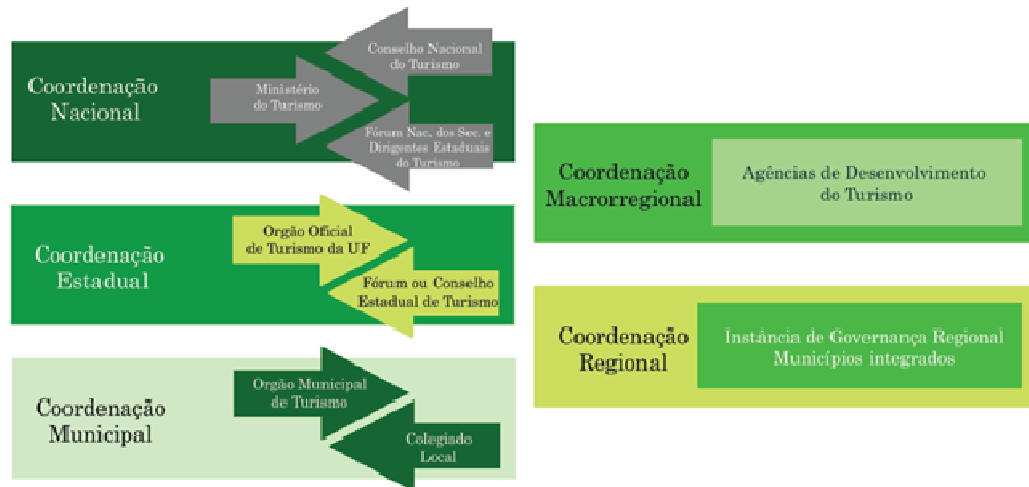
O setor turístico é institucionalizado pelo poder público em suas diversas esferas, por meio de leis, planos, programas entre outros mecanismos, que determinam as diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento da atividade turística.

No Brasil, até o ano de 2003, o órgão responsável pelo setor turístico era o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), pertencente ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. No ano de 2003, foi instituído o Ministério do Turismo (MTur), que por meio de suas secretarias desenvolve programas em diversas áreas do setor turístico nacional. A EMBRATUR ficou responsável exclusivamente pelas ações de promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional (BRASIL, 2011d; OLIVEIRA; FRANCISCO; JUNIOR, 2008).

O Ministério do Turismo trabalha a proposta de gestão descentralizada e compartilhada para o desenvolvimento do turismo no país. Esta gestão é composta por representantes do poder público nas três esferas de governo, iniciativa privada e terceiro setor. Este modelo de gestão iniciou-se em 2003 e “foi regulamentado com a aprovação da Lei do Turismo (Lei 11.771 /2008) que instituiu o Sistema Nacional de Turismo” (BRASIL, 2011f, p. 65).

O Sistema Nacional de Turismo é composto pelo Ministério do Turismo (Mtur), Conselho Nacional de Turismo (CNT), Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) que representam o núcleo estratégico de âmbito nacional, e uma rede de gestão descentralizada composta pelas Instâncias de Governança Macrorregionais, Órgãos Estaduais de Turismo, Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, Instâncias de Governança Regionais, Órgãos Municipais de Turismo e Colegiados Municipais de Turismo. Esta é a estrutura de gestão do turismo, proposta pelo Ministério do Turismo, representada pela figura 2, extraída do Plano Nacional de Turismo 2011 – 2014 (BRASIL, 2011f).

Figura 2 - Estrutura da gestão descentralizada do turismo.



Fonte: Brasil (2011f, p. 65)

O Ministério do Turismo tem nesta rede de gestão descentralizada uma estratégia para implementar o Plano Nacional de Turismo 2011 – 2014, que busca dar continuidade às ações realizadas e alcançar outros resultados, pois o país será a sede da Copa do Mundo de 2014. Este evento trará grande fluxo de turistas estrangeiros, proporcionará maior divulgação do país e exigirá investimento em infraestrutura destinada ao turismo (BRASIL, 2011f).

No ano de 2010, o Ministério do Turismo publicou cadernos e manuais que tratam da segmentação de turismo e mercado no Brasil. Este material apresenta os diversos segmentos de turismo existentes no Brasil, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, turismo cultural, entre outros.

Ainda na esfera pública federal, existem diversos programas apoiados pelo Ministério do Turismo em parceria com outros ministérios e órgãos governamentais, que de forma específica e direcionada a determinados segmentos, buscam incentivar o desenvolvimento turístico. Dentre estes pode-se citar o Programa “Aventura Segura”, iniciado em 2006, por meio de parceria entre o Ministério do Turismo e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Nacional), com execução pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA, 2010).

O programa teve como propósito estruturar, qualificar, certificar e fortalecer a oferta dos segmentos ecoturismo e turismo de aventura (ABETA, 2010). Durante o programa foram realizados diversos seminários, congressos, oficinas, cursos e assistências técnicas para empresários e profissionais dos segmentos de

ecoturismo e turismo de aventura de 17 destinos distribuídos pelo território nacional. Os cursos enfocaram as questões gestão e associativismo, responsabilidade socioambiental, aprimoramento de produtos, acesso a mercado e grande enfoque no quesito segurança, incluindo os processos de certificações de empresas.

Na parte relacionada à segurança é importante salientar o projeto do Ministério do Turismo para normatização do turismo de aventura. Por meio deste projeto foram criadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), juntamente com outros órgãos governamentais e da sociedade civil, 25 normas técnicas direcionadas para o segmento. É com base nestas normas técnicas que nove empresas já receberam certificação dos organismos certificadores como uma das ações do Programa Aventura Segura (ABETA, 2010).

Este processo de qualificação de profissionais e empresários dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura permanecerá por meio do projeto Bem Receber Copa Ecoturismo e Aventura, iniciativa do Ministério do Turismo, com execução da ABETA. Este projeto tem por objetivo preparar o público alvo para receber os visitantes que chegarão ao país para a Copa de 2014 (ABETA, 2011b).

No segmento turismo rural a categoria turismo rural na agricultura familiar (TRAF), tem como apoio institucional na esfera federal o incentivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que lançou um programa para o período de 2003 a 2006, o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, com o objetivo de:

Promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida (BRASIL, 2003, p. 13).

O MDA apoia as iniciativas de turismo rural na agricultura familiar (TRAF) por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Investimento, que financia investimentos em atividades de turismo rural para as famílias aptas a acessar este programa (BNDES, 2011).

No estado de Santa Catarina, o órgão responsável pelas políticas de turismo é a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). Vinculado à SOL tem-se a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR), empresa de economia mista, que tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo (SANTUR, 2011a). No ano de 2006, o estado de Santa Catarina aprovou a Lei

13.792, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina (PDIL), regulamentada pelo Decreto 2.080, de 3 de fevereiro de 2009.

O PDIL, por meio do decreto de regulamentação é o instrumento norteador que discrimina os programas, nos quais deverão ser enquadrados os projetos e os critérios adotados na avaliação e aprovação dos projetos apoiados pela política estadual de turismo. O PDIL foi dividido nos seguintes programas: “I - Programa de Integração do Lazer; II - Programa de Desenvolvimento da Cultura; III - Programa de Desenvolvimento dos Esportes; e IV - Programa de Desenvolvimento do Turismo” (SANTA CATARINA, 2009).

No ano de 2010, a SOL apresentou o “Plano Catarina 2020 - Plano de Marketing Turístico do Estado de Santa Catarina”, elaborado pela empresa Chias Marketing, com participação dos atores do setor turístico e financiado pelo estado, que prevê uma série de ações em estratégias de marketing para divulgar o estado de Santa Catarina até 2020 (SANTA CATARINA, 2011c).

Outro programa importante do estado de Santa Catarina é o programa “SC Rural”, que tem como uma de suas propostas trabalhar o turismo rural e é executado pela Empresa de Pesquisas Agropecuárias e de Extensão Rural (EPAGRI) em parceria com a SOL. Durante o programa, iniciado em 2010 e com término previsto para 2016, serão primeiro repassados recursos para grupos que já trabalham com o turismo rural e, em um segundo momento, terá como proposta ampliar este número de pessoas. Os recursos deverão ser aplicados em projetos que visem o desenvolvimento e fortalecimento das atividades de turismo rural no estado (SANTA CATARINA, 2010).

O desenvolvimento da categoria turismo rural na agricultura familiar (TRAF) é amparado pela Lei 14.361, de 25 de janeiro de 2008, que “estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 2008). Esta Lei, entre outras questões, define o que é o TRAF e as atividades desenvolvidas, além de permitir de forma legal que o agricultor familiar desenvolva atividades de turismo em seu estabelecimento rural, sem perder as condições de segurado especial pela previdência³. Porém a lei ainda está em

³ Segurado Especial pela Previdência Social: trabalhadores rurais e os pescadores artesanais que produzem individualmente ou em regime de economia familiar, e não utilizam empregados para essas atividades. Contribui com o percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização de

processo de regulamentação para poder legalizar as operações realizadas no turismo rural, entre elas a emissão de nota fiscal de produtor rural para as atividades do TRAF (SANTA CATARINA, 2011a).

No estado de Santa Catarina, a gestão do turismo está atualmente organizada em 10 regiões turísticas, conforme proposta do Ministério do Turismo de gestão descentralizada, com o objetivo de que a oferta turística regional adquira maior significância e identidade pela qualidade e pela originalidade e, assim, seja capaz de agregar valor ao produto turístico (BRASIL, 2007). Em cada uma destas regiões turísticas foi instituída Instância de Governança, composta por um conselho administrativo que integra membros do poder público e setor privado.

A gestão do turismo nas regiões turísticas conta com o apoio das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), criadas pelo governo estadual com o propósito de descentralização da gestão pública. Cada SDR conta com um Gerente Regional que representa a SOL. A área do presente estudo pertence à região turística denominada “Caminho dos Canyons” (SANTUR, 2011b).

O município de Praia Grande, foco principal deste estudo, foi reconhecido como o “indutor” do turismo na região turística Caminho dos Canyons. Todas as regiões turísticas possuem um município indutor, o “portão de entrada” para a região turística, escolhido por representar melhor a atratividade da região e possuir infraestrutura adequada para receber os visitantes.

O município de Praia Grande dedicou maior atenção ao desenvolvimento da atividade turística a partir do ano de 1998. A Lei municipal 442, de 1988 (PRAIA GRANDE, 1988), que trata do plano diretor do uso do solo urbano do município de Praia Grande, dispõe de apenas um trecho no Artigo 13º, que apresenta a possibilidade de existir áreas destinadas à atividade turística e de lazer na zona rural do território municipal. Quanto ao zoneamento da área urbana do município, o plano diretor não apresenta a atividade turística como usuária do solo urbano, nem regras específicas quanto a localização e estrutura dos espaços destinados ao turismo (PRAIA GRANDE, 1988).

O Conselho Municipal de Turismo foi criado pela Lei municipal 897, de 18 de maio de 1998, com o objetivo de organizar o setor turístico, representar os interesses do setor turístico junto às autoridades, estabelecer, acompanhar e avaliar

a política turística municipal (PRAIA GRANDE, 1998). Em 28 de agosto de 2000 foi criada a Lei municipal 975, que instituiu o Fundo Municipal do Turismo, com a finalidade de prover recursos para a implantação de programas e da manutenção dos serviços oficiais de turismo de Praia Grande. De acordo com esta Lei, os recursos do fundo devem ser geridos por um Conselho Deliberativo, formado por dois membros da Secretaria Municipal de Educação, Esporte Turismo e três membros do Conselho Municipal de Turismo (PRAIA GRANDE, 2000). A Secretaria Municipal de Turismo e Esporte foi criada pela Lei municipal 1.030, em 04 de julho de 2001 e seu objetivo é assegurar estrutura permanente de planejamento, gestão e operação das políticas de turismo da cidade e dispor de recursos orçamentários próprios (PRAIA GRANDE, 2001).

No ano de 2007 foi realizada uma oficina participativa de planejamento em turismo, com recursos do poder público municipal, e moderada por uma consultoria. Nesta oficina foi realizado levantamento dos atrativos existentes no município de Praia Grande, quais os problemas existentes para o desenvolvimento da atividade turística nestes atrativos e as ações que deveriam ser implementadas para alcançar a situação desejada. A oficina gerou um documento disponibilizado aos participantes, apontando os agentes responsáveis pela implementação das ações levantadas, a serem executadas no período de 2007 e 2008 (LIMA, 2007).

Em 2010, após longo período sem atuação, foi reestruturado o Conselho Municipal de Turismo e eleita nova diretoria, empossada pela Lei municipal 2.283, de 10 de agosto de 2010, com o propósito de cumprir os objetivos que cabem ao Conselho Municipal de Turismo (PRAIA GRANDE, 2010).

De maneira geral, a atividade turística do município de Praia Grande está relacionada à existência dos parques nacionais dos Aparados da Serra e Serra Geral.

As unidades de conservação são amparadas pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das mesmas (BRASIL, 2000). Os parques nacionais são uma das categorias de unidade de conservação e se enquadram no grupo de proteção integral. Este grupo de unidade de conservação permite a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 2). De acordo

com esta lei, os parques nacionais têm por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Possibilitando a realização de pesquisas científicas, de turismo ecológico, recreação em contato com a natureza e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. Porém, estas atividades estão sujeitas às normas e restrições pré-estabelecidas no plano de manejo, regulamento ou pelo órgão responsável pela administração da unidade (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação devem ser criadas por ato do Poder Público, após a realização de “estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade” (BRASIL, 2000, Art. 22).

De acordo com o Art. 27 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação devem dispor de plano de manejo. O plano de manejo dos parques nacionais dos Aparados da Serra e Serra Geral define o mesmo como sendo:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade (IBAMA, 2004).

Ainda, conforme o Art. 29 da mesma lei, todas as unidades de conservação do grupo integral devem dispor de um conselho consultivo, formado pelos órgãos gestores, representantes do poder público e da sociedade civil. O conselho deve acompanhar a elaboração, implantação ou revisão do plano de manejo, buscar a integração da unidade de conservação com seu entorno, avaliar o orçamento e relatório financeiro anual da unidade entre outras atribuições (BRASIL, 2000).

O parque nacional de Aparados da Serra foi criado pelo Decreto Estadual 47.446 de 17 de dezembro de 1959, abrangendo apenas terras do estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, sua constituição foi alterada em 17 de março de 1972, pelo Decreto Federal 70.296, abrangendo a partir desta data terras dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em um total de 10.250 hectares (IBAMA, 2004).

O parque nacional da Serra Geral foi criado pelo Decreto Federal 531 de 20 de maio de 1992, abrangendo terras dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com área total de 17.300 hectares. Este decreto possui uma redação mais completa e detalhada, apresentando inclusive o objetivo da criação da unidade, “proteger amostra representativa da região dos Aparados da Serra, com sua flora, fauna, paisagens e demais recursos bióticos e abióticos associados” (BRASIL, 1992).

Os dois parques nacionais são intrinsecamente relacionados, protegendo os mesmos ecossistemas em áreas conjuntas. Em virtude desta relação a gestão destes é realizada em conjunto, da mesma forma que existe apenas um plano de manejo abrangendo as duas unidades de conservação (IBAMA, 2004).

O plano de manejo atual foi apresentado e aprovado no ano de 2004. Até então apenas o parque nacional de Aparados da Serra possuía plano de manejo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1984 e um Plano de Ação Emergencial (PAE) elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) em 1995. O atual plano de manejo, que teve sua elaboração iniciada no ano de 2002, revisou e incorporou os dois documentos gerenciais existentes para o PARNAS de Aparados da Serra e criou o primeiro plano de manejo para o PARNAS da Serra Geral (IBAMA, 2004).

O Plano de Manejo dos PARNAS é o documento gerencial que norteia a gestão das unidades quanto à implantação de estruturas físicas, licenciamento de atividades no entorno e uso da área com a atividade turística. A gestão das unidades é realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pelas unidades de conservação no Brasil. Conforme exige o SNUC, os dois PARNAS possuem um Conselho Consultivo que se reúne regularmente, cumprindo suas atribuições, de acordo com a lei.

As atividades turísticas no interior dos PARNAS são definidas pelo plano de manejo quanto ao tipo de atividade e local onde serão desenvolvidas, levando em consideração a segurança dos praticantes e a preservação dos ecossistemas (IBAMA, 2004).

Em função dos parques nacionais possuírem grande atratividade e a cada ano aumentarem o número de visitação, o ICMBio, em parceria com o Ministério do Turismo, lançou em 2009 o “Programa de Turismo nos Parques”, contemplando dez unidades para receberem investimentos e desenvolverem ações conjuntas com foco

na visitação turística (ICMBio, 2011a). Em continuação a este programa, o ICMBio em parceria com o MTur lançou o projeto “Parques da Copa”, com a proposta de realizar um planejamento prévio e a execução de ações de melhoria das infraestruturas, equipamentos e atividades ofertadas, nas unidades de conservação próximas das cidades-sedes da Copa de 2014 (ICMBio, 2011a). Os PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral foram contemplados com este projeto. Até o ano de 2013, o projeto Parques da Copa deverá implementar estruturas de apoio à visitação pública nas unidades e qualificação dos serviços.

Aliado ao projeto “Parques da Copa”, o PARNA de Aparados da Serra foi incluído no projeto “Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno”, que é resultado da parceria firmada entre Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional, ICMBio, ABETA e os SEBRAE Estaduais (BRASIL, 2011g).

Este projeto de parceria contempla ainda, em caráter piloto, 5 parques nacionais que foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: Unidades contempladas com o Programa Turismo nos Parques – Iniciativa do MTur e MMA; localização nos 65 Destinos Indutores; localização em destinos do Programa Aventura Segura; localização próxima às capitais da Copa; líderes empresariais identificados; existência de plano de manejo da UC; existência de comissão ABETA; abertos à visitação (BRASIL, 2011, p. 7 – 8).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2011), o projeto tem por objetivo o desenvolvimento de ações de integração dos Parques Nacionais com a cadeia produtiva do turismo do entorno dos mesmos e a qualificação e estruturação destas áreas para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística. Até o momento, no PARNA de Aparados da Serra e entorno, foi realizado o diagnóstico da oferta turística e algumas oficinas para apresentação do projeto e planejamento das próximas etapas, junto aos atores envolvidos. No PARNA de Aparados da Serra, a gestão do projeto é por parte do SEBRAE/RS, responsável pela execução do projeto em parceria com as demais entidades e órgãos envolvidos (ABETA, 2011c, 2011d).

4 METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho, utilizou-se como procedimentos metodológicos o levantamento de dados secundários, entrevistas com atores estratégicos, visitas de campo e geração de mapas com a espacialização dos dados gerados.

O referencial teórico está fundamentado na análise do território como espaço de turismo discutido pelos autores Cabral (2007), Souza (1995), Haesbaert (1999), Cruz (2003), Santos e Pires (2010), Geiger (1999), Faria (2009), Nunes (2008) e Júnior, Coutinho e Freitas (2009). Nas definições conceituais de turismo, na discussão sobre infraestrutura turística, atrativos e produtos turísticos, motivação e segmentação turística abordadas por Andrade (2002), Araújo (2010), Barretto (1998), Beni (2002), Brasil (2010c), Cruz (2003), Dencker (2000), Farah (2005), Fennell (2002), Nunes (2008), Oliveira (2001), Sansolo e Bursztyn (2009), Schneider; Fialho (2000), Western (2005), Brasil (2006), Brasil (2010b), Brasil (2010c), Brasil (2010d), Brasil (2010e), Brasil (2010f) e Brasil (2010g).

Na parte referente aos PARNAS foram trabalhados os seguintes autores Brasil (2000), Fennell (2002), Júnior, Coutinho e Freitas (2009), Diegues (1996), Diegues (2001), Arruda (1999), Rylands; Brandon (2005), Sansolo (2009), Coelho, Cunha e Monteiro (2009), Rocktaeschel (2006).

Os aspectos político-econômicos foram tratados a partir de Oliveira; Francisco; Junior, (2008); ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (2010), (ABETA, 2011b), (BNDES, 2011), (SANTUR, 2011a), Santa Catarina (2009), Santa Catarina (2011c), Santa Catarina (2010).

O levantamento dos atrativos e infraestrutura turística dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral e do município de Praia Grande, foi realizado a partir de dados secundários do plano de manejo dos PARNAS (IBAMA, 2004) e do relatório da “I Oficina de Planejamento Turístico do Município de Praia Grande” (LIMA, 2007). Estes dois documentos possibilitaram identificar os atrativos da área de estudo, os que estão abertos ao público na forma de produto turístico, ou aqueles que são apenas atrativos em potencial. Para este levantamento foram buscados ainda dados secundários fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Esporte de Praia Grande e, principalmente, por meio de pesquisa de campo, com visita e

identificação dos equipamentos e serviços. Também foram usados como apoio, sites institucionais com relação dos equipamentos turísticos ou páginas eletrônicas dos próprios equipamentos turísticos.

Para a espacialização dos atrativos e infraestrutura turística levantados na área de estudo foram elaborados dois mapas em escalas diferentes. O Mapa dos Atrativos e Infraestrutura Turística (Apêndice A), que abrange toda a área de estudo foi confeccionado na escala 1:50.000, devido ao amplo espaço territorial compreendido por esta área. Sua base cartográfica é do plano de manejo dos PARNAS (IBAMA, 2004), escala 1:50.000. Esta base cartográfica é composta por imagem do satélite Spot, informações dos levantamentos cartográficos do Exército Brasileiro e IBGE da década 1970 (cursos de água, acessos, limites, entre outros) e informações georreferenciadas pelo próprio plano de manejo (limites do PARNA e área de amortecimento, trilhas, entre outros). As informações foram atualizadas pela própria imagem de satélite e pelo mapa político atualizado do IBGE.

O Mapa de Atrativos e Infraestrutura Turística na Área de Estudo confeccionado tem a imagem de satélite como fundo, dividida em dois tipos de bandas para diferenciar a área de estudo do seu entorno. Na porção central do mapa, ressaltou-se a área de estudo em imagem colorida ou multiespectral (Bandas 1,2,3), possibilitando melhor visualização do relevo. No entorno da área de estudo, a imagem encontra-se preto e branco ou pancromática (Banda 8). A identificação dos atrativos e infraestrutura turística neste mapa dá-se por pictogramas, com base na Resolução 160, de 22 de abril de 2004 (DENATRAN, 2004) e informações complementares da AMESC, entidade responsável pela região turística “Caminho dos canyons”. Pela escala do mapa em alguns casos não é possível a locação dos pictogramas exatamente sobre os pontos que representam.

O outro mapa, denominado Mapa de Atrativos e Infraestrutura Turística no Perímetro Urbano do Município de Praia Grande (Apêndice B), abrange apenas a área urbana do município de Praia Grande, na escala 1:5.000, com base cartográfica da planta cadastral da área urbana deste município, na escala 1:5.000, de 2009.

As visitas de campo permitiram complementar ou confirmar as informações na base cartográfica e identificar se os atrativos estão abertos ao público ou configuram-se apenas em atrativos potenciais.

Para a identificação dos fatores estruturais, econômicos e políticos que influenciam o desenvolvimento da atividade turística na área de estudo, foram

realizadas 38 entrevistas (APÊNDICES C, D, E, F E G) com os atores estratégicos. Estas entrevistas foram qualitativas, de formato misto, com perguntas possuindo alternativas de respostas, mas possibilitando ao entrevistado apresentar outras opções além das pré-estabelecidas. Os atores considerados estratégicos e entrevistados incluíram membros da *trade* turístico⁴, como proprietários de hospedagens, restaurantes, agências de viagens e guias (18 entrevistas); membros do poder público - prefeito municipal, secretária de turismo, diretora de turismo, diretor de agricultura, secretário de obras e secretário de administração – (06 entrevistas); moradores do município que não possuem ligação direta com a atividade turística - presidente da Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, técnicos de uma associação de agricultores ecologistas, proprietário de supermercado, dona de casa, proprietária de oficina mecânica e professora – (07 entrevistas); visitantes hospedados no município de Praia Grande (05 entrevistas); servidores do ICMBio e gestores dos PARNAS (02 entrevistas).

Entre os atores do poder público e do ICMBio foram escolhidos os mais estratégicos e influentes, que melhor pudessem representar o órgão diante da área de estudo. Enquanto que, os atores da *trade* turístico foram entrevistados de forma aleatória, atingindo em torno de 50% dos equipamentos e serviços turísticos. Com relação aos moradores do município de Praia Grande que não possuem ligação direta com o turismo, procurou-se entrevistar pessoas que representassem os diferentes grupos de habitantes do município, como agricultores, comerciantes, prestadores de serviços e autônomos. E por fim, os visitantes foram escolhidos aleatoriamente entre turistas hospedados em locais diferentes, possibilitando uma amostra do perfil dos visitantes que vem ao município. Cabe lembrar que para os resultados relativos aos visitantes também foi usado como base a pesquisa realizada pela ABETA no diagnóstico do projeto “Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e no Entorno” (ABETA, 2011c, 2011d), que obteve uma amostragem maior de visitantes.

Sobre os fatores políticos, econômicos e legais que interferem na área de estudo, foi realizada uma pesquisa sobre os diversos planos, programas, projetos,

⁴ *Trade* turístico, “de uma forma mais ampla refere-se ao mercado que envolve e interfere direta ou indiretamente na atividade turística. Congrega as empresas e entidades cuja existência é necessária que o turismo seja desenvolvido, comercializado e consumido” (FAPEC, 2006, p.18).

leis e decretos, em âmbito federal, estadual e municipal. Esta pesquisa possibilitou identificar os mecanismos legais que influenciam diretamente na atividade turística da área de estudo e os aspectos que dificultam o desenvolvimento da atividade turística na área de estudo.

Com base nos dados obtidos nas pesquisas de referências bibliográficas e documentos, nas entrevistas e levantamento em campo, foi realizada a análise que possibilitou propor alternativas estruturais, econômicas e políticas para o desenvolvimento da atividade turística e de forma sustentável na área de estudo.

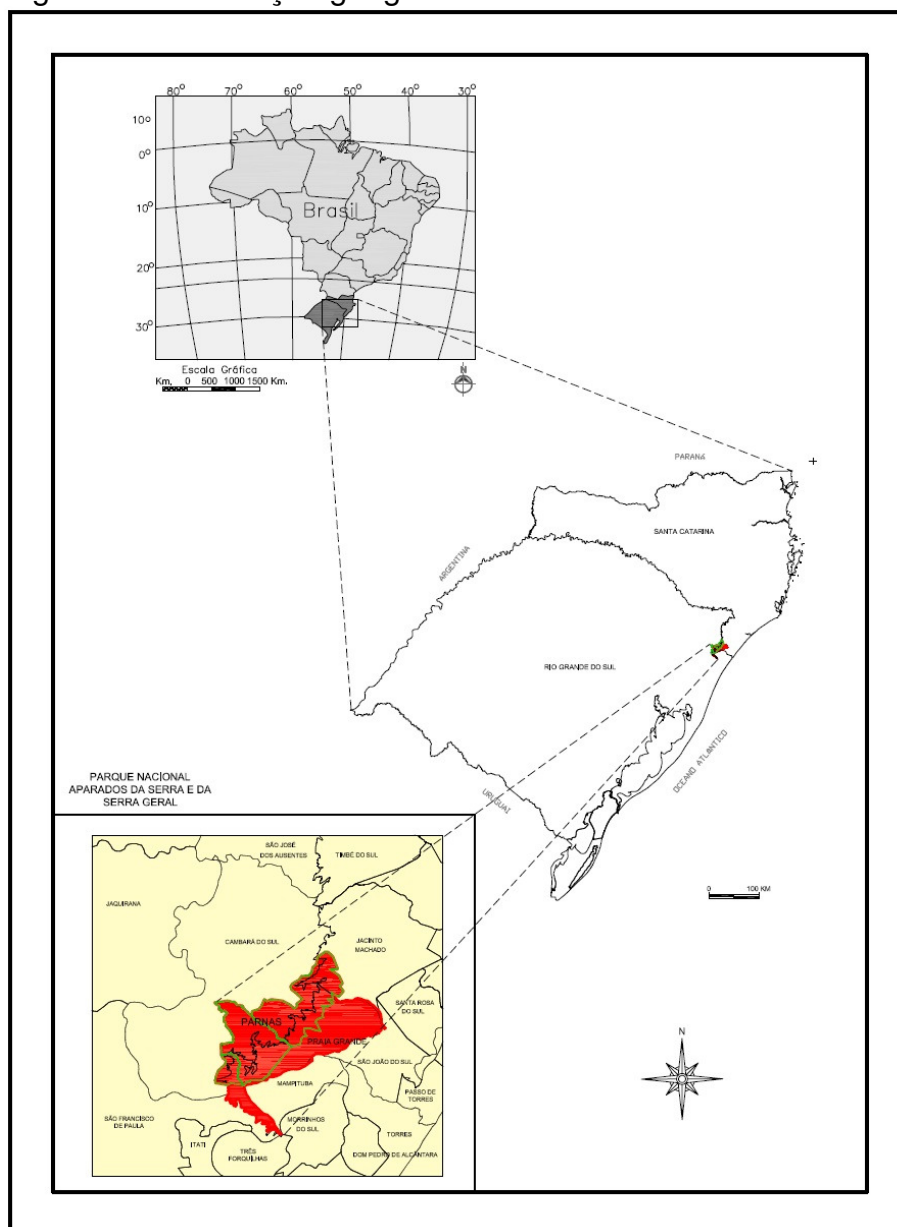
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área do presente estudo está representada pelo território do município de Praia Grande (SC) e dos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, como na figura 3. Os PARNAS abrangem além de Praia Grande (SC), os municípios de Jacinto Machado (SC) e Cambará do Sul (RS) (IBAMA, 2004), figura 4. As áreas destes dois municípios, por se localizarem no interior dos parques nacionais, também serão abordadas nesta descrição.

O município de Praia Grande está localizado no extremo sul catarinense, junto às escarpas da Serra Geral, como pode ser visto na figura 3. Com uma área de 279 km², Praia Grande faz limite com Jacinto Machado (SC) a nordeste, São João do Sul (SC) a leste, Mampituba (RS) ao sul, Cambará do Sul (RS) de norte a oeste e São Francisco de Paula (RS) a sudoeste. No município a divisa do estado de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, acompanha o rio Mampituba no lado sul, seguindo a montante pelo arroio Josafaz na direção SSO até alcançar a borda superior da escarpa da Serra Geral, de onde segue contornando os lados oeste e norte (BRASIL, 1980a; BRASIL, 1980b; IBGE, 1981).

Figura 3 - Localização geográfica da área de estudo.



Fonte: Autor: Luis Gustavo Ronsani Vito, 2011.

Figura 4 – Detalhe da área de estudo, evidenciando a sobreposição de territórios dos PARNAS (delineado em verde) e dos municípios de Praia Grande (SC), ressaltado em vermelho, Jacinto Machado (SC) e Cambará do Sul (RS).



Fonte: Adaptado de IBGE (2011c) e IBAMA (2004).

O município de Praia Grande possui população de 7.267 habitantes e deste total, cerca de 59% residem na área urbana (IBGE, 2010). A renda per capita média do município é menor que meio salário mínimo ao mês (IBGE, 2007 apud SANTACATARINA, 2010). De acordo com os últimos dados do IBGE, no ano de 2008, o produto interno bruto (PIB) do município é composto pelas seguintes atividades econômicas: serviços (58%), agropecuária (23%) e indústria (19%) (IBGE, 2011a, 2011b).

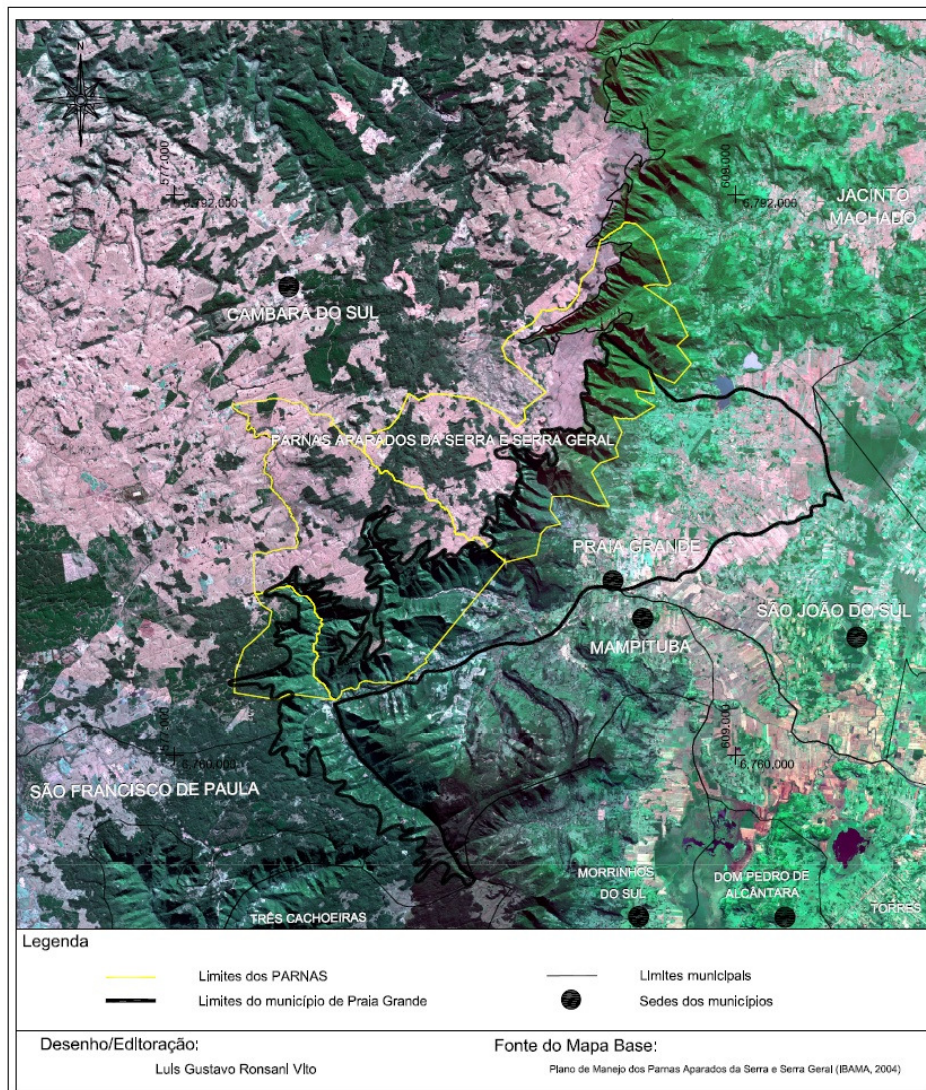
A atividade agropecuária é representada pelo cultivo do arroz irrigado, fumo, milho, banana, pecuária de corte, entre outros. A atividade industrial tem como base a indústria de fibras de vidro, que produz cabines de caminhão, utensílios domésticos (cubas, lavatórios, tanques, entre outros) e a indústria madeireira, voltada principalmente para produção de móveis e esquadrias. No setor terciário destaca-se o comércio do município, que também comercializa para os municípios vizinhos de São João do Sul (SC), Mampituba (RS) e Cambará do Sul (RS) (PRAIA GRANDE, 2011a).

A atividade turística do município se desenvolve, principalmente a partir do ano de 1998, após a reabertura da visitação pública no parque nacional de Aparados da Serra. Durante este período tem ocorrido sensibilização por parte do poder público e da iniciativa privada, no sentido de investir na atividade turística, devido aos aspectos geográficos que caracterizam o município.

Praia Grande possui diversos empreendimentos, como hotéis, pousadas, restaurantes, agências, entre outros, voltados para o turismo. Porém, não existem dados oficiais que comprovem o número de visitantes que circula no município e quanto de recursos financeiros são gerados pelo turismo (PRAIA GRANDE, 2011b).

O parque nacional de Aparados da Serra foi criado em 1959 e o da Serra Geral em 1992. As duas unidades de conservação possuem oficialmente, área total de 27.550 hectares e abrangem 37,2% do território do município de Praia Grande, além dos municípios de Jacinto Machado (SC) e Cambará do Sul (RS), como mostrado na figura 5. Na parte catarinense os parques abrangem as áreas mais íngremes das escarpas da Serra Geral, enquanto na parte riograndense abrangem as áreas do planalto com relevo ondulado (IBAMA, 2004).

Figura 5 - Imagem da área de estudo, que abrange a área do município de Praia Grande e a área dos PARNAS.



Fonte: adaptado de IBAMA (2004).

Mesmo após vários anos desde a sua criação, os dois parques nacionais ainda enfrentam problemas de regularização fundiária, apresentando percentual considerável de áreas das unidades de conservação que não foram desapropriadas e indenizadas (IBAMA, 2004). Enquanto isto, os proprietários continuam residindo no interior dos parques e utilizando estas áreas com atividades agropecuárias, apesar das restrições impostas pelo órgão ambiental.

A atividade turística no interior dos dois parques nacionais é realizada segundo o plano de manejo dos mesmos, que determina as áreas destinadas à visitação pública, bem como capacidade de carga e o período de funcionamento. A implantação e o gerenciamento das ações previstas no plano de manejo são realizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão das Unidades de Conservação.

O parque nacional de Aparados da Serra possui três trilhas abertas à visitação pública. As trilhas do Vértice e do Cotovelo que se localizam na área do planalto, junto às bordas do cânion Itaimbezinho e a trilha do Rio do Boi, que se localiza no município de Praia Grande, chegando até ao interior do cânion Itaimbezinho (ICMBio, 2011b). No parque nacional da Serra Geral são abertas à visitação as seguintes trilhas: trilhas pela borda sul do cânion Fortaleza, localizada no planalto; trilha da borda dos cânions, com trajeto desde a borda sul do cânion Fortaleza até o cânion Malacara, passando pelo cânion Churriado e escarpas da Serra Geral, também localizada no planalto; trilha das Piscinas do Malacara, localizada no município de Praia Grande, chegando ao interior deste cânion; e trilha do Tigre Preto, localizada no município de Jacinto Machado, que chega ao interior do cânion Fortaleza (ICMBio, 2011b). A localização e o trajeto destas trilhas podem ser visualizados no mapa de atrativos e infraestrutura turística na área de estudo (Apêndice A).

O parque nacional de Aparados da Serra realiza cobrança de ingresso e na parte do planalto, próximo ao cânion Itaimbezinho, possui a estrutura administrativa dos dois parques e centro de visitantes e lanchonete (no momento fechado ao público). No entanto, o parque nacional da Serra Geral não possui estrutura física, apenas uma guarita no acesso ao cânion Fortaleza, que faz o controle dos visitantes. Estas estruturas podem ser vista no mapa de atrativos e infraestrutura turística na área de estudo (Apêndice A).

As atividades permitidas de serem realizadas no interior dos parques são apenas caminhadas e “bike”, em algumas das trilhas. Durante o ano de 2010, o parque nacional de Aparados da Serra recebeu um total de 52.622 visitantes e o parque nacional da Serra Geral recebeu um total de 31.777 visitantes e estes números tem se mantido nos últimos anos (ICMBio, 2011b), conforme figuras 6 e 7, que mostram a variação da visitação destes parques nacionais no período de 2004 a 2010.

Figura 6 – Variação da visitação ao PARNA de Aparados da Serra no período de 2004 à 2010.



Fonte: Adaptado de ICMBio (2011b)

Figura 7 – Variação da visitação ao PARNA da Serra Geral no período de 2004 à 2010.



Fonte: Adaptado de ICMBio (2011b)

O povoamento do município de Praia Grande iniciou-se na primeira metade do século XIX, quando chegaram os primeiros moradores (RONSANI, 1999). Mas segundo este autor, é possível que a partir de 1730 já houvesse trânsito de tropeiros entre o planalto e o litoral, passando por esta área até então ocupada por indígenas. Praia Grande por estar estrategicamente localizada, integrava uma rota comercial entre o “Caminho das Tropas pelo Planalto” e o “Caminho do Mar” (BRIGHTWELL, 2003). Neste período diversas trilhas de tropeiros ligavam o litoral com o planalto, cruzando por Praia Grande e onde se encontram atualmente os parques nacionais, possibilitando o transporte de mercadorias e as relações comerciais da época (RONSANI, 1999). A partir de 1917 ocorreu um movimento colonizador que ocupou as áreas mais próximas das escarpas da Serra Geral

(BRIGHTWELL, 2003), chegando onde atualmente é o território dos parques nacionais.

A movimentação dos tropeiros por estas trilhas originou o nome do município. Os sedimentos transportados pelos rios durante as enxurradas, formava espalhados ao longo das margens, denominado pelos tropeiros de Praia Grande (RONSANI, 1999).

As áreas dos parques nacionais localizadas no planalto eram rotas de tropeiros e usadas com a pecuária extensiva. Mas foi com o grande número de serrarias que se instalaram em meados do século XX, ao longo das proximidades da borda superior do planalto para extrair os pinheiros-brasileiros, que surgiram núcleos de povoamento nestas áreas (BRIGHTWELL, 2003). Junto com as serrarias foram abertas as estradas e vieram para o local grande número de pessoas para trabalhar, movimentando o comércio dos tropeiros, como contam Maria Klipp e Manoel L. Luiz em entrevista concedida a autora Brightwell (2003).

De acordo com a mesma autora, durante a década de 1960 do século passado, muitas pessoas visitavam as aéreas do parque nacional de Aparados da Serra, próximo ao cânion Itaimbezinho. Conforme relatório do administrador do parque nacional, Dr. Antônio Lara, no ano de 1966, foram registrados mais de 10.000 visitantes nas proximidades do cânion Itaimbezinho. Grupos de jovens de Praia Grande visitavam o cânion Itaimbezinho em eventos religiosos e festivos, mesmo antes da abertura da rodovia da Serra do Faxinal (BRIGHTWELL, 2003).

A área de estudo possui grandes variações de relevo, apresentando áreas de planície com altitude média de 40 metros acima do nível do mar no município de Praia Grande, e áreas a mais de 1000 metros acima do nível do mar na parte de planalto, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A parte plana e de altitudes inferiores é representada pela Cobertura Sedimentar Quaternária, formada por sedimentos arenosos e argilosos, entre outros, que são transportados ao longo dos anos das áreas mais altas (SANTA CATARINA, 1986). As áreas de planície Quaternária localizadas em Praia Grande, são formadas por pequena faixa de depósitos lagunares na porção SE da área de estudo, no limite com o município de São João do Sul (SC) e por extensa faixa de depósitos colúvio-aluvionares que abrangem a parte central do município de Praia Grande no sentido NE – SO (SANTA CATARINA, 1986). A planície colúvio-aluvionar é caracterizada pelos modelados planos, localmente abaciados e canais com grande concentração de depósitos

resultantes das enxurradas (SANTA CATARINA, 1987a). É comum a ocorrência destas concentrações de material rochoso, de origem principalmente basáltica, em diferentes granulometria (seixos, calhaus e matacões), em áreas que são utilizadas com pastagens, arroz irrigado, fumo, milho entre outros.

Juntamente com os depósitos da Cobertura Sedimentar Quaternária, principalmente nas áreas mais próximas às escarpas da Serra Geral, apresentam-se rochas da Bacia Sedimentar do Paraná, representadas por afloramentos do arenito da Formação Botucatu e morros testemunhos que chegam a 80 metros de altitude em seu ponto mais alto (IBGE, 1981; SANTA CATARINA, 1987c). As rochas sedimentares originadas de depósitos eólicos em clima desértico (SANTA CATARINA, 1987a) apresentam aspecto poroso, facilitando os processos de intemperismo e o surgimento de grutas, devido ao deslocamento de água em seu interior.

A Formação Serra Geral compreende toda a parte norte e oeste de Praia Grande, incluindo áreas do município de Jacinto Machado, localizadas no interior do parque nacional da Serra Geral. É representada pelas encostas íngremes com altitudes que variam de 100 a mais de 1.000 metros (IBGE, 1981; SANTA CATARINA, 1987c). Este compartimento formado por basalto originário de sucessivos derrames vulcânicos, durante os períodos Jurássico e Cretáceo, apresenta escarpados abruptos para leste, denominados regionalmente por Aparados da Serra (SANTA CATARINA, 1986), que podem ser visualizados na figura 8. Encontra-se em constante e avançado processo erosivo, dando origem à paisagem formada por patamares, vales em “V” bastante profundos que formam os cânions e escarpas íngremes com afloramento de basalto (SANTA CATARINA, 1987a), como mostra a figura 9. Os patamares são formados por formas alongadas do relevo que se originam na Formação Serra Geral e avançam sobre a planície Lacustre e Colúvio-aluvionar, dando o testemunho do recuo pela erosão das escarpas desta formação (SANTA CATARINA, 1987a). Na Planície Quaternária encontram-se morros testemunhos afastados das escarpas e patamares da Serra Geral, com até 300 metros acima do nível do mar, apresentando em suas encostas inferiores afloramentos de arenito da Formação Botucatu e nas encostas superiores basalto da Formação Serra Geral (IBGE, 1981; SANTA CATARINA, 1987c). Os aspectos descritos podem ser visualizados na figura 8.

Figura 8 - Imagem das escarpas da Serra Geral, vista da Planície Quaternária, seguindo em direção ao município de Praia Grande(SC).



Fonte: Luiz Fernando Soares (2009).

Os vales em “V” são resultado da ação erosiva das redes de drenagem que descem do Planalto da Serra Geral, provocando a dissecação do relevo e formando, ao longo da escarpa, cânions que possuem paredes com mais de 800 metros de altura (SANTA CATARINA, 1986), como mostra a figura 9.

Figura 9 - Imagem aérea do cânion Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra, esculpido em rochas basálticas da Formação Serra Geral.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Praia Grande (2009).

As áreas dos parques nacionais localizadas no município de Cambará do Sul (RS), são geomorfologicamente denominadas por Planalto dos Campos Gerais. São representadas pela parte superior do compartimento da Serra Geral, formadas por relevo suave ondulado a ondulado (IBAMA, 2004), figura 10.

Figura 10 – Vista do relevo suave e ondulado, carcterístico do Planalto dos Campos Gerais, próximo à porção superior do cânion Fortaleza, em Cambará do Sul (RS).



Fonte: Acervo da Verdes Canyons (2009).

O clima da área de estudo apresenta significativas diferenças entre a Planície e o Planalto, principalmente em virtude da questão altitudinal aliada ao fator geomorfológico representado pelas escarpas da Serra Geral (IBAMA, 2004). Nos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, o clima é definido, segundo a classificação de Köppen como Cfa, que contempla todo o litoral catarinense, não apresentando estação seca e temperaturas mais elevadas no verão (SANTA CATARINA, 2009). Enquanto as áreas do planalto apresentam clima Cfb, não apresentando estação seca e verão ameno, com temperaturas médias entre 10º e 22ºC⁵ nos meses de verão.

O clima da área de estudo sofre grande influência das massas de ar que se deslocam sobre a região durante as diferentes estações do ano, determinando a distribuição das chuvas e variação das temperaturas. Deslocam-se sobre a área a Massa Equatorial Continental, com efeitos abrandados; Massa Tropical Continental, que é caracteristicamente quente e seca; Massa Tropical Atlântica, que propicia a ocorrência de chuvas orográficas e Massa Polar Continental que origina súbitos

⁵ De acordo com os dados de temperatura média mensal das estações meteorológicas de Bom Jesus (RS), Caxias do Sul (RS) – banco de dados INMET - e São Joaquim (SC) – banco de dados EPAGRI/CIRAM (MONTEIRO, 2007, p. 97).

declínios de temperatura (IBAMA, 2004).

A geomorfologia da área de estudo contribui para a existência de aspectos climáticos específicos, como o deslocamento das massas de ar quente e úmido, provenientes do oceano, que ao encontrar a barreira natural formada pelas escarpas da Serra Geral, elevam-se e condensam, provocando nevoeiros e chuvas orográficas. Os nevoeiros ocorrem ao longo do ano, geralmente ao final do dia, encobrindo os cânions e parte das escarpas da Serra Geral, sendo denominado localmente por “viração”, entre outras metáforas utilizadas regionalmente para sua designação (MONTEIRO, 2002 apud IBAMA, 2004).

Os níveis pluviométricos dos municípios de Praia Grande e Jacinto Machado, estão em torno de 1600mm anuais, seguindo os índices de precipitação relacionados às áreas próximas das escarpas da Serra Geral no sul de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1986). De acordo com Monteiro (2007), o relevo da área contribui para a formação de nebulosidade convectiva junto às escarpas da Serra Geral, provocando trovoadas orográficas. Em virtude deste processo as comunidades localizadas próximas as escarpas da Serra Geral apresentam índices de mais de 200 mm nos meses de janeiro e fevereiro (MONTEIRO, 2007).

Outro fator apresentado por Monteiro (2007), são os microclimas que ocorrem em mesmo município, quando comunidades bastante próximas como Mãe dos Homens e Praia Grande, apresentam totais de chuva com significativas diferenças. O autor atribui a existência destes microclimas ao relevo da área de estudo.

Os sistemas frontais originários de frentes frias são responsáveis pela distribuição de chuvas na área de estudo e ganham força entre o outono e a primavera, podendo provocar temporais em alguns momentos (MONTEIRO, 2007). Durante a passagem das frentes frias é comum a ocorrência dos nevoeiros, geralmente bastante densos e duradouros que atingem principalmente as áreas do planalto (MONTEIRO, 2002 apud IBAMA, 2004). As frentes frias são acompanhadas por ventos úmidos e gelados, geralmente nas direções SO – NE e conhecidos como minuano, que em dados momentos se intensificam após a passagem do sistema frontal (IBAMA, 2004). Durante a passagem de uma Massa Polar Continental, ainda é bastante comum a ocorrência de geadas com maior intensidade nas áreas de planalto (MONTEIRO, 2002 apud IBAMA, 2004) e algumas vezes a ocorrência de neve, também nas áreas do planalto (IBDF, 1984 apud IBAMA, 2004).

A hidrografia da área de estudo é formada pelo sistema de drenagem pertencente à vertente atlântica ou bacia do atlântico, que se dirigem diretamente para o oceano atlântico (SANTA CATARINA, 1986; UFSM, 2011). As nascentes e os rios localizados no interior da área de estudo, drenam para as bacias hidrográficas do Mampituba, Araranguá e do Taquari-Antas que compõe a região hidrográfica do rio Guaíba (IBAMA, 2004).

A bacia hidrográfica do Mampituba é a que apresenta maior expressividade, recebendo maior quantidade de rios que drenam pela área de estudo. O rio Mampituba nasce no estado Rio Grande do Sul, próximo a borda superior da escarpa da Serra Geral, a SO do município de Praia Grande⁶. Logo após vencer o declive da Serra Geral, o rio recebe as águas dos arroios Josafaz a direita e Faxinalzinho a esquerda, seguindo seu curso na direção NE. Próximo à sede do município de Praia Grande, um pouco a montante, o rio se divide formando um braço chamado rio Canoa, que após as enchentes das últimas décadas, tem-se mantido mais caudaloso que o próprio Mampituba⁷. Depois de percorrer um longo trajeto pela planície Quaternária e após cortar o município de São João do Sul, o rio Canoa retorna ao Mampituba em um ponto próximo ao litoral (IBGE, 1981; GOOGLE EARTH, 2011).

A maioria dos rios que nascem no interior das unidades de conservação na parte superior do planalto, percorrem os paredões das escarpas da Serra Geral, representando os afluentes da margem esquerda da bacia do Mampituba, desembocando no rio de mesmo nome ou no rio Canoa. Entre os principais é possível citar os rios: Pavão, Molha Coco, Malacara, Três Irmãos, Cachoeira, Leão, entre outros de menor porte (IBGE, 1981).

O rio da Pedra que percorre o interior do cânion Fortaleza, juntamente com outros de menor porte, desembocam no rio Itoupava que faz parte da bacia hidrográfica do Araranguá. As nascentes da área de estudo localizada no planalto e que escoam pelas escarpas da Serra Geral, formam arroios que drenam para as bacias hidrográficas do Taquari-Antas. Entre estes, destaca-se o arroio Camisas que nascem no interior do parque nacional Aparados da Serra e os arroios Porteira Velha

⁶ De acordo com a Carta Topográfica do Exército – Departamento de Serviço Geográfico – confeccionada e impressa no período de 1975 a 1980. Carta “Aratinga”, escala 1:50.000, folha SH.22-X-C-II-4 MI-2255/4 (BRASIL, 1980a).

⁷ Para efeitos de limite interestadual, mantém o comprovado pelo IBGE, que segue o curso principal do rio Mampituba (IBGE, 1981).

e Tainhas, que nascem próximo ao limite das Unidades de Conservação (IBAMA, 2004).

A hidrografia da área de estudo é alimentada pelo alto índice pluviométrico e apresentam características marcadas pela geomorfologia, onde córregos e arroios escoam para as zonas mais baixas, percorrendo os paredões das escarpas da Serra Geral em grandes desníveis de altitude (DUARTE, 2002 apud IBAMA, 2004). Durante o percurso do planalto até a planície em um desnível de aproximadamente 1.000 metros, os rios da região precipitam-se, formando cachoeiras e piscinas naturais com águas cristalinas principalmente no interior dos cânions (IBAMA, 2004).

Conforme apresenta Duarte (2002), as águas e os sedimentos provenientes do planalto e das escarpas, escoam com grande poder erosivo, aumentando consideravelmente o volume em períodos de chuva forte. Quando chegam ao sopé da escarpa, este fluxo é reduzido e os sedimentos depositam-se ao longo dos canais. Em virtude deste fator, nos períodos de menor quantidade de chuvas, grande parte da água infiltra e migra de forma subterrânea entre os sedimentos, formando canais secos (DUARTE, 2002).

O entulhamento dos canais por sedimento transportados durante as cheias, divide o canal-tronco e origina outros canais que escoam paralelamente a este (DUARTE, 2002). Segundo Duarte (2002), durante o transporte pelas águas os sedimentos reduzem de tamanho, em função do atrito, apresentando em média, tamanho menor a jusante, em relação aos depositados a montante do mesmo rio. Conforme a autora o declive acentuado dos rios que descem do planalto, como por exemplo, o rio Pavão, possibilita o transporte pela água, de matacões com tamanho de 1 metro. Os sedimentos transportados pelos rios são conhecidos pelos leigos como “seixos rolados” e formam grandes depósitos ao longo dos canais, que são chamados de despraiados. Estes grandes despraiados deram origem ao nome do município de Praia Grande, pelos tropeiros que passavam por este local a quase dois séculos atrás (RONSANI, 1999).

A área do município faz parte da bacia do rio Mampituba e os principais rios que cortam o município são: rio Mampituba e seus afluentes pela margem esquerda. A maioria destes rios são pouco caudalosos, apresentando um escoamento rápido em virtude do declive de altitude. Durante períodos de chuva o nível dos rios eleva-se consideravelmente provocando enxurradas.

A área de estudo está localizada no Bioma da Mata Atlântica (BRASIL, 2010a; IBGE, 2011) e sua cobertura vegetal originária está dividida em 3 regiões fitogeográficas (SANTA CATARINA, 2008). O município de Praia Grande está localizado na região da Floresta Ombrofila Densa, subdividida em Florestas de Terras Baixas, Submontana e Montana.

A Floresta das Terras Baixas compreendia a cobertura vegetal originária das áreas Planície Lacustre no SE do município, ocorrendo em locais de até 30 metros acima do nível do mar. Atualmente existem apenas pequenos remanescentes desta floresta que teve sua área original ocupada principalmente pelo cultivo do arroz irrigado (SANTA CATARINA, 1986; GOOGLE EARTH, 2011).

A área de cobertura originária da Floresta Submontana, ocupa a faixa com altitude entre 30 e 400 metros acima do nível do mar e ocorre em toda a Planície Quaternária formada por depósitos sedimentares Colúvio-aluvionares, avançando sobre os patamares e escarpas da Serra Geral, bem como os morros testemunhos desta formação e de rochas sedimentares da Formação Botucatu (SANTA CATARINA, 1986). Atualmente grande parte da área originária da Floresta Submontana é ocupada por lavouras cíclicas, pastagens, silvicultura, bananais entre outras atividades agrícolas, existindo apenas alguns remanescentes de vegetação primária e vegetação secundária em avançado estágio de regeneração (SANTA CATARINA, 1986; GOOGLE EARTH, 2011). Principalmente em locais, onde a mesma se encontra no interior dos parques nacionais, em virtude dos limites das unidades de conservação cruzar por altitudes inferiores a 400 metros acima do nível do mar (IBGE, 1981; IBAMA, 2004).

A cobertura originária da Floresta Montana localiza-se em altitudes entre 400 e 1.000 metros acima do nível do mar, ocorrendo em toda a área de escarpas e patamares da Serra Geral. De maneira geral, as espécies que dominam nesta floresta são as mesmas que ocorrem na Floresta Submontana.

No passado grande parte destas áreas sofreram extração de madeira para o uso comercial, porém existem grandes áreas de remanescentes e a vegetação secundária encontra-se em estágio avançado de regeneração. O fato desta floresta localizar-se nas escarpas íngremes e com altitudes elevadas não recomendadas para o uso agrícola, contribuiu para sua preservação. Atualmente a maior parte desta floresta localizada na área de estudo encontra-se no interior dos parques nacionais (IBGE, 1981; IBAMA, 2004; GOOGLE EARTH, 2011).

O plano de manejo dos parques nacionais apresenta mais duas formações florestais que ocorrem nas escarpas da Serra Geral na transição para o planalto e com características bastante peculiares. Uma destas, trata-se da “Matinha Nebular” (RAMBO, 1949 apud IBAMA, 2004) ou Floresta Nebular dos Aparados da Serra (KLEIN, 1978 apud IBAMA, 2004), que se desenvolve nas escarpas abruptas, com elevadas altitudes e solos rasos. As espécies componentes apresentam estrutura baixa com árvores tortuosas, freqüentemente cobertas de musgos e epífitas e dominância dos cambuins *Siphoneugenia reitzii* e *Myrceugenia eusmosa*, a gramimunha *Weinmannia humilis* e a casca-d’anta *Drimys angustifolia* (IBAMA, 2004).

A outra formação florestal apontada pelo plano de manejo das unidades de conservação é a Vegetação Rupícola, localizada nos paredões rochosos das escarpas íngremes, principalmente da região dos parques nacionais. É caracterizada pela presença expressiva do urtigão *Gunnera manicata*, do cará-mimoso *Chusquea mimosa* e da bracatinga *Mimosa scabrella* e devido à “peculiaridade de sua ocorrência quanto à singularidade do ambiente e às condições edáficas extremas, tem grande potencial para conter espécies endêmicas ainda desconhecidas” (PERIN, 2002 apud IBAMA, 2004).

Avançando para o Planalto dos Campos Gerais, encontram-se a região fitogeográfica da Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Pinhais ou Floresta das Araucárias (SANTA CATARINA, 2008; IBAMA, 2004). Nesta formação florestal destaca-se o pinheiro-brasileiro ou pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*), formando um extrato superior e abaixo se encontram outras espécies como a bracatinga (*Mimosa scabrella*), camboatá-branco (*Matayba elaeagnoides*), imbuia (*Ocotea porosa*) (SANTA CATARINA, 2008), além de espécies típicas como o xaxim (*Dicksonia selowiana*), o pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*), o guaperê (*Lamanonia speciosa*), a casca-d’anta (*Drimys angustifolia*) e a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), dentre outras (PERIN, 2002 apud IBAMA, 2004). A Floresta Ombrófila Mista localizada no interior dos parques sofreu grande degradação até próximo ao ano 1960, em função da extração do pinheiro-brasileiro pelas serrarias. Com a saída das serrarias ainda na década de 50 do século passado, estas terras foram vendidas para antigos empregados, que continuaram utilizando, principalmente com a pecuária extensiva (BRIGHTWELL, 2003). Atualmente esta floresta apresenta grandes áreas em acelerado estágio de regeneração no interior

dos parques (GOOGLE EARTH, 2011).

A região fitogeográfica denominada de Savana (PROJETO RADAMBRASIL, s/d apud SANTA CATARINA, 1986) ou Estepe (SANTA CATARINA, 2008), é caracterizada por uma cobertura vegetal formada gramíneas, ocorrendo capões de mata ao redor das nascentes e mata de galeria ao longo dos cursos de água. Localizado nas áreas de depressão e úmidas do Planalto, ocorre os chamados Campos Turfosos ou Turfeiras, formados por acúmulo de matéria orgânica. São compostos por colchões de *Sphagnum* spp e apresentam fisionomia herbácea ou arbustiva, representando grande importância por funcionarem como reguladores de vazão das drenagens formando as nascentes dos cursos de água (RIGO, 2002 apud IBAMA, 2004).

O plano de manejo dos parques (IBAMA, 2004) nacionais ainda cita os chamados Campos Rupestres, localizados nos afloramentos rochosos e nas bordas do Planalto, cuja composição está intimamente relacionada ao caráter edáfico. “Esta formação apresenta florística semelhante aos Campos Secos, porém com algumas espécies típicas” (IBAMA, 2004, p. 2-5).

Na região denominada Savana ou Estepe o principal uso é pela pecuária extensiva nas áreas ainda não regularizadas, e algumas áreas com silvicultura de *Pinus ssp.*, vegetação exótica utilizada para indústria moveleira e para a obtenção de celulose (IBAMA, 2004). De acordo com o Plano de manejo dos parques, os impactos sofridos por este ecossistema com atividade de pecuária estão relacionados ao pisoteio do gado sobre as espécies nativas e o uso do fogo no final do inverno para acelerar o processo de rebrota das espécies para o pastoreio. A prática do uso fogo, utilizada há séculos, contribui para redução das espécies, permanecendo apenas as mais resistentes, além de atingir a fauna, principalmente os anfíbios (IBAMA, 2004)

A silvicultura de *Pinus ssp.*, por se tratar de plantios homogêneos contribui para supressão das espécies nativas. A presença do pinus no interior e no entorno do parque não é desejável, por dispersar as sementes que transportadas principalmente através do vento, podem se desenvolver em outras áreas do parque. Outra espécie exótica e invasora localizada nesta região fitogeográfica é o tojo (*Ulex europaeus*), considerada impactante por suprimir as espécies nativas (IBAMA, 2004).

5.2 IDENTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA DA ÁREA DE ESTUDO

Após realizar a análise do plano de manejo dos PARNAS e do relatório da “I Oficina de Planejamento Turístico do Município de Praia Grande”, foram identificados os atrativos turísticos da área de estudo. Estes atrativos, juntamente com a infraestrutura turística do município e dos PARNAS, são apresentados a seguir e estão espacializados no mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo: município de Praia Grande (SC) e PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral (Apêndice A), que abrange toda a área de estudo e no mapa de atrativos e infraestrutura turística no perímetro urbano do município de Praia Grande (Apêndice B).

Os atrativos turísticos, as atividades turísticas que são realizadas ou que possuem potencial para serem realizadas no local, bem como o segmento turístico em que as mesmas se enquadram e a sua localização são apresentados em dois quadros (3 e 4) de forma separada, de acordo com sua localização, no interior das UCs e/ou no entorno das UCs, localizados no município de Praia Grande ou que contribui diretamente para a atividade turística de Praia Grande.

As trilhas existentes na área de estudo e que proporcionam as caminhadas também foram classificadas como atrativos. Considerando que o atrativo é tudo aquilo que atrai, desperta interesse e motiva o deslocamento de grupos pessoas para conhecê-los (BARRETO, 1998; BENI, 2002; OLIVEIRA, 2001). Entende-se que as trilhas não apenas representam apenas o caminho que leva aos atrativos, como também compõe o próprio atrativo, pois os turistas que visitam este território estão motivados a realizar caminhadas por trilhas em ambientes naturais.

Os segmentos turísticos das atividades realizadas nos atrativos são o turismo de aventura, em que o praticante está ciente dos riscos ao praticar determinada atividade e o ecoturismo, que tem como foco o meio ambiente, além da preocupação com o desenvolvimento social e econômico dos locais e de suas populações (FARAH, 2005).

Quando se trata de atividades realizadas no interior de unidades de conservação, é evidente e necessário o foco no meio ambiente, existindo uma mensagem de educação ambiental. Esta mensagem pode ser repassada ao

visitante através de material e placas informativas ou pelo condutor de ecoturismo. Porém, algumas atividades, além de abordar as questões relacionadas acima, agregam também a “aventura” e são, portanto, consideradas turismo de aventura. Este formato das atividades se replica para o entorno das unidades e promovem o envolvimento social e econômico das populações locais, seja por meio dos serviços de condutor local ou pelos equipamentos turísticos que pertence ou envolvem pessoas da comunidade.

Cabe ainda, ressaltar que o objetivo principal deste trabalho não é realizar a classificação das atividades de acordo com os segmentos turísticos, mas principalmente apresentar os atrativos turísticos e as atividades neles realizadas. Assim, serão apresentados os atrativos e as atividades turísticas neles realizadas, classificando-os nos segmentos turísticos que melhor representarem. E para efeitos de classificação, serão consideradas atividades de turismo de aventura todas aquelas que apresentarem certo risco ao visitante, mesmo que em pequeno grau.

No quadro 3, tem-se a caracterização dos atrativos turísticos, localizados no interior dos parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, elaborado a partir da análise das trilhas e atividades previstas no plano de manejo dos PARNAS, e do relatório da “I Oficina de Planejamento Turístico do Município de Praia Grande”.

Neste quadro são apresentados os atrativos turísticos e as atividades desenvolvidas em cada um, classificadas segundo o segmento turístico – ecoturismo e/ou turismo de aventura. Os atrativos são diferenciados em atrativos abertos ao uso do público e os planejados no plano de manejo dos PARNAS, mas que no momento não estão abertos ao público e são apenas potenciais. Estes atrativos estão espacializados no mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo: município de Praia Grande (SC) e PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral (Apêndice A),

Quadro 3- Caracterização dos atrativos turísticos dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral

Atrativo turístico	Atividades desenvolvidas	Segmento turístico das atividades	Abertas ao público ou em potencial	Localização
Cânion Itaimbezinho	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Ecoturismo/Turismo de aventura	Abertas ao público	Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS)
Trilha do Cotovelo (borda superior do cânion Itaimbezinho)	Caminhada	Ecoturismo	Aberta ao público auto-guiada	Cambará do Sul (RS)
	Cicloturismo ⁸	Turismo de aventura	Aberta ao público auto-guiada	Cambará do Sul (RS)
Trilha do Vértice (borda superior do cânion Itaimbezinho)	Caminhada	Ecoturismo	Aberta ao público auto-guiada	Cambará do Sul (RS)
Trilha do rio do Boi	Caminhada (hiking ⁹)	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado	Praia Grande (SC)
Cânion Fortaleza	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Ecoturismo/Turismo de aventura	Abertas ao público	Cambará do Sul (RS) e Jacinto Machado (SC)
Trilha do mirante do Fortaleza	Caminhada	Ecoturismo	Aberta ao público auto-guiada	Cambará do Sul (RS)
Trilha da cachoeira do Tigre Preto e Pedra do Segredo	Caminhada	Ecoturismo	Aberta ao público auto-guiada	Cambará do Sul (RS)
Trilha da borda sul cânion Fortaleza	Caminhada (hiking)	Ecoturismo	Aberta ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado	Cambará do Sul (RS)
Trilha do Tigre Preto ou piscinas do interior do Fortaleza	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado	Jacinto Machado (SC)
Trilha da Borda dos Cânions (partindo da borda sul do cânion Fortaleza, passando pelo cânion Churriado até a borda do cânion Malacara	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado	Cambará do Sul (RS)

⁸ “Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite” (BRASIL, 2010, p. 18).

⁹ “Denominação que também é utilizada para caminhada sem pernoite” (BRASIL, 2010, p. 18).

Trilha da borda norte do cânion Fortaleza	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Cambará do Sul (RS)
Cânion Malacara	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Parcialmente aberto ao público	Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS)
Trilha do Malacara – borda superior acesso sul (partindo da guarita Gralha Azul)	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial	Cambará do Sul (RS)
Trilha das Piscinas do Malacara (interior do cânion Malacara)	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Aberto ao público com acompanhamento de condutor/guia especializado	Praia Grande(SC)
Cânion Índios Coroados	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Potencial	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Trilha de borda do cânion Índios Coroados	Caminhada	Ecoturismo	Potencial	Cambará do Sul(RS)
Trilha de borda do cânion Índios Coroados chegando até o cânion Malacara (retornando para o local de partida ou para a Guarita Gralha Azul)	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial	Cambará do Sul(RS)
Cânion Churriado	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Potencial	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Trilha das do interior do cânion Churriado	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Praia Grande(SC)
Trilha dos Porcos	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Trilha do Morro do Campestre	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Praia Grande(SC)
Trilha do interior do cânion dos Índios Coroados	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial	Praia Grande(SC)
Trilha Morro dos Cabritos	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Praia Grande(SC)
Trilha Morro do Carazal	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Jacinto Machado(SC)
Trilha da Serra da Pedra	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial	Cambará do Sul(RS) e Jacinto Machado(SC)

Cânion Faxinalzinho	Caminhada pela borda superior e no interior do cânion	Turismo de aventura	Potencial	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Trilha do interior do cânion Faxinalzinho	Caminhada (hiking)	Turismo de aventura	Potencial *	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Trilha do da Serra do Cavalinho	Caminhada (trekking ¹⁰)	Turismo de aventura	Potencial*	Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS)
Canionismo ¹¹ nos cânions: Malacara, Índios Coroados, Molha Coco, Fortaleza, da Pedra, e Orbal	Canionismo	Turismo de aventura	Potencial	Praia Grande(SC), Cambará do Sul(RS) e Jacinto Machado(SC)

*Trilhas que não estão previstas no plano de manejo dos PARNAS (IBAMA, 2004)

Fonte: O autor, 2011.

¹⁰ Denominação que também é utilizada para caminhadas de longo percurso com acampamentos (BRASIL, 2010, p. 18).

¹¹ Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente. (BRASIL, 2010, p. 18).

As figuras 11, 12, 13 e 14 mostram trilhas percorridas no interior dos cânions – trilha do rio do Boi, no interior do cânion do Itaimbezinho, do Tigre Preto, no interior do cânion Fortaleza e a das piscinas do rio Malacara, no interior do cânion Malacara - elencadas como atrativos turísticos no quadro 3. Nestes atrativos é possível a realização de caminhada, atividade do segmento turismo de aventura.

Figura 11 – Trilha do rio do Boi – interior do cânion do Itaimbezinho, em Praia Grande (SC).



Fonte: Junior Scandolara Claudino (2005).

Figura 12: Caminhada ao longo da trilha do Tigre Preto – interior do cânion do Fortaleza, em Jacinto Machado (SC).



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau, (2009).

Figura 13 – Vista dos paredões do cânion do Malacara, a partir da trilha das piscinas do rio Malacara, em Praia Grande(SC).



Fonte: Júnior Scandolara Claudino (2005) e Paulo Giovane Selau (2011)

Figura 14 - Piscinas naturais no interior dos cânions.



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2010).

Algumas das trilhas apresentadas como potencial (figura 15 e 16) não estão previstas para o uso público no plano de manejo dos PARNAS, porém, foram levantadas como potenciais na “I Oficina de Planejamento Turístico de Praia Grande”, na proposta dos grupos de trabalho para elaboração do plano de manejo, ou foram citadas por condutores/guidas durante as entrevistas.

Figura 15 – Paisagem ao longo da trilha do Morro do Campestre (potencial), em Praia Grande(SC).



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2009).

Figura 16 – Vista da trilha do cânion Malacara parte superior, acesso sul (potencial), em Cambará do Sul (RS).



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2005).

As atividades previstas no plano de manejo dos PARNAS, que ainda se configuram em potencial, estão relacionadas principalmente a problemas de regularização fundiária entre outros de ordem administrativa e orçamentária, que impedem que o ICMBio coloque o plano de manejo em prática.

As trilhas do Cotovelo e Vértice, no cânion Itaimbezinho, mostrado na figura 17, e trilhas do Mirante e da Pedra do Segredo, no cânion Fortaleza, visto na figura 18, são classificadas no plano de manejo dos PARNAS como áreas de turismo massivo, por concentrar maior fluxo de visitantes nestes locais. Mas é importante ponderar, que mesmo concentrando números mais elevados de visitantes, ainda assim não se trata de turismo de massa nos moldes convencionais, ao menos atualmente, considerando que o principal atrativo desta área está relacionado aos aspectos que identificam o turismo alternativo, de acordo com Cruz (2003) e Fennell (2002).

Figura 17 – Visualização das trilhas do Cotovelo e Vértice, no cânion Itaimbezinho, em Praia Grande (SC) e Cambará do Sul (RS).



Fonte: Junior Scandolara Claudino (2005).

Figura 18 – Aspectos das trilhas do Mirante e da Pedra do Segredo, no cânion Fortaleza parte superior, em Cambará do Sul (RS).



Fonte: Junior Scandolara Claudino (2005).

Para as trilhas de longo percurso, o plano de manejo dos PARNAS sugere a realização de acampamentos selvagens, com mínima estrutura de apoio aos visitantes, como sinalização e sanitários secos. Os acampamentos seriam realizados nas trilhas da Serra do Cavalinho (figura 19), trilha da borda norte do cânion Fortaleza e Serra da Pedra e na trilha de bordas dos cânions Malacara, Churriado e Fortaleza com possibilidade de início no acesso sul (Guarita Gralha Azul) ou norte cânion Fortaleza, podendo ainda, optar por descer na trilha dos Porcos. Este tipo de atividade seria condicionado à concessão de permissão por grupo acompanhado de condutor/guia especializado (IBAMA, 2004).

Figura 19 - Trilha da Serra do Cavalinho (potencial), em Praia Grande(SC) e Cambará do Sul(RS).



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

Em relação aos atrativos localizados fora dos limites dos PARNAS, no município de Praia Grande ou que contribuem diretamente para atividade turística deste município, foram considerados atrativos que contribuem diretamente para a atividade turística de Praia Grande, aqueles localizados no vale da Pedra Branca, de ambos os lados do rio Mampituba, cujo limite dos municípios de Praia Grande (SC) e Mampituba (RS) é o próprio rio Mampituba.

Além destes atrativos, foi incluída a Cachoeira dos Borges, situada no município de Mampituba (RS), que contribui diretamente para a atividade turística do município de Praia Grande (SC).

Como estão em áreas povoadas (urbana ou rural), os atrativos localizados no território do entorno dos PARNAS, também são representados pelo segmento do turismo rural e por patrimônios históricos e culturais.

Com relação aos patrimônios históricos e culturais, estes são representados por elementos que contribuem para dinâmica desta sociedade e servem como testemunho da história deste lugar. Porém, dado ao grau de expressividade e atratividade que estes possuem, ainda não é possível afirmar que os mesmos constituem segmento turístico próprio, com capacidade de atrair demandas específicas. Mas são fundamentais na agregação de valor aos produtos turísticos dos principais segmentos, em especial o turismo rural e o ecoturismo.

Desta forma, o quadro 4 apresenta os atrativos turísticos localizados fora dos limites dos PARNAS, no interior do município de Praia Grande ou que contribuem diretamente para a atividade turística do município. Neste quadro tem-se os atrativos turísticos e as atividades desenvolvidas em cada um, classificadas segundo o segmento turístico – ecoturismo e/ou turismo de aventura e/ou turismo rural. A condição de atrativo “potencial” no quadro 4 deve-se ao fato do atrativo ainda não fazer parte de um produto turístico ou não estar sendo aproveitado em toda sua capacidade. No entanto, não existe uma lei que impeça estes atrativos de saírem da condição de potenciais e se transformarem em produto turístico, ao contrário dos localizados no interior dos PARNAS, apresentados no quadro 3. Portanto, os atrativos em potencial neste caso necessitam de serem trabalhados, preparados e melhorados, para assim destinar um uso diferente do atual, transformando-se em um produto turístico. Os atrativos elencados no quadro 4 são espacializados no mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo: município de Praia Grande (SC) e PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral (Apêndice A) e no mapa de atrativos e infraestrutura turística no perímetro urbano do município de Praia Grande (Apêndice B).

Quadro 4 – Caracterização dos atrativos turísticos no município de Praia Grande, externos aos limites dos PARNAS.

Atrativo turístico	Atividades desenvolvidas	Segmento turístico das atividades	Abertas ao público ou em potencial	Localização
Vale da Pedra Branca	Passeios, caminhadas, cicloturismo, canionismo, escalada, banhos de rio, visita às propriedades rurais e conhecer a comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque	Ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural	Algumas atividades abertas ao público outras em potencial	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Trilha da Pedra Branca	Caminhada (<i>hiking</i>)	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor/guia	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Escalada na Pedra Branca	Escalada	Turismo de aventura	Aberta ao público, mas ainda em potencial, não formatado como produto turístico	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Via de canionismo do Iniciante (vale da Pedra Branca)	Canionismo	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor de canionismo	Praia Grande(SC)
Comunidade dos remanescentes Quilombo São Roque ¹²	Conhecer a história e cultura dos remanescentes do Quilombo	Agregado ao ecoturismo e turismo rural	Potencial, ainda não formatado como produto turístico	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Cânion Josafaz	Caminhadas (<i>hiking</i>) e canionismo	Turismo de aventura	Potencial, ainda não formatado como produto turístico	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Garganta São Gorgonho	Caminhadas (<i>hiking</i>) e canionismo	Turismo de aventura	Potencial, ainda não formatado como produto turístico	Praia Grande(SC)
Rio Mampituba	Passeios, banhos de rios nas piscinas naturais e <i>bóia cross</i> ¹³	Ecoturismo e turismo de aventura	Aberto ao público, porém no caso da atividade <i>bóia cross</i> ainda é potencial, pouco comercializado como produto turístico.	Praia Grande(SC) e Mampituba(RS)
Via de canionismo do Café	Canionismo	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor	Praia Grande(SC)

¹² Grupo Afro-descendentes de escravos que resistiram ao regime que os escravizava e fugiram, encontrando naquele lugar de difícil acesso ao escravizador, possibilidade de se libertar e se (re)constituírem enquanto grupo étnico (SILVA; GOULART, 2008).

¹³ “Atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da bóia e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água” (BRASIL, 2010, p. 19).

			de canionismo	
Cachoeira dos Borges	Caminhadas (<i>hiking</i>) e cachoeirismo ¹⁴	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor devidamente capacitado	Mampituba(RS)
Propriedades rurais agroecológicas	Visita as propriedades, conhecimento dos processos produtivos agroecológicos e agroindustriais, degustação e produtos e compras de produtos	Turismo rural e agregado ao ecoturismo	Aberto ao público com agendamento	Praia Grande(SC)
Cachoeira Magia das Aguas	Caminhadas e cachoeirismo	Ecoturismo e turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor devidamente capacitado	Praia Grande(SC)
Cachoeira da Vista Alegre	Caminhadas (<i>hiking</i>) e cachoeirismo	Turismo de aventura	Aberta ao público com acompanhamento de condutor devidamente capacitado	Praia Grande(SC)
Rua Abel Esteves de Aguiar	Visitação ou observação de construções antigas ainda existentes no local, conhecimento da história do caminho de tropeiros e da própria cidade.	Espaço construído que pode ser absorvido pelos demais segmentos	Potencial, não existe como produto turístico	Praia Grande(SC)
Praça no centro da cidade	Visitação e observação da maquete dos cânions existente neste local	Espaço construído que pode ser absorvido pelos demais segmentos	Aberto ao público	Praia Grande(SC)
Igreja matriz	Visitação	Arquitetura religiosa no centro da cidade que pode ser agregado aos demais segmentos	Aberto ao público	Praia Grande(SC)

Fonte: O autor, 2011.

¹⁴ “Descida em quedas d’água, seguindo ou não o curso d’água, utilizando técnicas verticais” (BRASIL, 2010, p. 18).

As figuras 20 e 21 mostram atividades desenvolvidas na trilha da Pedra Branca e na cachoeira Magia das Águas – atrativos turísticos localizados fora dos limites dos PARNAS (quadro 4). Nestes atrativos é possível a realização de caminhada na trilha da Pedra Branca e cachoeirismo na cachoeira Magia das Águas.

Figura 20 – Paisagem a partir da trilha da Pedra Branca, nos municípios de Praia Grande(SC) e Mampituba(RS).



Fonte: Luiz Fernando Soares (2009)

Figura 21 - Cachoeirismo na cachoeira Magia das Águas, em Praia Grande(SC).



Fonte: Acervo Canyons e Peraus (2010)

Os atrativos “rua Abel Esteves de Aguiar”, “Praça no centro da cidade” e “Igreja matriz”, conforme exposto anteriormente, são apenas um potencial, pois ainda não dispõem de um produto turístico, que possa ser acessado pelo consumidor. Estes atrativos não constituem ainda um segmento turístico próprio, como por exemplo, turismo cultural¹⁵ ou religioso¹⁶ entre outros.

Desta forma, os atrativos acima podem fazer parte da oferta de um produto turístico do município de Praia Grande, agregando valor ao mesmo. Porém, a demanda consumidora deste produto é motivada principalmente pelos atrativos que compõe os segmentos turísticos ecoturismo e turismo de aventura, como os cânions, cachoeiras, rios e trilhas. Portanto, os atrativos “rua Abel Esteves de Aguiar”, que pode ser vista na figura 22, “Praça no centro da cidade” e Igreja matriz”, visualizados na figura 23, ainda não provocam o deslocamento de visitantes com o objetivo principal de visitá-los.

Figura 22 – Vista da rua Abel Esteves de Aguiar localizada em um antigo caminho de tropeiro e construções antigas, que fazem parte da história do município de Praia Grande (SC).



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

¹⁵ “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Brasil, 2010, p. 13).

¹⁶ “O Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas” (Brasil, 2010, p. 16).

Figura 23 - Praça no centro da cidade e ao fundo a igreja matriz de Praia Grande (SC).



Fonte: Acervo Verdes Canyons (2010).

A comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque representa um grande potencial turístico, pois recebe grupos de visitantes, que esporadicamente visitam a mesma com objetivos de estudo, como visto na figura 24. Mas não possui estruturas e serviços específicos para atividade turística, contemplando a história e a cultura da comunidade, que constituam um produto turístico.

É importante salientar que parte do território da comunidade dos remanescentes do Quilombo São Roque, é sobreposto pelo território dos PARNAS, existindo territorialidade quanto ao uso destas áreas.

Figura 24 - Representante da Associação Quilombola São Roque, recebendo grupo de alunos em sua propriedade.



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2010).

Os atrativos de turismo rural apresentam pouca expressividade e estão estritamente atrelados aos segmentos turísticos ecoturismo e turismo de aventura, mas representam um grande potencial para atividade turística do município, por ampliar as opções de atividades aos visitantes e possibilitar o envolvimento direto e indireto das famílias de agricultores. Atualmente o segmento é representado por visitas às propriedades rurais agroecológicas, como pode ser visto na figura 25, possibilitando conhecer os sistemas de produção, agroindustrialização, degustação e compra de produtos. E por alguns equipamentos de alimentação que pertencem a famílias de agricultores ou que buscam manter as características voltadas para o segmento rural.

Em algumas destas propriedades rurais a atividade agrícola faz parte do cotidiano da mesma, enquanto a atividade turística representa apenas uma ocupação complementar e possibilita a venda de produtos agrícolas direto ao consumidor. Enquadrando-se assim, na modalidade agroturismo, de acordo com Campanhola & Silva (1999 apud SCHNEIDER & FIALHO, 2000) e o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010). Como a maioria destas propriedades pertence e é gerida por agricultores familiares, enquadram-se também na modalidade TRAF (BRASIL, 2010).

Figura 25 - Grupo de alunos visitando o engenho artesanal de cana-de-açúcar em uma propriedade agroecológica



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2010).

Além dos atrativos apresentados no quadro 4, existem outros, como manifestações populares e eventos, que atualmente são realizados com foco principalmente no público local e regional. Em relação aos eventos, cabe ressaltar o “Natal dos canyons”, que pode ser visualizado na figura 26, o Rodeio Crioulo no Centro de Tradição Gaúchas (CTG) Porteira do Faxinal e o Bóia Cross¹⁷. Estes eventos atraem um número considerável de pessoas do município e de municípios vizinhos, utilizando principalmente os serviços e equipamentos de apoio ao turismo.

¹⁷ Evento realizado por 25 edições no Balneário Mampituba, às margens do rio Mampituba, próximo ao centro da cidade. No ano de 2011 o evento não foi realizado.

Figura 26 - Evento “Natal dos canyons” no centro da cidade, ano de 2010.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Praia Grande (2010).

Conforme é possível observar nos quadros 3 e 4, a maioria dos atrativos turísticos da área de estudo, estão localizados no interior dos PARNAS, onde estão também localizados os principais atrativos, pertencentes aos segmentos turístico ecoturismo e turismo de aventura, de acordo com as entrevistas realizadas, as quais serão apresentadas a seguir.

Para a análise da infraestrutura turística da área de estudo é usada a definição de Barreto (1998) e de outros autores como Oliveira (2001) e Feitosa (2009). Esta infraestrutura encontra-se espacializada no mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo: município de Praia Grande (SC) e PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral (Apêndice A), que abrange toda a área de estudo e no mapa de atrativos e infraestrutura turística no perímetro urbano do município de Praia Grande (Apêndice B).

A infraestrutura de acesso à área de estudo é constituída pelo sistema rodoviário, representado por vias pavimentadas até o centro urbano e a partir deste ponto o visitante necessita percorrer por vias sem pavimentação para chegar aos principais atrativos. A principal via de acesso ao município de Praia Grande é a rodovia SC-450, que liga Praia Grande à BR101, distante 21 km do município. Outras vias possibilitam acesso ao município, porém apresentam maiores distâncias e trechos sem pavimentação.

A partir da sede do município de Praia Grande, os acessos aos atrativos localizados na planície e encosta da Serra Geral é por estradas municipais ou pela rodovia SC-483, que liga Praia Grande ao município vizinho de Jacinto Machado (SC), todas sem pavimentação. O acesso ao cânion Itaimbezinho parte superior, um dos principais atrativos, é feito ao longo de 22 km pela rodovia Serra do Faxinal (SC-450), conectando-se com a rodovia RS-427, no estado do Rio Grande do Sul e a maior parte do trajeto é sem pavimentação. Este é o mesmo trajeto que leva à parte superior do cânion Fortaleza, porém a uma distância maior, necessitando passar pela cidade de Cambará do Sul (RS). O acesso a estes dois cânions também pode ser realizado diretamente pelo município de Cambará do Sul.

O município de Praia Grande possui linhas de ônibus intermunicipais que fazem a conexão com as cidades de Araranguá, Criciúma e outras do extremo sul catarinense. E linhas de ônibus interestadual que conectam as cidades de Torres, Caxias do Sul e Porto Alegre (RS). Para visitantes que utilizam transporte aéreo, o aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre é o mais recomendado, por apresentar maiores opções de linhas aéreas, ao contrário de outros aeroportos de menor porte e mais próximos da área de estudo. O deslocamento do aeroporto até a área de estudo, pode ser via ônibus de linha, locação de veículo ou por contratação de serviço de traslado de agências de turismo do próprio município de Praia Grande. Com relação ao deslocamento do centro da cidade para os atrativos não existe transporte público com horário compatível com os passeios, sendo necessário contratar os serviços de táxi ou de agências de turismo.

Em relação à infraestrutura urbana básica, a sede do município de Praia Grande é o principal centro urbano localizado dentro da área de estudo, existindo mais duas áreas urbanas, dentro do próprio município, mas que não apresentam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Quanto a sede do município é possível afirmar que esta possui a infraestrutura básica urbana completa, representada por: ruas, transportes (táxis), comunicações, limpeza pública, saneamento e iluminação pública. As ruas são na sua maioria pavimentadas ou com paralelepípedos e quanto ao saneamento é importante destacar o projeto de tratamento de esgoto em execução.

Na análise dos equipamentos de apoio, considerou-se, a exemplo de Barreto (1998) e Feitosa (2009), como as instalações que não são exclusivamente

turísticas, mas que permitem a prestação de serviços turísticos e são quase indispensáveis para o desenvolvimento da atividade.

O município de Praia Grande está contemplado com atendimento médico-hospitalar, postos de gasolina, farmácias, agências bancárias, supermercados, padarias, lojas de calçados e roupas, entre outros.

Os artesanatos, também classificados como equipamentos de apoio e com grande importância para atividade turística, na área de estudo encontram-se de forma pouco expressiva. Tem-se artesãos organizados em grupos ou individuais que produzem artesanatos com fibras naturais (bananeira, taboa), taquara, madeira entre outros. O grande destaque é para as sandálias de fibras de taboa.

Ainda na parte dos equipamentos de apoio, é importante salientar a indústria de fogão a lenha, existente no município e que reporta ao visitante a lembrança da casa dos familiares mais antigos, que possuíam este tipo de fogão. Conforme depoimentos de proprietários de equipamentos turísticos, são efetuadas vendas de fogão a lenha para visitantes que veem visitar os atrativos dos segmentos ecoturismo e turismo de aventura. Outras indústrias a destacar são as diversas do ramo moveleiro. Algumas produzem móveis com reaproveitamento de madeiras usadas e antigas, repassando a impressão de que o próprio móvel é antigo.

Todos estes produtos artesanais ou industriais, bem como os de origem agropecuária, são extremamente interessantes na composição da produção associada ao turismo (BRASIL, 2010), porém, ainda não existe um local específico, onde o visitante possa conhecer e adquirir estes produtos. Alguns desses produtos são oferecidos em uma lanchonete às margens da Serra do Faxinal e a indústria de fogões a lenha tem o projeto de abrir um *show room*. De maneira geral os visitantes enfrentam muitas dificuldades para adquirir um produto que represente o município para levar como lembrança.

Seguindo a mesma linha, os serviços de apoio são considerados por Feitosa (2009), como aqueles que atendem outros segmentos da sociedade, mas que também estão disponíveis para os turistas. Dentre estes, o município está contemplado com serviços de mecânicos e socorros, borracharias e segurança.

No que diz respeito aos equipamentos turísticos, são os considerados por Barreto (1998) e Oliveira (2001), como as edificações e instalações que permitem a prestação dos serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Na área de estudo localizada fora dos limites dos PARNAS é onde está concentrada a

maioria dos equipamentos turísticos. Estes são representados por hospedagens (hotéis, pousadas, albergue da juventude e camping), agências de viagens, alimentação (restaurantes, lanchonetes, pizzarias e café rural) e centro de informações turísticas, que pode ser visto na figura 27.

Figura 27 - Centro de informações turísticas na entrada do município de Praia Grande (SC).



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Praia Grande (2009).

Com relação às hospedagens, o município de Praia Grande possui 12 equipamentos, totalizando 338 leitos, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo e Esportes (PRAIA GRANDE, 2011). Na figura 28 tem-se exemplos de equipamentos de hospedagens no município. Quanto aos equipamentos de alimentação o município possui 04 restaurantes, 01 lanchonete e 01 café rural que tem como principal demanda o público turístico e 03 equipamentos de alimentação, localizados em pousadas que atendem especificamente aos seus hóspedes. Possui ainda, 03 restaurantes, 02 pizzarias, 02 soverterias e 02 cafés que atendem o público em geral não tendo como principal demanda o público turístico, além de diversos bares e lanchonetes.

Figura 28 - Meios de hospedagens do município de Praia Grande(SC).



Fonte: Junior Scandolara Claudino (2009) e Refugio Ecológico Pedra Afiada (2011).

O município também possui 05 agências de turismo receptivo, que vendem pacotes turísticos e operam outras atividades turísticas como agendamento de hospedagem, passeios nos atrativos, traslado para os passeios e atividade de turismo de aventura.

Estas agências de turismo apresentam uma característica interessante, 02 delas funcionam no interior de equipamentos de hospedagem, 02 não possuem sede e 01 possui sede, mas não mantém um expediente comercial. A comercialização dos serviços é feito via internet e telefone e o contato direto com o visitante ocorre quando este chega à cidade, podendo ser no centro de informações turísticas, em uma hospedagem ou no local de funcionamento (sede ou equipamento de hospedagem), que neste caso é aberto para receber os visitantes já agendados. Esta estratégia comercial está relacionada aos custos fixos existentes para manter um estabelecimento aberto, considerando que não existe um fluxo permanente de visitantes. E, principalmente, por que os visitantes que vêm a este local, na maioria agendam e compram os serviços antecipados, via internet ou telefone.

Ainda com relação aos equipamentos turísticos de Praia Grande, existem 04 balneários distribuídos pelo território do município. Estes são representadas por estruturas localizadas as margens dos rios com bares, churrasqueiras, mesas, banheiros e áreas de entretenimento como mesa de sinuca, campos de futebol e

vôlei. O público frequentador destes equipamentos é representado principalmente por moradores de Praia Grande e municípios próximos, que vêm atraídos pelos rios e áreas de descanso junto à ambientes naturais. O maior fluxo de visitantes nestes equipamentos ocorre nos meses de calor.

Na parte da área de estudo localizada no interior dos PARNAS, a infraestrutura é mais restrita e segue critérios como menor impacto visual possível, buscando estar em harmonia com o ambiente natural, conforme evidencia Cruz (2003) e tem por objetivo principal atender a atividade turística. Entre as estruturas dos PARNAS, existem guaritas localizadas no acesso a alguns atrativos, denominadas de Postos de Informação e Controle (PIC), visualizado na figura 29,, que servem para cobrança de ingresso, fiscalização e informação aos visitantes. O PARNA Aparados da Serra possui ainda, estrutura de centro de recepção a visitantes e informação turística (visto na figura 30), área com bancos e mesas de madeira, onde é permitido realizar piquenique, área de estacionamento e estrutura para uma lanchonete, que no momento está fechada ao público.

Figura 29 - PIC de acesso ao cânion Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra.



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

Figura 30 - Centro de Visitantes, junto ao cânion Itaimbezinho no PARNA de Aparados da Serra.



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

Nas trilhas localizadas na borda superior do cânion Itaimbezinho existem cordões de segurança ao visitante (visível na figura 31), placas informativas, mirantes (visualizado na figura 32) e um pequeno trecho da trilha do Vértice com

calçada. As trilhas localizadas na borda superior do cânion Fortaleza, possuem cordões de segurança aos visitantes em alguns trechos. As demais trilhas existentes no interior dos PARNAS não dispõem de infraestrutura.

Figura 31 - Trilha do Cotovelo no cânion Itaimbezinho, PARNA de Aparados da Serra



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

Figura 32 - Mirante na trilha do Cotovelo no cânion Itaimbezinho, PARNA de Aparados da Serra



Fonte: Autor: Paulo Giovane Selau (2011).

O plano de manejo dos PARNAS prevê uma série de estruturas, como PIC nos atrativos que ainda não têm, sinalização em algumas trilhas, estrutura para acampamentos selvagens (sanitário seco), construção de centros de visitantes e estruturação de estacionamento no cânion Fortaleza. Com relação as trilhas da borda superior do cânion Itaimbezinho (Cotovelo e Vértice) e da borda superior do cânion Fortaleza (Mirante, Cachoeira do Tigre Preto e Pedra do Segredo), onde ocorre maior visitação é previsto a construção de trilhas calçadas e com trechos elevadas (IBAMA, 2004).

É importante salientar que os itens citados acima são uma proposta do plano de manejo e que necessitam ser reavaliados quanto a sua viabilidade pelo corpo técnico do ICMBio e destinação de recursos.

Dentre os serviços turísticos prestados na área de estudo é possível citar os serviços de condutor/guia e os prestados dentro dos equipamentos, como o de hotelaria, de agenciamento, de transportes entre outros.

Cabe destacar, um equipamento de hospedagem e agência de viagem receptivo, que oferece diversas atividades de turismo de aventura como rappel, tirolesa, quadricículo entre outros. Estes serviços são em grande parte na área pertencente ao equipamento de hospedagem, podendo ser adquirido por hóspedes e não hóspedes. Existe ainda outro equipamento de hospedagem que oferece cavalgadas para os hóspedes e não hóspedes.

Com relação aos serviços de condutor/guia, existem associações no município de Praia Grande e municípios vizinhos que prestam serviço na área de estudo. Estas associações são formadas por condutores (pessoas da comunidade que receberam o curso de condutor de turismo) e guias regionais (profissionais que realizaram curso de guia regional de turismo e são cadastrados Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR), do Ministério do Turismo. Além destes associados, existem outros condutores/guias que são vinculados a agências de turismo ou hospedagens e prestam serviço na área de estudo, porém para prestar serviços no interior dos PARNAS é necessário ser cadastrado e aprovado pelo órgão gestor da unidade.

A elaboração dos mapas dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo e do município de Praia Grande (Apêndices A e B) teve por objetivo espacializar os atrativos e a infraestrutura turística da área de estudo e do município

de Praia Grande, possibilitando ao leitor visualizar melhor a distribuição destes elementos pelo território.

Por meio do mapa é possível observar que o maior número de atrativos da área de estudo e também os principais estão localizados no interior dos PARNAS. Da mesma forma, por meio dos pictogramas é possível observar que a atratividade turística da área de estudo é formada principalmente para os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura. O grau de importância dos atrativos foi identificado por meio das entrevistas com os atores estratégicos, que será apresentada posteriormente.

Outra informação importante, possível de ser observada nos mapas, é a distribuição dos equipamentos de hospedagem, na maioria fora da área urbana do município. Igualmente os equipamentos de alimentação que possuem como principal demanda a turística, também estão localizados na maioria (03) fora da área urbana do município. Os equipamentos de alimentação e pelo menos um de hospedagem, localizados na área urbana do município, têm como principal demanda pessoas do local e vendedores que vão ao município comercializar produtos.

Não foi possível espacializar alguns componentes da infraestrutura turística, em virtude da dificuldade de localização, como por exemplo os serviços de guia que não apresentam pontos fixos ou o de hotelaria que funciona no interior dos equipamentos turísticos. Com relação aos equipamentos de apoio foram espacializados os principais e que se apresentam em menor número. Não foram espacializados supermercados, farmácias, padarias, entre outros, em virtude do grande número, o que poderia causar ruído cartográfico no mapa. O mesmo critério foi adotado com relação aos bares e lanchonetes, que se apresentam em grande número no centro da cidade e por este motivo não foram espacializados, considerando também que estes não têm como principal demanda o público turístico. Cabe ressaltar, que este não se trata de um mapa turístico com o objetivo de orientar os visitantes. Para tal fim, seria necessário filtrar e reduzir algumas informações, facilitando assim a leitura por parte do visitante.

Com o propósito de favorecer o entendimento da localização da área de estudo, o mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo (Apêndice A) abrange um espaço maior, incluindo a cidade de Cambará do Sul (RS) e outros atrativos como cachoeiras. Porém estes atrativos não foram apresentados nos resultados por estarem fora da área de estudo, que é o principal foco deste trabalho.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES ESTRUTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS INFLUENTES NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DOS PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL E DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE (SC)

5.3.1 Análise das entrevistas

As entrevistas realizadas com os atores estratégicos para o desenvolvimento turístico de Praia Grande contribuiu com dados importantes na discussão do tema deste trabalho. Conforme apresentando na metodologia, os formulários apresentaram questões em comum entre os grupos de entrevistados, bem como questões específicas, de acordo com a relação que o ator possui com a atividade turística.

Entre os atores do município de Praia Grande, representados por membros do poder público, do *trade* turístico e moradores, houve unanimidade quanto ao questionamento se o município possui vocação para o turismo. Todos os entrevistados acreditam na vocação turística do município, em função dos atrativos naturais, em especial dos cânions. Alguns destacaram como ponto positivo a posição geográfica que o município se encontra entre o litoral e a serra, a proximidade com a BR 101 e também a tranquilidade e hospitalidade do povo do município. Quanto à tranquilidade e hospitalidade cabe ressaltar que estas foram citadas por alguns visitantes como sendo o que mais marcou positivamente na visita ao município.

Quando perguntado aos atores do município sobre o que mais diferencia o município de Praia Grande, tendo este como destino turístico, em relação a outros no Brasil, houve grande destaque para os cânions, apontado por 87% dos entrevistados, seguido de rios com águas cristalinas com 41% e natureza preservada com 35%. O cânion Itaimbezinho parte superior, foi apontado por 71% dos entrevistados como o principal atrativo do destino turístico, seguido da trilha do rio do Boi no interior do cânion Itaimbezinho, com 55%. Entre os visitantes, o cânion Itaimbezinho foi citado por 100% dos entrevistados como o principal atrativo que motivou a visita ao município. A identificação dos cânions como o principal atrativo, com destaque para o cânion Itaimbezinho, também foi apontado na pesquisa realizada pela ABETA no início de 2011 para o projeto “Parques da Copa de 2014”.

Na ocasião foram entrevistados visitantes, membros da cadeia produtiva do turismo e moradores dos municípios de Praia Grande e Cambará do Sul (ABETA, 2011c).

Os resultados apresentados acima apontam a importância dos cânions para o desenvolvimento turístico no destino e que as atividades turísticas atualmente são representadas pelos segmentos ecoturismo e turismo de aventura. Considerando que estes são os segmentos turísticos que estão alinhados com o principal atrativo, aquele que motiva o deslocamento de demandas para este destino. E como os principais atrativos, os cânions, estão localizados no interior dos PARNAS, destaca-se o quanto estes são importantes e contribuem, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento da atividade.

De maneira geral, os PARNAS são visto como algo positivo por todos os atores do município entrevistados, pois são importantes na preservação das belezas naturais e para o desenvolvimento turístico. Para alguns entrevistados os PARNAS apresentam respaldo internacional e científico e atuam como um “chamariz” de visitantes ao município. Os visitantes também vêem os PARNAS como “chamariz”, essenciais para o desenvolvimento da atividade turística e fundamentais pela preservação ambiental.

Porém, percebe-se que existe um distanciamento entre os atores do município de Praia Grande com os PARNAS, considerando que mais de 50% dos entrevistados não tinha ideia da área aproximada do território do município que é sobreposta pelas unidades de conservação. Entre os principais pontos negativos relacionados aos PARNAS, os entrevistados apontaram justamente a pouca comunicação entre as UCs e a comunidade, o que gera conflito, principalmente com os agricultores. Ainda, foram apontados os problemas de regularização fundiários que se arrastam por anos, o pouco aproveitamento das áreas dos PARNAS para geração de renda e certa insegurança sobre o que se pode fazer ou não, principalmente com relação aos empreendimentos turísticos.

Os resultados acima apontam a necessidade da população reconhecer os PARNAS como realidade no município e a necessidade de trabalhar as atividades alinhadas com a proposta das UCs. Conforme foi apresentado por 87% dos entrevistados é importante estreitar o diálogo entre o poder público do município, iniciativa privada e gestão dos PARNAS, como estratégia para o desenvolvimento turístico do município. Entre os moradores entrevistados, 41% também consideram necessário a realização de planejamento para o município de Praia Grande, que

considere a existência dos PARNAS, buscando desenvolver ações alinhadas com esta realidade.

Por parte da gestão dos PARNAS, a regularização fundiária é apontada pelos entrevistados como o maior problema enfrentado atualmente. Representando um gargalo que impede o bom funcionamento das UCs e execução do plano de manejo, restringindo diversas atividades de uso público, conforme foi apresentado anteriormente no quadro de atrativos dos PARNAS. Outro problema enfrentado pela gestão das UCs é a pressão do entorno sobre os recursos naturais, originado pelas atividades agropecuárias, principalmente a silvicultura de pinus nas áreas do planalto e produção de banana e arroz irrigado nas áreas da planície. Isto aponta novamente para a importância de um planejamento para a área de entorno que esteja integrado e alinhado com a proposta dos PARNAS.

Com relação aos conflitos existentes entre a gestão dos PARNAS com os atores do município, principalmente os relacionados à agricultura e a própria atividade turística, o poder público municipal se reconhece como principal responsável na mediação e minimização destes conflitos, pela promoção de diálogo e envolvimento dos diversos setores da sociedade. Porém, o poder público municipal admite que atualmente a relação de diálogo entre o executivo municipal para com a gestão dos PARNAS é muito superficial. Este diálogo existe apenas de forma esporádica no sentido de orientações relacionadas a licenciamentos ambientais, participação em reuniões dos conselhos municipais e consultivo das UCs, ou pontual, com alguns servidores do ICMBio. De acordo com os entrevistados do poder público municipal e gestores do PARNAS, existe boa relação, porém ainda não evoluiu para algo formal a nível de planejamento ou realização de ações concretas, principalmente relacionado aos campos do turismo ou agricultura.

Quanto aos problemas enfrentados pela gestão dos PARNAS, relacionados a orçamento reduzido, recursos humanos e até mesmo de ordem burocrática, considere-se que os servidores não dispõem de força política para reivindicar junto à esfera federal. Os atores das UCs acreditam que se houver um alinhamento entre gestão dos PARNAS e poder público municipal na busca de resolução dos problemas técnicos, existem mais chances de êxito. O poder público municipal acredita que pode contribuir na resolução destes problemas por meio de articulação junto às esferas estaduais e municipais, mas de acordo com alguns atores é difícil para o município, diante das condições que possui, estar intervindo

nos problemas do PARNA, haja visto que o poder público municipal possui outras demandas dentro do município.

No que se refere ao grau de dependência dos equipamentos turísticos em relação aos PARNAS, 67% dos entrevistados afirmaram que os clientes têm como objetivo principal visitar os atrativos localizados no interior dos mesmos e 50% afirmaram que dependem consideravelmente da visitação pública das UCs. Os empreendedores também entendem que os PARNAS contribuem para o marketing dos seus empreendimentos. É importante salientar que existem 02 equipamentos turísticos que afirmaram depender em torno de 50% dos PARNAS, isto é atribuído ao fato do própria hospedagem ser o principal atrativo (em alguns casos os turistas nem visitam os atrativos das UCs). Existem ainda os equipamentos turísticos, em especial os de alimentação, localizados no centro da cidade, cuja principal demanda é o público local e regional, não apresentando assim uma dependência dos PARNAS.

Na questão relacionada aos equipamentos turísticos trabalharem alinhados com PARNAS, evidenciando a proposta de preservação e destacando a importância dos mesmos, os entrevistados consideram que aproximadamente 90% dos equipamentos repassam esta mensagem por meio da comunicação verbal diretamente com os clientes. Os PARNAS estão presentes no marketing de 50% dos equipamentos que também realizam alguns trabalhos de educação e sensibilização ambiental com os clientes e colaboradores. Quanto à estrutura dos empreendimentos, em torno de 20% possui elementos que estão harmonizados ou que transparecem ao visitante que este se trata de um lugar com forte preservação ambiental. Cabe ainda ressaltar que pelo menos 03 equipamentos turísticos afirmaram que estão reflorestando as áreas de suas propriedades e 01 dos equipamentos turísticos não possui TV, afirmando ser justamente para possibilitar o repasse aos clientes de informações relativas aos PARNAS e geografia do local. Quanto aos equipamentos turísticos localizados no centro da cidade e que não tem os turistas como sua principal demanda, pelo menos 03 afirmaram que tem projeto de colocar vídeos e fotos dos cânions nos equipamentos e no caso da pizzeria, nome dos cânions nas pizzas.

Em relação à realidade atual da atividade turística no município, 60% dos atores do poder público e moradores entrevistados afirmaram que acreditam que já existe uma visitação considerável e diversos empreendimentos que dependem da

atividade. Mas, a maioria dos entrevistados afirmou que tem dificuldade de saber dados concretos sobre o assunto, pois não existe um dimensionamento da visitação do município, de quanto de recursos movimenta na economia local e não é comum encontrar e ver turistas nas ruas. Um dos entrevistados afirmou que percebeu a visitação do município de Praia Grande quando abriu um supermercado em um ponto turisticamente estratégico e, a partir desta percepção, colocou materiais de divulgação dos atrativos no mercado, além de estampar os caminhões da empresa com fotos dos cânions. Dos moradores entrevistados 85% acreditam que mesmo não estando diretamente envolvidos com a atividade turística, terão retorno pela valorização do município, geração de renda e aquecimento da economia local entre outros benefícios.

De acordo com os atores do município é preciso melhorar alguns pontos relacionados à atividade turística. Entre os pontos mais urgentes a serem trabalhados e melhorados, os entrevistados destacaram a gastronomia, que precisaria criar mais opções, diversificar e criar uma identidade gastronômica para o município. A melhoria dos acessos, em especial a Serra do Faxinal, também foi apontado pelos entrevistados, juntamente com a qualificação dos profissionais da atividade turística. Os visitantes entrevistados sugeriram para o destino a melhoria dos acessos, diversificação da gastronomia entre outras sugestões, como os equipamentos de apoio trabalhar com cartão de crédito ou implantação de caixa eletrônico 24 horas para todos os bancos.

Entre os atores do poder público e moradores do município, em torno de 50% afirmaram que é necessário direcionar mais atenção à atividade turística, considerando-a uma importante alternativa econômica. Porém, também existem dúvidas por parte dos entrevistados quanto à priorização, tendo em vista que existem outros setores que também necessitam de investimentos. Alguns entrevistados também citaram que é necessário mais investimento por parte do setor privado.

Com relação ao acesso pela Serra do Faxinal, foi perguntado aos entrevistados qual seria o encaminhamento ideal para melhoria desta acesso. Houve unanimidade em 90% dos entrevistados, que optaram por uma “Estrada Parque”¹⁸

¹⁸ Rodovias que atravessam Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, buscando o desenvolvimento sustentável, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004 apud CONDE, 2009). As

como sendo ideal. Este estilo de estrada busca manter a preservação do ambiente por meio de regramento para reduzir o fluxo e a velocidade, orientando os usuários sobre o ecossistema em que se está passando. Esta alternativa possibilita ainda que o próprio trajeto se torne um passeio turístico, inclusive para os turistas que se deslocam para Gramado e Canela (RS), que segundo um dos entrevistados, passam constantemente pela rodovia.

Por parte dos servidores dos PARNAS, a atividade turística nas UCs é considerada importante para o desenvolvimento do entorno de forma sustentável, além de possibilitar o trabalho de educação ambiental com os visitantes e reforçar a importância da preservação. Por parte dos visitantes, todos consideram que a atividade turística é uma importante ferramenta para o desenvolvimento do entorno dos PARNAS e de forma sustentável.

As respostas à questão relacionada à visitação pública das PARNAS, mostrou que 65% dos entrevistados são a favor da terceirização. Este percentual é unânime quando se trata dos visitantes e servidores das UCs. Por parte dos atores do poder público e do *trade* turístico, em torno de 50% não são a favor da terceirização, existindo muita incerteza de como será e quais os pontos positivos e negativos relacionados à questão. Os gestores dos PARNAS acreditam que a terceirização de alguns serviços de uso público possibilitará mais qualidade e liberará o corpo técnico para atuar nas funções características do Estado, como controle e fiscalização. Esta visão é compartilhada por 100% dos visitantes entrevistados e a maioria dos representantes do *trade* turístico, que acreditam haver melhora da infraestrutura, prestação de serviços, divulgação e geração de renda.

A grande dúvida por parte dos entrevistados que são contra a terceirização das atividades de uso público nos PARNAS é se a comunidade do entorno será inserida quanto à forma como ocorrerá o processo de terceirização e se a comunidade do entorno será inserida. De acordo com a gestão das UCs, a terceirização não deve ocorrer nos mesmos moldes de outros PARNAS, devendo respeitar e levar em consideração as características do local e criar um modelo próprio. De acordo com o servidor dos PARNAS, os principais serviços a serem terceirizados seriam alimentação, transporte, condução de visitantes e cobrança de

ingressos. Com relação a condução de visitantes permaneceria o modelo atual, por meio de autorizações diretamente a pessoas físicas, no caso os condutores/guias, sem uma concessão única.

Segundo Krob (2011), a terceirização pode representar benefício para conservação da biodiversidade, possibilitando ao Estado dedicar atenção às questões relativas à preservação. Porém salienta, que não se trata de utilizar as áreas do PARNA com propósitos voltados apenas para as questões econômicas. É importante que a terceirização esteja sob as diretrizes do turismo sustentável, priorize o turismo de base comunitária, seja forte e responsavelmente monitorada com indicadores ambientais, sociais e econômicos.

De acordo com o autor, existem pontos positivos e negativos na terceirização, que podem estar presentes conforme ocorrer o processo. Entre os pontos positivos o autor aponta a disponibilização mais rápida dos serviços apresentando retorno a sociedade; maior disponibilidade para o órgão gestor dedicar as questões de conservação e a outras ações de caráter socioeconômico no entorno das UCs; os recursos financeiros não serão mantidos em caixa único em nível de Brasil, o que dificulta e demora no retorno da arrecadação em forma de investimentos aos PARNAS, que em alguns momentos pode ocorrer falhas ou suspensão na manutenção necessária aos serviços; e maior alternativas de serviços públicos, considerando que a terceirização preferencialmente não é feita para uma única empresa. Entre os pontos negativos o autor aponta que pode ocorrer a exclusão social da participação da comunidade local na disputa pelos serviços terceirizados; maior impacto ambiental diante da pressão dos empresários na implantação de equipamentos que atraiam maior fluxo de visitantes (elevadores verticais, bondinhos, teleféricos); monopólio empresarial utilizando-se de estratégias para dominar todo o conjunto de serviços da UCs; e elitização do acesso aos serviços, por meio dos altos valores, porém é importante considerar que os valores atuais aplicados pelo Estado também estão abaixo do real, impossibilitando de cobrir os custos.

Conforme foi apresentado, o que determina se a terceirização das atividades de uso público nos PARNAS é positivo ou negativo, não é a terceirização em si, mas a forma como ele ocorrerá. É fundamental que a comunidade do entorno tenha consciência do processo, debatendo com consistência os pontos positivos e negativos. Para que assim, possa se posicionar e discutir com os gestores das

unidades durante a realização do processo de terceirização, que passa por várias etapas.

As entrevistas também possibilitaram perceber que o município é visto pelos visitantes como algo integrado aos cânions, em especial o cânion Itaimbezinho principal atrativo, representando o mesmo território juntamente com Cambará do Sul. Os entrevistados demonstraram que tinha dificuldade em entender a geografia do lugar, pretendiam visitar o cânion Itaimbezinho, mas não tinham muito claro que existiam duas cidades (Praia Grande e Cambará do Sul), localizadas em estados diferentes, uma no planalto outra na planície. Um dos empreendedores também relatou esta dificuldade que os visitantes têm de referenciar as cidades em relação aos cânions e aos passeios.

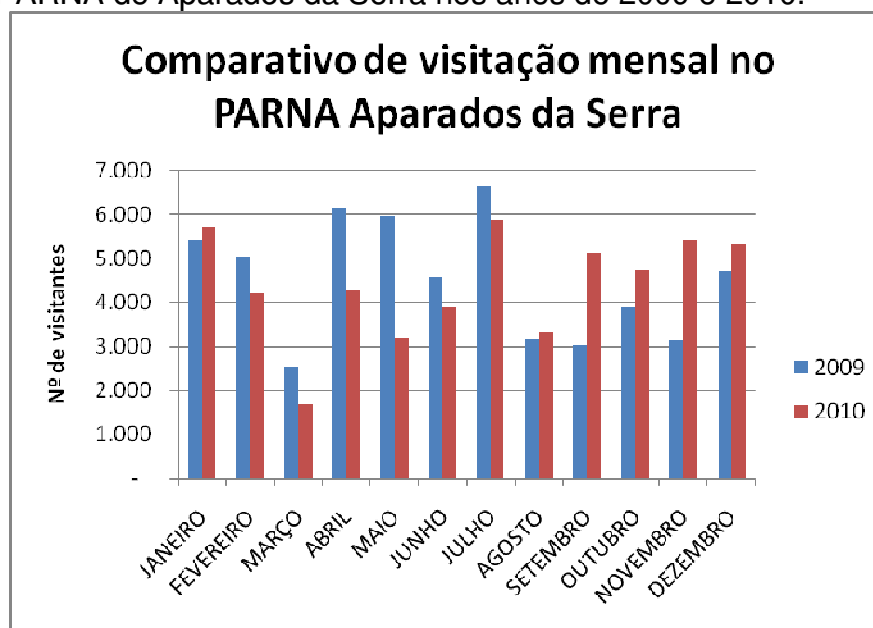
Neste quesito, a cidade de Cambará do Sul leva vantagens, devido ao fato do cânion Itaimbezinho parte superior, principal atrativo do território, ser visto e divulgado como localizado na serra gaúcha pertencente ao município de Cambará do Sul/RS. Isto pode ser visto pelo fato de 60% dos entrevistados terem se hospedado em Praia Grande ao acaso, mas que o objetivo inicial era visitar o cânion Itaimbezinho e se hospedar em Cambará do Sul. Um dos entrevistados afirmou que até chegar ao município imaginava que a cidade fosse algo dentro de Cambará do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Quanto aos entrevistados que se hospedaram no município de Praia Grande conscientemente das informações, estes já haviam visitado os atrativos do PARNA anteriormente.

Diante da realidade apresentada acima, cabe ao município de Praia Grande se apropriar mais dos PARNAS, em especial do cânion Itaimbezinho principal atrativo, como algo pertencente a oferta turística do município. É verdade que para efeitos de limites municipais a divisa é a borda da Serra Geral, estando a parte superior do cânion Itaimbezinho localizado no município de Cambará do Sul no estado do Rio Grande do Sul. Mas convém lembrar que ao visitante o que interessa é o atrativo e a infraestrutura turística disponível, fazendo pouca diferença a que município ou estado está localizado.

É importante ressaltar ainda, que atualmente a visitação dos PARNAS está muito relacionada ao fator serra e frio, considerando que a maior visitação ocorre no mês de julho. Enquanto a visitação aos atrativos de interior de cânion, localizados no município de Praia Grande, percorrendo os rios é mais propícia nos meses de calor. As figuras 33 e 34 apresentam comparativo de visitação mensal nos

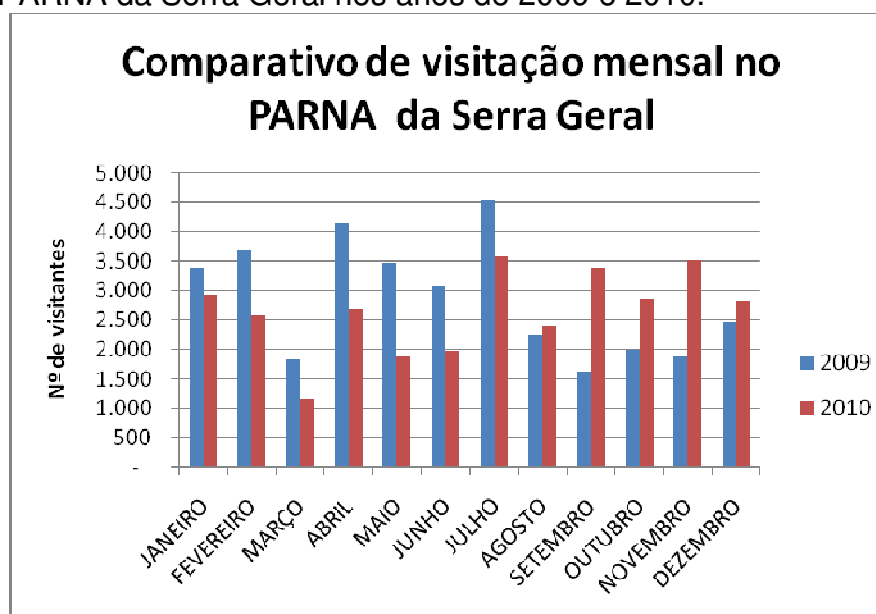
PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral, respectivamente, nos anos de 2009 e 2010. Os índices de visitação tem se mantido ao longo dos anos, ocorrendo oscilação durante os meses do ano, de acordo com a influência do tempo (chuva, neblina) e feriados (ICMBio, 2011). Porém, é importante destacar que no mês de julho ocorre a maior visitação e isto está relacionado não só às férias escolares, mas principalmente ao fator climático – frio -, associado à serra.

Figura 33 – Comparativo do número mensal de visitantes no PARNA de Aparados da Serra nos anos de 2009 e 2010.



Fonte: Adaptado de ICMBio (2011)

Figura 34 – Comparativo do número mensal de visitantes no PARNA da Serra Geral nos anos de 2009 e 2010.



Fonte: Adaptado de ICMBio (2011)

Com relação aos deslocamentos é importante salientar que o cânion Itaimbezinho está localizado praticamente no meio do trajeto entre os municípios de Praia Grande e Cambará do Sul. Não fazendo diferença ao visitante hospedar-se em Praia Grande ou em Cambará do Sul, quanto há proximidade com o principal atrativo do território.

Mas é possível afirmar, que não existe esta apropriação e de forma consistente, do município de Praia Grande em relação ao PARNAS, em especial o cânion Itaimbezinho parte superior. Tendo em vista, que as ações ainda estão muito mais direcionadas e buscando encontrar no município, fora dos PARNAS, as alternativas para o desenvolvimento turístico de Praia Grande. Quando perguntado aos entrevistados do poder público sobre as principais ações, realizadas na administração atual, consideradas por eles como fundamentais para o desenvolvimento turístico do município. Foi citada em primeiro lugar a conservação dos acessos ao interior do município, em segundo lugar com o mesmo número de citações as ações de divulgação, sinalização, valorização da cultura e evento “Natal dos canyons”. Não foi citada nenhuma ação que envolvesse diretamente os PARNAS ou os atrativos localizados no interior dos mesmos. Cabe ressaltar, que a divulgação do município de Praia Grande é focada nos cânions com ênfase nas trilhas de interior dos cânions e na aventura, por representar melhor a identidade do município, conhecido pelo *slogan* de “cidade dos canyons”.

5.3.2 Análise da legislação, planos, programas e projeto

Após analisar planos, programas e projetos, além da legislação vigente e que determina a forma de uso da área de estudo, é possível identificar que existe dificuldade de inter-relacionar o que está proposto nos diversos documentos, transformando proposições em ações concretas e integradas voltadas para atividade turística da área de estudo.

Talvez esta questão esteja relacionada justamente à questão territorial, considerando que a área de estudo pertence a municípios de dois estados brasileiros, e que são sobrepostos em grande parte por dois parques nacionais. Do ponto de vista administrativo a área de estudo é influenciada pelas esferas municipais, estaduais e federais.

Como exemplo, é possível iniciar pelo Plano Nacional de Turismo do Ministério do Turismo que tem como diretriz a regionalização do turismo. A divisão em regiões turísticas é o mecanismo encontrado para planejar e trabalhar o turismo de forma descentralizada. A regionalização é feita a partir dos estados e a área de estudo pertence em parte à região “Caminhos dos canyons” no estado de Santa Catarina e em parte pertence à região “Campos de cima da serra” no estado Rio Grande do Sul. As políticas e trabalhos voltados para ambas as regiões são realizadas de forma desconectada e não se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento. Santa Catarina foi um dos primeiros estados, juntamente com Minas Gerais e Paraná, que cumpriu as etapas de regionalização do turismo e já instituiu todas as Instâncias de Governança no estado (SANTA CATARINA, 2010b).

Do ponto de vista administrativo, as questões relacionadas ao turismo no município de Praia Grande, são reportadas e discutidas na Instância de Governança da região “Caminho dos canyons”, a que Praia Grande faz parte, juntamente com mais 14 municípios do extremo sul catarinense. Nesta esfera de organização, não existe uma articulação ativa, com o município de Cambará do Sul que usufrui os mesmos atrativos e segmentos turísticos que Praia Grande, ao contrário de outros municípios da região “Caminho dos Canyons”, voltados para os segmentos turísticos sol e praia e eventos.

Estas questões relacionadas à gestão territorial também ocorreram em outros programas, como o “Aventura Segura”, executado pela ABETA com o apoio do SEBRAE Nacional e Ministério do Turismo. Este programa teve como objetivo estruturar, qualificar, certificar e fortalecer a oferta dos segmentos ecoturismo e turismo de aventura no Brasil. O programa foi dividido em destinos, conforme a organização da ABETA, no qual a área de estudo pertenceu ao destino “Serra Gaúcha” (ABETA, 2011a), em virtude da distância do destino Florianópolis. Assim, os equipamentos do município de Praia Grande participaram do destino Serra Gaúcha que é visto como Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista institucional, o SEBRAE do Rio Grande do Sul, tem se mostrado bastante articulado, desenvolvendo diversos projetos voltados para a atividade turística na região da Serra Gaúcha. Entre estes é possível citar o projeto “Rota dos Tropeiros na Região dos Campos de Cima da Serra”, “Pólo de Turismo Aventura Segura na Serra Gaúcha”, “Roteirização dos Aparados da Serra”,

“Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e no Entorno”, entre outros (SEBRAE, 2011a; 2011b; 2011c).

Grande parte destes projetos executados pelo SEBRAE/RS, recebem apoio do Ministério do Turismo, por meio da parceria com o SEBRAE Nacional. Como os projetos envolvem atrativos e empreendedores dos dois estados, são executados em parceria com o SEBRAE/SC. A questão é que o SEBRAE/SC tem participado apenas como parceiro e não como executor, a exemplo do SEBRAE/RS. Deste modo, quando as etapas apoiadas pelo Ministério do Turismo e que prevêm a integração dos dois estados finalizam, o SEBRAE/RS dá continuidade no projeto apenas no estado gaúcho, em função de não poder sair do estado, enquanto o SEBRAE/SC não tem dado continuidade no processo. Da mesma forma, não existe um envolvimento por parte dos órgãos estaduais de turismo na execução destes projetos que integram os dois estados. Esta realidade foi relatada por alguns entrevistados, inclusive por um membro do poder público que afirmou que o município recebe pouco apoio da administração estadual.

Atualmente está em execução o projeto “Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e no Entorno”, que envolve Praia Grande e Cambará do Sul. Este tem por objetivo o desenvolvimento de ações de integração do Parque Nacional com a cadeia produtiva do turismo do entorno dos mesmos e a qualificação e estruturação destes para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística (BRASIL, 2011g). Este projeto é resultado da parceria firmada entre Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), ABETA e os SEBRAE Estaduais, contemplando 5 parques nacionais no Brasil, entre estes o de Aparados da Serra (BRASIL, 2011g).

Durante a oficina de apresentação do projeto “Fomento ao Turismo no Parque Nacional dos Aparados da Serra e no Entorno”, ocorrida em junho de 2011, o SEBRAE/RS, que é o gestor deste projeto, informou que seriam 7 etapas de forma integrada e após estas etapas, a continuidade seria por conta dos SEBRAE Estaduais. Surge então uma dúvida em relação à continuidade do projeto, pois o SEBRAE/SC está participando apenas como parceiro, não sendo o gestor dos recursos. Outra dúvida seria em relação à preparação e articulação por parte do *trade* turístico e do poder público para dar continuidade às ações previstas no projeto, sem o apoio do SEBRAE. Há o risco de acontecer o mesmo que ocorreu com o projeto de “Roteirização dos Aparados da Serra”, que não teve continuidade

após a finalização das etapas previstas de forma integrada, quando o SEBRAE/SC deveria assumir a continuidade do projeto no estado.

Aliado às questões institucionais, de articulação no campo político, para reivindicação de demandas e à necessidade de organização e fortalecimento da iniciativa privada, em especial do *trade* turístico dos municípios do entorno dos PARNAS, é preciso considerar que a maioria e os principais atrativos turísticos do território estão no interior dos PARNAS, com legislação específica e bastante restritiva, com gestão da esfera federal. Os PARNAS, por sua vez, enfrentam diversos problemas de ordem administrativa (orçamento reduzido, recursos humanos, regularização fundiária), conforme relatado nas entrevistas dos gestores. Torna-se fundamental que estes problemas sejam resolvidos para a efetiva execução das ações para o uso público previstas no plano de manejo.

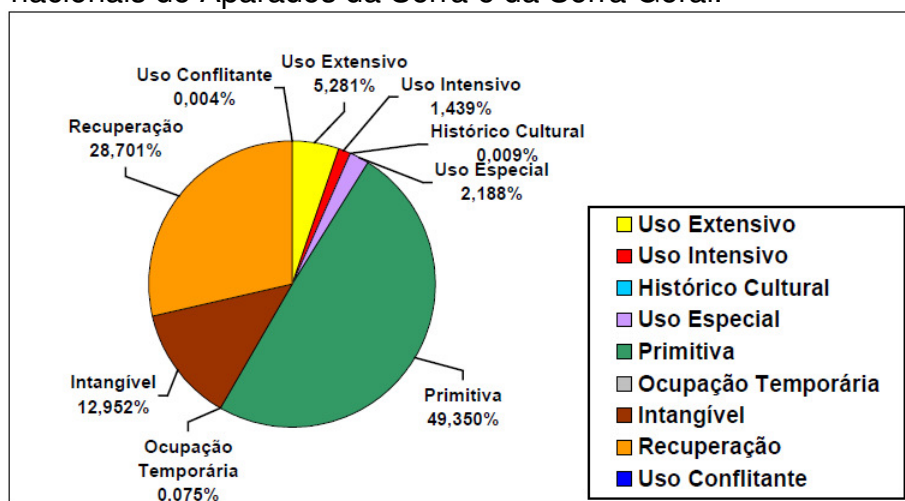
O plano de manejo é documento previsto no SNUC, que tem como objetivo nortear a gestão das UCs. O uso das áreas dos PARNAS é baseado no plano de manejo por meio do zoneamento, que divide as UCs em diferentes áreas e determina o tipo de uso permitido para cada uma destas. Os critérios para o estabelecimento das zonas está baseado nas características ambientais dos ecossistemas, o estado de conservação dos ambientes, o uso público atual e o proposto (IBAMA, 2004).

Na figura 35, tem-se o percentual dos PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral destinado a cada zona, de acordo com o plano de manejo (IBAMA, 2004). No zoneamento há o predomínio da zona primitiva, em 49,3%, que contém espécies da flora e da fauna de alto valor ligado à biodiversidade e de grande valor científico, destinada à conservação, contemplação, observação e pesquisa científica e educacional. Na sequência, tem-se a zona de recuperação, com 28,7%, que apresenta alguma atividade antrópica (criação de gado), contaminação biológica ou sofreu manejo recente (retirada de pinus, agricultura e pastagem) e a zona intangível, com 12,9%, que apresenta alto grau de conservação, localizada nos paredões de difícil acesso o que garante a sua preservação. A zona de uso extensivo, que perfaz apenas 5,2%, apresenta estado de conservação e é permitido o uso público controlado. A zona de uso especial, com 2,1%, apresenta a infraestrutura necessária para a administração, pesquisa, monitoramento e proteção. A zona de uso intensivo, com 1,5%, corresponde à área com grande uso público já existente e programado e é onde se concentra a maior visitação. A zona histórico

cultural, com 0,09% é representada por taipas e casas antigas que apresentam características arquitetônicas diferenciadas. E a zona conflitante, com apenas 0,004%, representa a área ocupada pelo posto de fiscalização da Fazenda do estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o plano de manejo dos PARNAS (IBAMA, 2004), a visitação deve se concentrar em maior número na zona de uso intensivo; de forma controlada na zona de uso extensivo; educação ambiental na zona histórico-cultural e de recuperação; e visitação de baixo impacto, com o objetivo de educação ambiental, nas zonas primitivas. As demais zonas são usadas apenas para monitoramento, fiscalização e pesquisa científica autorizada.

Figura 35 - Percentual das zonas de manejo para os parques nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.



Fonte: Adaptado do plano de manejo dos PARNAS (IBAMA, 2004, p. 4 - 75)

Entre os principais gargalos enfrentados para a efetiva execução das ações do plano de manejo, principalmente as relacionadas ao uso público (abertura de trilhas e implantação de infraestrutura turística), destaca-se a regularização fundiária. O ICMBio possui um plano de regularização fundiária para os dois PARNAS, que iniciou as atividades de vistoria e análise de documentação no ano de 2011 e tem como previsão finalizar as etapas até o final de 2012 (ICMBio, 2010). De acordo com o plano de regularização fundiária (ICMBio, 2011), os PARNAS foram divididos em áreas distintas, classificadas de acordo com a sua situação fundiária atual, conforme segue abaixo:

- Áreas regularizadas – que já foram adquiridas anteriormente pelo órgão gestor dos PARNAS, total de 28,2%;

- Áreas em regularização na justiça Federal – que estão passando por algum processo judicial quanto a aquisição destas áreas pelo ICMBIO, total de 23,9%;
- Áreas de terras devolutas – áreas que não possuem título, portanto já pertence a união e que deverão ser apenas destinadas ao órgão gestor dos PARNAS, total de 12,6%;
- Áreas a serem desapropriadas – áreas que deverão ser regularizada por meio de proposta de desapropriação e indenização do ICMBIO para com os proprietários, total de 35,3%;
- Área Quilombola – sobreposição de território dos PARNAS e do Quilombola, que aguarda acordo judicial e por isto não foi inclusa no plano de regularização fundiária (ICMBio, 2011, p. 2 – 3).

Os proprietários das áreas a serem desapropriadas, receberão propostas de indenização do ICMBio e caso aceitem, será realizada a aquisição destas pelo órgão. Caso estes proprietários optem por contestar judicialmente a proposta de indenização realizada pelo ICMBio, possivelmente o prazo de regularização excederá a data prevista para o ano de 2012. As áreas que se encontram em regularização na Justiça Federal dependem de decisão judicial para sua efetiva regularização e, enquanto isto, diversas trilhas encontram-se apenas em potencial, sem permissão para o uso público, aguardando a regularização fundiária. Como pode ser visualizado no mapa com a situação fundiária dos PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral (ANEXO G).

Quanto ao poder público municipal, alguns atores entrevistados afirmaram que o município recebe pouco apoio por parte da administração estadual. Em razão disto, existe expectativa na concretização do projeto de Geoparque¹⁹, envolvendo municípios dos dois estados, como forma de fortalecimento e divulgação. Atualmente são 87 Geoparques no mundo, distribuídos em 27 países, com um na América Latina, o Geoparque do Araripe, localizado no estado brasileiro do Ceará (CPRM, 2011, IFSC, 2011). Existem ainda mais 29 propostas ao reconhecimento da UNESCO como Geoparque no Brasil e um dos candidatos é a região “Caminho dos cânions do sul” (CPRM, 2011), representada pelos 15 municípios da AMESC e mais os municípios de Cambará do Sul (RS), São José dos Ausentes (RS), Torres (RS) e Mampituba (RS) (CAMINHO DOS CANYONS, 2011; IFSC, 2011). A candidatura

¹⁹ “Geoparque ou *Geopark* (em inglês) é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques sob os auspícios da UNESCO a uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente através do turismo, e envolve um número de sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um Geoparque” (CPRM, 2011).

encontra-se em estágio avançado, com realização de estudos e inventário de 17 Geossítios pela CPRM. Para ser eleito Geoparque é necessário cumprir com as rígidas exigências da UNESCO, relacionadas à sustentabilidade, estruturação, educação ambiental, entre outras (IFSC, 2011).

De acordo com o poder público do município, o reconhecimento como Geoparque pela UNESCO influenciará na atenção dada pela administração estadual a esta região, facilitando o atendimento às reivindicações feitas pelos municípios e o recebimento de recursos para os investimentos necessários para a atividade turística. Além de divulgar os atrativos turísticos localizados no Geoparque, atraindo um maior fluxo de visitantes, inclusive ao município de Praia Grande.

Em relação aos investimentos na atividade turística, é possível citar o programa “SC Rural”, que tem como uma de suas propostas trabalhar o turismo rural, cuja execução é pela EPAGRI em parceria com a SOL (SANTA CATARINA, 2010). O programa representa oportunidade para estruturação de empreendimentos agropecuários, como engenho de cana-de-açúcar, propriedades agroecológicas, hospedaria rural entre outros. Os empreendimentos de turismo rural apoiados pelo programa “SC Rural” podem gerar produtos turísticos no segmento turismo rural, ou serem agregados aos segmentos ecoturismo e turismo de aventura, aumentando as opções aos visitantes e integrando estes atores a atividade turística.

Quanto aos fatores econômicos e políticos dentro do município de Praia Grande e que cabe a administração municipal resolver, percebe-se que é preciso avançar em diversos pontos. Uma questão importante a ser considerada é o fato do plano diretor do município ser do ano de 1988, quando ainda não se visualizava a possibilidade de desenvolver a atividade turística no município. Este plano diretor não apresenta zoneamento da área do município, a ser usada com a atividade turística, nem regras específicas quanto à localização das estruturas e espaços destinados ao turismo (PRAIA GRANDE, 1988). Um planejamento que leve em consideração a existência dos PARNAS e que apresente diretrizes a serem seguidas pelos atores do município, alinhadas com a proposta de preservação das UCs, foi apontado pela maioria dos entrevistados como algo extremamente importante. Ainda foi destacado por alguns entrevistados, a necessidade de incluir disciplinas relacionadas ao turismo e aos PARNAS no currículo escolar das escolas do município.

Com relação à iniciativa privada, percebe-se que também é necessário avançar na organização do *trade* turístico do turismo e na interlocução com outros setores da área de estudo, como poder público municipal e estadual, PARNAS e municípios vizinhos. Atualmente o fórum de referência para as questões relacionadas ao turismo no município é o Conselho Municipal de Turismo, que foi revitalizado em 2010, após um período sem atuação. Este Conselho se apresenta de forma muito frágil, sem efetiva participação das partes interessadas e sem a existência real do Fundo Municipal de Turismo, conforme a Lei municipal 975/2000, como apoio ao setor turístico. Quanto ao Conselho Consultivo dos PARNAS, ocorrem reuniões trimestralmente, convocadas pela gestão das UCs, com a participação de representantes da população do entorno. Porém, este Conselho não representa espaço de integração, dependendo em grande parte de pauta feita pela própria gestão da Ucs, discutida pelos participantes, mas que raramente avança em ações além deste espaço de discussão.

Por fim, percebe-se que esta área, que têm como principal referência para a atividade turística, os atrativos turísticos localizados no interior dos PARNAS, não é representada em um território único. Ao contrário, existe objetivo em comum, que é o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, mas que é exercido por diversas territorialidades.

6 CONCLUSÃO

A conclusão a partir dos resultados alcançados neste trabalho foi organizada em duas partes. A primeira parte contempla uma síntese conclusiva dos resultados discutidos no trabalho, com os fatores influentes no desenvolvimento do turismo e a segunda apresenta propostas para o desenvolvimento turístico da área de estudo, com base na análise dos resultados.

Os resultados das entrevistas realizadas com os atores estratégicos apontaram que a principal atratividade da área de estudo são os cânions, com destaque para o cânion Itaimbezinho parte superior. Este resultado possibilita concluir que a atividade turística da área de estudo está voltada principalmente para os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura. Considerando que os atrativos apontados possibilitam o desenvolvimento de atividades voltadas apenas para estes segmentos.

A partir do levantamento dos atrativos existentes na área de estudo, identificou-se que a maioria destes e os principais, no caso os cânions, se encontram no interior dos PARNAS. Os atrativos localizados fora dos limites dos PARNAS apresentam-se como apoio, colocando-se como opções a mais para os visitantes que vêm à área de estudo. Trata-se de um destino turístico, onde os principais atrativos são os cânions, mas, após chegar ao local, os visitantes tem a oportunidade e podem optar pela visita a outros atrativos, como cachoeiras, rios, propriedades rurais e por atividades como rapel, cavalgada, entre outros.

Identificou-se que os visitantes têm dificuldades no entendimento dos limites estaduais, municipais e das UCs na área de estudo, que para os mesmos se configura como um único território turístico. Conclui-se que para os visitantes pouco importam os limites, o que faz a diferença são os atrativos e a infraestrutura turística existente.

Como a maioria e os principais atrativos estão localizados no interior dos PARNAS, a sobreposição de territórios apresenta-se como fator muito importante a ser considerado para o desenvolvimento turístico da área de estudo. O desenvolvimento turístico do município de Praia Grande, depende consideravelmente dos atrativos localizados no território dos PARNAS, que possuem gestão vinculada à esfera federal. A territorialidade apresenta-se neste cenário como ameaça para o desenvolvimento da atividade turística da área de estudo. Existe uma

relação conflitante entre os atores dos territórios e certa insegurança por parte de alguns empreendedores do *trade* turístico, tendo em vista que o sucesso de seus equipamentos depende consideravelmente dos PARNAS.

Diante desta realidade é fundamental trabalhar a gestão das territorialidades, buscando identificar as dificuldades existentes para administração de cada um dos territórios e resolvê-las em conjunto. Neste ponto destaca-se o caráter político existente por parte da administração municipal, que pode contribuir com a administração dos PARNAS de caráter técnico, na reivindicação de demandas necessárias às UCs, junto à esfera federal. Trata-se da influência política, na relação com parlamentares que as administrações municipais possuem e que pode atuar de modo a chamar a atenção da esfera federal para os problemas existentes nos PARNAS. É fundamental para o desenvolvimento turístico da área de estudo e, evidentemente, do município de Praia Grande, que estes problemas sejam encaminhados e solucionados.

Mas o avanço nesta gestão em conjunto e compartilhada, depende consideravelmente do diálogo entre os gestores dos dois territórios. De acordo com as entrevistas, atualmente este diálogo é superficial e não reverteu em ações concretas, principalmente na área do turismo. O poder público de Praia Grande considera-se como o principal responsável na busca deste diálogo e na redução dos conflitos entre os atores, mas reconhece que este é um processo difícil. O avanço neste processo depende necessariamente de alinhamento de objetivos entre os dois territórios, planejando ações e estabelecendo diretrizes em comum. Este planejamento evidentemente terá suas ações e diretrizes, determinadas a partir dos PARNAS e do plano de manejo dos mesmos, que estabelece e orienta o uso do solo na área de amortecimento das UCs, a qual abrange praticamente 100% do município de Praia Grande.

O diálogo entre os gestores do território pode contribuir, por meio do esforço em conjunto, para a implementação do plano de manejo dos PARNAS, elaborado no ano de 2004, e que até o momento ainda não executou grande parte das ações previstas. Estas ações são representadas por trilhas em potencial, conforme quadro 3, infraestruturas para melhoramento dos serviços e segurança dos visitantes, atividades de educação ambiental no entorno das UCs, entre outras. Cabe ressaltar, que as atividades previstas no plano de manejo dos PARNAS, antes de serem implementadas, deverão ser reavaliadas pelos gestores da unidade

quanto à viabilidade econômica e ambiental. No tocante às atividades que não estão previstas no plano de manejo é necessário analisar a viabilidade da implantação em relação ao zoneamento dos PARNAS, previsto no plano de manejo, que determina as áreas onde é permitido o uso público ou que deve ser destinada apenas para preservação ou recuperação. Em caso de um estudo que comprove a viabilidade ambiental e a importância da atividade, é possível a alteração no zoneamento dos planos de manejo, sob a aprovação do órgão gestor, desde que não altere os objetivos e diretrizes das UCs.

Por meio das entrevistas com os atores estratégicos foi possível perceber que a comunidade entende os PARNAS como fator necessário e extremamente importante para a preservação e desenvolvimento da atividade turística. As relações de conflito são representadas por questões pontuais, como a regularização fundiária ou de uso agrícola. O que existe é um distanciamento entre os PARNAS e a comunidade, relacionado à comunicação e informação. A comunicação deve ocorrer em diferentes espaços e transmitir informações relacionadas aos objetivos dos PARNAS e possibilidades de uso das UCs, bem como o seu funcionamento.

A partir da análise dos dados e das sugestões realizadas pelos atores durante as entrevistas foram elaboradas propostas consideradas fundamentais para o desenvolvimento turístico da área de estudo.

O primeiro passo a ser dado seria a realização de planejamento turístico para o município de Praia Grande, com ações de curto, médio e longo prazo. Este plano envolveria todos os setores do município, considerando que a atividade turística perpassa os diferentes setores da sociedade. Abarcaria também a revisão do plano diretor do município, com o zoneamento do território e diretrizes norteadoras quanto ao uso do solo e quanto às ações que se poderia desenvolver em cada uma das zonas, bem como restrição às ações que se considerem inadequadas para determinada zona.

Na revisão do plano diretor é importante preservar diretrizes do atual plano diretor, datado de 1988, porém ter como referência principal a existência dos PARNAS e o que está previsto no plano de manejo destes. Na época da elaboração do plano diretor em 1988, ainda não havia sido decretado o PARNA da Serra Geral, o qual abrange 19% do território do município e não existia plano de manejo para as duas UCs, que norteia e restringe o uso do solo na área de amortecimento, que abrange praticamente 100% do município. Considere-se ainda, que neste período a

atividade turística não era vista como alternativa econômica para Praia Grande e por isto não foi apresentada de forma detalhada no plano diretor de 1988.

Para subsidiar a elaboração do plano no campo da atividade turística é importante a realização de pesquisas com amostragem representativa de visitantes, em diferentes períodos do ano, para compreender o que os visitantes que vêm ao município, buscam e esperam deste destino turístico. Com base nestes dados o poder público pode determinar as diretrizes orientadoras para suas ações e para futuros empreendedores em relação à construção de estruturas voltadas ao turismo e à busca de qualificação aos profissionais do turismo. Da mesma forma, poderá orientar na realização de ações de marketing focadas no mercado e maximizando recursos. Para que isto ocorra, o poder público deverá ter clareza da segmentação turística do município e tomá-la como ferramenta de gestão.

Como subsídio ao planejamento, também é importante um dimensionamento da atividade turística do município, conforme ressaltado por alguns entrevistados. É necessário saber quantos visitantes o município recebe anualmente, a taxa de ocupação das pousadas, o perfil destes visitantes, o gasto diário aproximado pelos visitantes no município e quantas pessoas estão envolvidas direta e indiretamente com a atividade. Deste modo será possível saber o quanto a atividade turística está contribuindo para a economia do município. Estas informações servirão como subsídios no momento de decidir ações no planejamento e investimentos no setor turístico.

É importante que o planejamento seja aprovado na forma de Lei, servindo como mecanismo norteador para as gestões municipais futuras. De posse deste documento o poder público e a iniciativa privada têm condições de se inserir e aproveitar melhor os diversos projetos e programas existentes, em âmbito federal e estadual, voltados para a atividade turística na área de estudo, pois o município possuiria um planejamento que define claramente quais rumos a seguir para o desenvolvimento da atividade turística. Da mesma forma, possibilitaria ao poder público orientar e reger as construções voltadas para atividade turística ou que se localizem em áreas de grande atratividade turística. Um exemplo é a rodovia Serra do Faxinal, que atualmente não possui regramento quanto aos locais e tipos de construções que podem ser feitas nas suas margens. Com a pavimentação desta rodovia é possível que ocorra construções de forma desordenada, impactando o ambiente, caso não haja controle.

Evidentemente os demais setores do município, também deverão possuir diretrizes que estejam alinhadas com os PARNAS e atividade turística, para evitar conflitos entre os atores.

Na área da educação é importante que a atividade turística e os PARNAS, sejam abordados de forma transversal na rede de ensino público. Esta ação possibilitará o envolvimento e entendimento por parte da população quanto a atividade turística e a existência dos PARNAS.

Com relação à comunicação e troca de informações entre os PARNAS e a comunidade, considera-se extremamente importante a promoção de debates em torno do processo de terceirização de UCs. Por meio das entrevistas percebeu-se que ainda existem muitas dúvidas com relação a esta questão por parte da comunidade. Desta forma é importante que a comunidade debata o assunto, conhecendo as maneiras como o processo pode ocorrer, bem como os pontos positivos e negativos, para que no momento em que o processo de terceirização venha acontecer nos PARNAS da área de estudo, a comunidade esteja apta a participar e discutir o assunto de forma madura e consistente junto ao conselho consultivo das UCs.

Quanto ao fortalecimento da atividade turística fora dos limites dos PARNAS, no município de Praia Grande, é importante entender que o principal atrativo da área de estudo são os cânions, em especial o cânion Itaimbezinho parte superior. Desta forma, o município de Praia Grande precisa aproveitar este grande atrativo com capacidade de motivar o deslocamento de inúmeras pessoas para conhecê-lo, e a partir dos PARNAS motivar os visitantes a conhecer outros atrativos existentes no município e fora dos limites das UCs. Esta motivação pode ocorrer, a partir do momento em que se levar ao conhecimento do visitante, a informação de que existem uma série de atrativos naturais e culturais localizados no município de Praia Grande, acrescidos da infraestrutura turística necessária.

Neste processo é extremamente importante que o município promova a informação aos visitantes na sede do PARNA de Aparados da Serra, junto ao cânion Itaimbezinho, onde atualmente ocorre a maior visita da área de estudo. Trata-se de se apropriar deste espaço como parte da atividade turística de Praia Grande, informando e orientando as inúmeras pessoas que circulam por lá, sobre a possibilidade de descer a Serra do Faxinal e conhecer outros atrativos existentes nos PARNAS e no entorno.

Na área do entorno dos PARNAS é importante a criação e o aprimoramento de produtos turísticos utilizando os atrativos naturais e culturais existentes, como cachoeiras, rios, propriedades agroecológicas, Quilombo entre outros. Este processo possibilitará apresentar aos visitantes, mais opções de atividades e que não estejam restritas ao interior dos PARNAS. O visitante que chegar a área de estudo, atraído pelos cânions terá como opção a visita nas propriedades agroecológicas, ao remanescente quilombola, praticar rappel e cachoeirismo, visitar a praça da cidade e a igreja matriz, adquirir produtos locais entre outros. Desta forma, haverá mais oportunidades para as pessoas da comunidade se envolver e obter retornos com a atividade turística. Cabe ainda lembrar, que é nesse contexto que a produção associada ao turismo pode ser integrada por meio da venda de produtos locais (artesanatos, agroindustrializados, industrializados, entre outros) aos visitantes.

Quanto aos atrativos culturais e históricos do município de Praia Grande, é importante prepará-los para que se apresente na forma de produto turístico. Conforme foi apresentado pelos entrevistados, existe carências de atividades para os visitantes realizarem após o retorno de alguns passeios, principalmente à noite. Estes espaços de tempo podem ser ocupados com atividades que representem a cultura e a história do município. É importante a realização de inventários sobre quais temas culturais representam de fato o município para estes serem apresentados de diferentes maneiras (exposição, teatro, música, entre outros) em locais adequados e em calendário que considere os períodos de maior fluxo de visitantes. Evidentemente estes eventos culturais devem estar abertos também à comunidade local.

Com relação a história do município, que tem ligação muito forte com o tropeirismo, é importante a criação e adequação de estruturas que possibilitem aos visitantes e até ao público local conhecer. Existem diversos estudos acadêmicos que discutem e relatam a história do município, destacando seus principais personagens e muitos episódios que contribuíram para o povoamento deste território. É importante que estes trabalhos acadêmicos sejam apresentados ao público, juntamente com objetos e estruturas históricas em locais adequados, cobertos ou ao ar livre. Estas atividades poderiam ocorrer no espaço de um museu que apresente e conte a história dos povos indígenas que aqui habitavam, dos tropeiros que transitavam pelos diversos caminhos existentes neste território, dos quilombolas que

se refugiavam no vale da Pedra Branca de seus escravizadores, dos imigrantes açorianos, italianos e alemães, entre outros.

No campo da qualificação dos profissionais do turismo, sugere-se um programa anual ou bianual. Neste programa serão apresentados cursos voltados para as diferentes áreas do turismo e que se repetirão após um ano ou dois. Assim possibilitará que o mercado de trabalho do turismo tenha sempre disponibilidade de profissionais qualificados, considerando que este foi um dos itens levantados por vários dos entrevistados.

Com relação à rodovia Serra do Faxinal é importante que esta tenha atenção especial quanto ao seu processo de pavimentação. Conforme foi apresentado pela maioria dos entrevistados, existe o entendimento de que é fundamental a atenção às questões relacionadas à preservação ambiental, e que a rodovia tenha caráter turístico, representando por si própria um passeio. Outro fator importante a ser considerado, é o fato desta rodovia representar um espaço de deslocamento para outros destinos turísticos, como serra gaúcha e litoral, ou caminho para Gramado e Canela (RS) para quem transita pela BR101. Neste contexto é fundamental que exista um trabalho de informação e sensibilização para com as pessoas que transitarem pela rodovia, buscando evidenciar para estes visitantes a importância dos ecossistemas ali existentes e a diversidade de atrativos e atividades que podem ser realizadas no interior e entorno dos PARNAS. É importante ainda destacar elementos culturais e históricos, considerando que o traçado da rodovia dá-se em diversos pontos por antigas trilhas de tropeiros. A realização de ações neste sentido é fundamental para que a rodovia e o município de Praia Grande consequentemente, não se transformem em apenas uma rota de passagem, obtendo pouco retorno com os visitantes que se deslocarem por este caminho.

Por fim, é importante o reconhecimento, por parte dos atores envolvidos na atividade turística da área de estudo, que do ponto de vista turístico existe apenas um território, ou pelo menos é assim que o visitante o vê. Por isto é fundamental vencer as territorialidades e promover o diálogo entre os atores envolvidos. Este diálogo deve ser fundamentado nos objetivos e diretrizes dos PARNAS, buscando desenvolver as atividades turísticas de forma planejada e alinhadas com a proposta de preservação. O turismo seria uma alternativa de

desenvolvimento de forma sustentável no entorno dos PARNAS e por isto deve ser incentivado e fortalecido.

Conclui-se, portanto, que para o turismo ser uma alternativa de desenvolvimento de forma sustentável no município de Praia Grande (SC), envolvendo parte das áreas dos PARNAS e de seu entorno, é importante considerar-se os fatores influentes expostos e as propostas formuladas.

REFERÊNCIAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Programa Aventura Segura:** encerrado ciclo de qualificação do Programa Aventura Segura. 2010. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br/aventura-segura/nt.asp?nt=782>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. - Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Relatório de Impactos do Programa Aventura Segura.** Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2011a. 166 p. (Série Aventura Segura)

_____. – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Programa Aventura Segura. **Notícias:** bem receber Copa Ecoturismo e Aventura comemora resultados das ações do 1º semestre de 2011. Disponível em: <<http://aventurasegura.org.br/noticias/bem-receber-copa-ecoturismo-e-aventura-comemora-resultados-das-acoes-do-1%C2%B0-semester-de-2011/>>. Acesso em: 14 set. 2011b.

_____. – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Cadeia produtiva do turismo no Parque Nacional Aparados da Serra e entorno.** Resultados do diagnóstico. Jun. 2011c.

_____. – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Diagnóstico da oferta turística parque nacional de Aparados da Serra e entorno.** Jun. 2011d.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo:** fundamento e dimensões. 8 ed. São Paulo: Ática, 2002. 215 p.

ARAÚJO, Ana M^a Matos. Potencialidades Turísticas: considerações preliminares acerca da pesquisa, do ensino e do estudo. In: I Seminário Turismo e Geografia: abordagens teórico-metodológicas interdisciplinares, 2010, Aracaju. **Anais do I Seminário Turismo e Geografia.** Aracaju : Ed UFS, 2010. Disponível em: <www.uece.br/lepop/index.php/.../doc.../20-potencialidades-turisticas>. Acesso em: 02 nov. 2011.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade.** Campinas – SP, n. 5, jul/dez. 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso#n02>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao turismo.** 3 ed. Campinas – SP: Papirus, 1998. 163 p.

_____, Margarita. **Planejamento e organização em turismo.** 1 ed. Campinas – SP: Papirus, 1991. 107 p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 7 ed. São Paulo: Senac, 2002. 507 p.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Investimento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html>. Acesso em: 14 set. 2011.

BRASIL, **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

_____. **Decreto Federal 531, de 20 de maio de 1992**. Cria, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Parque Nacional da Serra Geral. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/113516/decreto-531-92>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

_____. Diretoria de Serviço Geográfico – Ministério do Exército - Departamento de Engenharia e Comunicação. **Carta “Aratinga”**. Escala 1:50.000, folha SH.22-X-C-II-4 MI-2255/4. 1ª impressão 1980a.

_____. Diretoria de Serviço Geográfico – Ministério do Exército - Departamento de Engenharia e Comunicação. **Carta “Cambará do Sul”**. Escala 1:50.000, folha SH.22-X-C-II-2 MI-2955/2. 1ª impressão 1980b.

_____. **Geografia: Biomas e vegetação - biomas brasileiros**. 2010a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/geografia/biomas-e-vegetacao/biomas-brasileiros>>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 07 mai. 2011c.

_____. Ministério da Previdência Social. **Segurado especial**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=419>>. Acesso em: 04 set. 2011d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. 28 p. 2003. Disponível em: <www.mda.gov.br/o/875076>. Acesso em 14 de setembro 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 83p.

_____. Ministério do Turismo. **Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/>. Data do acesso: 14 de setembro de 2011e.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: 2011-2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011f. 160p.

_____. Ministério do Turismo. **Fomento ao turismo em parques nacionais e entorno**: manual de orientações metodológicas. 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Manual_Orientacoes_Metodologicas_Fomento_ao_Turismo_em_Parques_e_Entorno.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2011g.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. 90 p.

_____. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. 1 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c. 56 p.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. 1 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010d. 170 p.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010e. 96 p.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura**: orientações básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010f. 75 p.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010g. 68 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional das Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php>>. Acesso em: 12 ago. 2011. 2011h.

_____. **O que é módulo fiscal?** INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Publicado em: 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=76:o-que-e-modulo-fiscal&catid=52:faqincra&Itemid=83>. Acesso em: 12 mai. 2011.

BRIGHTWELL, M. G. S. L. **O espaço natural e o espaço histórico-cultural na região do Parque Nacional dos Aparados da Serra**. Monografia apresentada ao Curso de História. Florianópolis (Brasil): Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CABRAL, Luiz Otávio. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abril e outubro de 2007.

CAMINHO DOS CANYONS. **Projeto Geoparque em pauta.** Disponível em: <<http://www.caminhodoscanyons.tur.br/noticias/37/projeto-geoparque-em-pauta.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Cataratas do Iguacu S.A. **A empresa.** Disponível em: <www.cataratasdoiguacu.com.br/empresa.asp> Acesso em: 01 nov. 2011.

CLARK, Nathalia. **Licitação nos parques nacionais.** Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens-especiais/24602-licitacao-nos-parques-nacionais>>. Acesso 01 de novembro de 2011

COELHO, Maria Célia N.; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da Geografia e da Ecologia política. In: GUERRA, Antonio José. T.; Coelho, MARIA Célia N. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67 - 101.

CONDE, Carlos A. dos Reis. **Estrada Parque, uma estratégia sustentável.** Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, n. 25, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?>> Acesso em: 05 nov. 2011.

CPRM. **O Conceito de Geoparque.** Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=134>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza. **Introdução à geografia do turismo.** 2 ed. São Paulo: Roca, 2003. 125 p.

DENATRAN. **Resolução 160, de 22 de abril de 2004.** Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_160.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

DENCKER, Ada F. Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo.** 4 ed. São Paulo: Futura, 2000. 286 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DUARTE, Gerusa Maria. **Depósitos cenozóicos costeiros e a morfologia do extremo sul de Santa Catarina.** 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Geociências, 1995. 300p.

FAPEC – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul.** Relatório Final. Campo Grande (MS): Prefeitura Municipal de Praia Grande, nov. 2006. p. 124.

FARAH, Soraya Diniz. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil – O papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. 1 ed. São Paulo: Aleph, 2005. p. 25 - 42.

FARIA, Ivani Ferreira de. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 261 – 277.

FEITOSA, A.M.da V. **Planejamento turístico**. Disponível em: <www.projetur.com.br/artigos/planejamento.pdf> Acesso em 24 de setembro de 2009.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002. 281 p.

GEIGER, Pedro P. Turismo e espacialidade. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 55 - 61.

Google Earth. **Visualização da área de estudo por imagens de satélite**. Disponível em: Software Google Earth (livre) <<http://www.google.com/earth/download/ge/agree.html>>. Acesso em: 25 out. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 170 - 190.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral**. Brasília – DF: Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, 2004. 748p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceituação das Características Divulgadas na Contagem da População de 1996**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/conceitos.shtml>>. Acesso em: 07 mai. 2010.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria de Planejamento da República. **Carta “Praia Grande”**. Escala 1:50.000, folha SH.22-X-C-III-1 MI-2956/1. 1ª impressão 1981.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010 – Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=1>>. Acesso: 18 out. 2011.

_____. - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados básicos – Praia Grande (SC)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421380#>>. Acesso em: 18 out. 2011a.

____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE lança o mapa de biomas do Brasil e o mapa de vegetação do Brasil, em comemoração ao dia mundial da biodiversidade.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>. Acesso em: 20 out. 2011.

____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB municípios: 2004 - 2008.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 18 out. 2011b.

____ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geociências: malhas digitais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>>. Acesso em: 18 out. 2011c.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Projeto parques da Copa.** Disponível em:

<http://www.abetasummit.com.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=31&Itemid=22&lang=pt-BR>. Acesso em: 20 de setembro de 2011a.

____ – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Dados fornecidos pelo PARNA de Aparados da Serra e Serra Geral.** Cambará do Sul. 2011b.

____ – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade **Plano de trabalho para regularização fundiária dos parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral.** Cambará do Sul. 2010. 16p.

IFSC. **Candidatura da região Caminho dos Cânions para Geoparque da UNESCO.** Disponível em:

<http://virtual.ararangua.ifsc.edu.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=621:candidatura-da-regiao-caminho-dos-canions-para-geoparque-da-unesco>. Acesso em: 15 nov. 2011.

JÚNIOR, Evaristo C.; COUTINHO Bruno H.; FREITAS Leonardo E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José. T.; Coelho, MARIA Célia N. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25 - 62.

KROB, Alexandre. Tercerização do uso público em unidades de conservação (e-mail). Mensagem recebida por <paulinhomh@yahoo.com.br>

LIMA, A. L. de. **I Oficina de planejamento turístico.** Praia Grande: Prefeitura Municipal de Praia Grande; 08 ago. 2007. p. 19.

MONTEIRO, Maurici Amantino. **Dinâmica atmosférica e a caracterização dos tipos de tempo na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.** 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PGCN0300.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

Noronha Turismo. Cataratas do Iguaçu S/A gerencia Parque Marinho de Noronha. Disponível em: <www.noronhaturismo.com.br/?p=92> Acesso em: 01 nov. 2011

NUNES, G. K. B. **Aprendizagem sistêmica para o desenvolvimento turístico em Praia Grande (SC):** uma reflexão a partir da *SSM – Soft Systems Methodology*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento:** planejamento e organização. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 225 p.

OLIVEIRA, A.B.de, FRANCISCO, A.B., PORTO JÚNIOR, J.A. **Turismo no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/9606/1/O-Papel-Da-Embratur-Nas-Politicas-De-Desenvolvimento-Do-Turismo-No-Brasil/pagina1.html>> Acesso: 14 set. 2011.

PRAIA GRANDE. **Ambiente econômico**. Disponível em: <<http://www.praiagrande.sc.gov.br/conteudo/?item=25622&fa=11094&cd=693&cc=494>>. Acesso em: 18 out. 2011a.

PRAIA GRANDE. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.praiagrande.sc.gov.br/turismo/>>. Acesso em: 18 out. 2011b.

PRAIA GRANDE. Lei municipal nº 442, de 1988. Lei do plano diretor do município de Praia Grande/SC.

PRAIA GRANDE. Lei municipal nº 897, de 1998. Cria o Conselho Municipal de Turismo de Praia Grande.

PRAIA GRANDE. Lei municipal nº 1.030, de 2001.

PRAIA GRANDE. Lei municipal nº 975, de 2000.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria M. M. **Terceirização em áreas protegidas:** estímulo ao ecoturismo no Brasil. 1 ed. São Paulo: SENAC, 2006. 131 p.

RONSANI, Gilberto. **Praia Grande:** Cidade dos Cânions: 180 anos de história. 1 ed. Praia Grande: Ed. do autor, 1999. 167 p.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**. Belo Horizonte – MG, v. 1, n. 1, p. 27-35, jul. 2005.

SANSOLO, Davis Gruber. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 122 – 141.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 142 – 161.

SANTA CATARINA. **Atlas Santa Catarina**. Santa Catarina: Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Florianópolis: GAPLAN, 1986. 173 p.

_____. **Conhecendo Santa Catarina**. Secretaria de Estado do Planejamento. Florianópolis: 2008. CD.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Lei 14.361, de 25 de janeiro de 2008**: estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina. Disponível em: <www.mda.gov.br/o/878577> Acesso em: 04 set. 2011a.

_____. **Programa Santa Catarina Rural Microbacias 3**: competitividade da agricultura familiar de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina. Florianópolis: 2010. 264p. (Manual operativo)

_____. Secretaria de Estado da Fazenda. **Decreto 2.080, de 3 de fevereiro de 2009**. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2009/002080-005-0-2009-002.htm>> Acesso em 04 set. 2011b.

_____. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). **Notícias**: Plano de Marketing Turístico de SC é apresentado no Rio de Janeiro durante Feira das Américas. 2010. Disponível em: <http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1223:plano-de-marketing-turistico-de-sc-e-apresentado-no-rio-de-janeiro-durante-feira-das-americas&catid=1:noticias-em-destaque&Itemid=177> Acesso em: 04 set. 2011.

_____. Secretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Projeto Mar Catarinense**: gerenciamento costeiro; subprojeto macrozoneamento costeiro. Florianópolis: Secretaria de Estado, 1987a. 2v.

_____. Secretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Carta de Solos**. Projeto Mar Catarinense: gerenciamento costeiro; subprojeto macrozoneamento costeiro. Florianópolis: Secretaria de Estado, 1987b. 1 mapa. Escala 1:100.000.

_____. Secretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Carta Geológica**. Projeto Mar Catarinense: gerenciamento costeiro; subprojeto macrozoneamento costeiro. Florianópolis: Secretaria de Estado, 1987c. 1 mapa. Escala 1:100.000.

_____. Secretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Carta Geomorfológica**. Projeto Mar Catarinense: gerenciamento costeiro; subprojeto

macrozoneamento costeiro. Florianópolis: Secretaria de Estado, 1987d. 1 mapa. Escala 1:100.000.

_____. Secretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Carta de Recursos Biológicos (flora)**. Projeto Mar Catarinense: gerenciamento costeiro; subprojeto macrozoneamento costeiro. Florianópolis: Secretaria de Estado, 1987e. 1 mapa. Escala 1:100.000.

SANTOS, José E. França dos; PIRES, Elson Luciano Silva. As articulações do turismo com os arranjos produtivos locais: especificidades e interdependências no desenvolvimento territorial. In: FERREIRA, Darlene A. de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente (Org.). **Geografia e Território: interpretações do espaço brasileiro**. 1 ed. Rio Claro/SP: IGCE/UNESP – Pós-Graduação em Geografia, 2010. p. 81 – 100.

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A. **A SANTUR**. Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=78&Itemid=118>. Acesso em: 04 set. 2011a.

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A. **Roteiros turísticos**. Disponível em: <<http://www.santacatarinaturismo.com.br/cms/dbarquivos/dbanexos/921662cb644c6767e0bb99fc0da529da.jpg>>. Acesso em: 04 set. 2011b.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco A. Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 15 - 50.

SEBRAE. **Campos de Cima da Serra terá turismo sustentável**. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/memorias/campos-cima-serra-tera-turismo-sustentavel/8296609.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2011a. Utilizado para referenciar os projetos do SEBRAE já nos resultados.

SEBRAE. **Programa Aventura Segura apresenta conquistas e desafios para empresários do trade turístico da Serra Gaúcha**. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/agencia-noticias/programa-aventura-segura-apresenta-conquistas-desafios-para-empresarios-trade-turistico-serra-gaucha/2301.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2011b. Utilizado para referenciar os projetos do SEBRAE já nos resultados.

SEBRAE. **Roteiro Integrado: Aparados da Serra terá lançamento nacional no 4º Salão do Turismo**. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/memorias/roteiro-integrado-aparados-serra-tera-lancamento-nacional-no-4-salao-turismo/8616707.aspx>>. Acesso em: 18 de novembro de 2011c. Utilizado para referenciar os projetos do SEBRAE já nos resultados.

SILVA, Louvani de F. Sebastião da; GOULART, Elisangela de F. Motta. **A sobreposição territorial de parque nacional em terras de remanescentes de quilombo e a efetivação do artigo 68 da ADCT/88: um exame do caso comunidade São Roque – Pedra Branca, município de Praia Grande/SC**. 2008. 19 p. Disponível em: <<http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo69.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 - 117.

TEIXEIRA, Fernanda Pires. **Gestão do conhecimento aplicada à gestão sustentável do turismo em parques nacionais**. 231 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WESTERN, David. Como definir o ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Org.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 5 ed. São Paulo: Senac, 2005. p. 15 - 22.

ZIMMERMANN, Andréa. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina**. 279 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.unbcdc.pro.br/publicações/andreazimmermann.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2011.

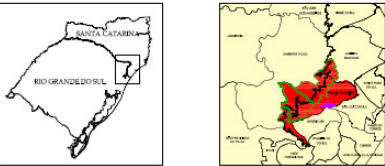
APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Mapa dos atrativos e infraestrutura turística da área de estudo:
município de Praia Grande (SC) e PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral
(SC e RS)

APÊNDICE B – Mapa de Atrativos e Infraestrutura Turística no Perímetro Urbano do
Município de Praia Grande



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

LIMITES	HIDROGRAFIA
— Limites	— Hidrografia
— Estradas	
— Ponte	

LEGENDA

INFRA-ESTRUTURA DE ACESSO



INFRA-ESTRUTURA BÁSICA



EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS



EQUIPAMENTOS DE APOIO



SERVIÇOS DE APOIO



ATRATIVOS TURÍSTICOS



Mapa de Atrativos e Infra-Estrutura Turística no Perímetro Urbano do Município de Praia Grande					
Elaborado por:	Luis Gustavo Ronsar Vito		Fonte do Mapa Base:	Imagem Aerial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	
Escala:	1:25.000	Data:	Novembro / 2011	Formato:	1024 x 490 mm
				Projeto:	União

APÊNDICE C – Entrevista com moradores do município de Praia Grande

ENTREVISTA COM MORADORES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

1. Você considera que Praia Grande possui vocação para o turismo?
☐ Sim ☐ Não
Por quê?
2. (Considerando que o município de Praia Grande possui vocação para o turismo) Em sua opinião, qual(is) o(s) diferencial(is) que Praia Grande possui com relação a outros destinos turísticos? Cite até três, em ordem de importância.
☐ Arquitetura da cidade
☐ Canyons
☐ Eventos
☐ Natureza preservada
☐ Parques Nacionais
☐ Patrimônio cultural
☐ Patrimônio histórico
☐ Rios com águas cristalinas
☐ Turismo rural
☐ Outros _____
3. Com relação aos atrativos turísticos de Praia Grande, quais os principais (que mais atraem os visitantes)? Cite até cinco em ordem de importância.
☐ Atrativos históricos e culturais
☐ Canyon Fortaleza (parte superior)
☐ Canyon Itaimbézinho (parte superior)
☐ Canyon Malacara (parte superior)
☐ Eventos
☐ Trilha do rio do Boi – interior do canyon Itaimbézinho
☐ Trilha das piscinas do Malacara
☐ Turismo rural
☐ Vale da Pedra Branca
☐ Outros _____
4. De acordo com o ICMBio, existem 67 Parques Nacionais no Brasil. Praia Grande possui dois parques nacionais que abrangem seu território. Você sabe o percentual do município abrangido pelos dois Parques Nacionais?
☐ Não ☐ Sim Citar percentual aproximado: _____
5. Diante desta realidade, você considera os parques nacionais algo positivo ou negativo para o município de Praia Grande?
☐ Positivo, por quê?
☐ Preservam nossas riquezas naturais.
☐ São fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística no município.

☐ Representam uma oportunidade para o desenvolvimento de Praia Grande.

☐ Outras razões: _____

☐ Negativo, por quê?

☐ Emperram o desenvolvimento de Praia Grande.

☐ Os parques não são necessários para o desenvolvimento da atividade turística do município.

☐ Praia Grande seria economicamente mais desenvolvida sem os parques.

☐ Outras razões: _____

6. Diante da realidade posta, qual estratégia você considera importante adotar para o desenvolvimento turístico do município de Praia Grande?

☐ Estreitar o diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade do município, com os gestores dos parques, no sentido de resolver os problemas em conjunto.

☐ Planejar o município de Praia Grande considerando a existência dos parques e trabalhando as atividades turísticas alinhadas com esta realidade.

☐ Ignorar os parques e trabalhar as atividades turísticas fora dos parques, pois não existe possibilidade de diálogo.

☐ Lutar pela extinção dos parques, pois se trata de um entrave para o desenvolvimento do município e região.

☐ Não há nada a ser feito, pois os parques são um território e não é possível interferir em sua administração.

☐ Outras: _____

7. Considerando a realidade de Praia Grande com relação a sua localização geográfica, a existência dos parques e a situação das atividades econômicas atuais no município. Qual o seu ponto de vista em relação aos setores econômicos a serem investidos?

☐ A atividade turística é uma importante alternativa econômica e o poder público deve direcionar-lhe mais atenção.

☐ A atividade turística é uma importante alternativa econômica e o poder público já está direcionando-lhe a atenção necessária.

☐ A atividade turística é importante mas envolve um pequeno número de pessoas.

☐ A atividade turística é importante, mas só dará retorno a longo prazo.

☐ O poder público do município deve dedicar atenção aos setores da agricultura e indústria que darão retorno imediato, pois o setor de turismo aos pouco vai se desenvolvendo.

8. No seu ponto de vista, qual a realidade atual da atividade turística do município?

☐ Existe uma visitação considerável e diversos empreendimentos que dependem do turismo.

☐ Existe uma pequena visitação, que se reflete muito pouco na economia do município.

☐ A atividade turística ainda é muito pequena, pois não se vê turistas no município.

9. Com relação à rodovia Serra do Faxinal você acredita que o ideal seria?

☐ Mantê-la da forma que está para evitar um grande fluxo de visitante aos parques nacionais.

☐ Asfaltá-la e transformá-la em uma auto-estrada com grande fluxo de veículos, aumentando a visitação dos parques.

☐ Transformá-la em uma estrada parque, pavimentada, porém com todas as medidas necessárias para manter a beleza e a preservação do ambiente.

() Não pavimentá-la mas mantê-la conservada, facilitando o fluxo de veículos.

10. Na sua atividade atual, a qual não tem ligação direta com o turista. Você acredita que pode ter benefícios qual a atividade turística do município?

() sim () não Dê que forma?

APÊNDICE D – Entrevista com visitantes no município de Praia Grande

ENTREVISTA COM OS VISITANTES DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

1) É a primeira vez que você visita este destino turístico?

() Sim () Não

2) Qual a sua cidade de origem?

3) Como você ficou sabendo deste destino turístico?

() TV

() Internet

() Reportagem de Jornal

() Revistas especializadas

() Indicação de amigos

() Divulgação em eventos

() Outros: _____

4) Qual o principal atrativo que o motivou a visitar este destino turístico?

() Atrativos históricos e culturais

() Canyon Fortaleza parte superior

() Canyon Itaimbézinho parte superior

() Canyon Malacara parte superior

() Cidade de Praia Grande

() Eventos

() Parques Nacionais

() Trilha do rio do boi – interior do canyon Itaimbézinho

() Trilhas das piscinas do Malacara

() Turismo rural

() Vale da Pedra Branca

() Outro _____

5) O que o levou a optar por se hospedar no município de Praia Grande?

() Proximidade com os atrativos que pretendem visitar

() Beleza paisagística do município

() Melhor infra-estrutura das hospedagens

() Valor mais em conta das hospedagens

() De maneira geral a infra-estrutura turística é melhor

() Outros: _____

6) Você já visitou outros parques nacionais ou destinos turísticos em que os segmentos turísticos (ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural) sejam os mesmos deste destino?

() Sim () Não

Quais: _____

7) Quais sugestões você daria para melhorar e tornar mais adequado este destino turístico aos visitantes?

() Melhorar a infra-estrutura dos parques nacionais

() Melhorar a infra-estrutura dos municípios

() Melhorar os serviços de atendimento aos visitantes

() Melhorar e diversificar a gastronomia

() Melhorar o acesso até os parques nacionais

() Mais opções de atividades turísticas

() Mais divulgação

() Mais atrativos culturais

- () Uma maior interação com a comunidade e cotidiano das pessoas locais
- () Uma maior identificação da comunidade com os parques nacionais
- () Outros: _____

8) Qual a sua visão sobre os parques nacionais?

- () São fundamentais para preservação ambiental
- () Sem eles seria impossível trabalhar o turismo neste destino
- () São importantes, porém travam o desenvolvimento da atividade turística
- () Em função da burocracia representam um grande entrave nas atividades turísticas e econômicas do entorno.
- () Seria muito melhor para o desenvolvimento turístico do destino se eles não existissem.
- () São necessários porém precisam avançar em diversas questões, para melhorar a atividade turística do destino.

9) Você acredita que a atividade turística é uma boa ferramenta para o desenvolvimento sustentável do entorno dos parques nacionais?

- () Sim
- () Não

Por quê?

10) Você é a favor de que as atividades turísticas dos parques nacionais sejam tercerizadas?

- () Sim
- () Não

Por quê?

11) Com relação à rodovia Serra do Faxinal você acredita que o ideal seria?

- () Mantê-la da forma que está para evitar um grande fluxo de visitante aos parques nacionais.
- () Asfaltá-la e transformá-la em uma auto-estrada com grande fluxo de veículos, aumentando a visitação dos parques.
- () Transformá-la em uma estrada parque, pavimentada, porém com todas as medidas necessárias para manter a beleza e a preservação do ambiente.
- () Não pavimentá-la mas mantê-la conservada, facilitando o fluxo de veículos.

12) O que foi mais marcante, positivamente ou negativamente, para você durante a sua visita a este destino turístico?

APÊNDICE E – Entrevista com atores do poder público do município de Praia
Grande

**ENTREVISTA COM ATORES DO PODER PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE**

1. Você considera que Praia Grande possui vocação para o turismo?

☐ Sim

☐ Não

Por quê?

2. (Considerando que o município de Praia Grande possui vocação para o turismo) Em sua opinião, qual(is) o(s) diferencial(is) que Praia Grande possui com relação a outros destinos turísticos? Cite até três, em ordem de importância.

☐ Arquitetura da cidade

☐ Canyons

☐ Eventos

☐ Natureza preservada

☐ Parques Nacionais

☐ Patrimônio cultural

☐ Patrimônio histórico

☐ Rios com águas cristalinas

☐ Turismo rural

☐ Outros: _____

3. Com relação aos atrativos turísticos de Praia Grande, quais os principais (que mais atraem os visitantes)? Cite até cinco em ordem de importância.

☐ Atrativos históricos e culturais

☐ Canyon Fortaleza (parte superior)

☐ Canyon Itaimbézinho (parte superior)

☐ Canyon Malacara (parte superior)

☐ Eventos

☐ Trilha do rio do Boi – interior do canyon Itaimbézinho

☐ Trilha das piscinas do Malacara

☐ Turismo rural

☐ Vale da Pedra Branca

☐ Outros _____

4. De acordo com o ICMBio, existem 67 Parques Nacionais no Brasil. Praia Grande possui dois parques nacionais que abrangem seu território. Você sabe o percentual do município abrangido pelos dois Parques Nacionais?

☐ Não

☐ Sim

Citar percentual aproximado: _____

5. Diante desta realidade, você considera os parques nacionais algo positivo ou negativo para o município de Praia Grande?

☐ Positivo, por quê?

☐ Preservam nossas riquezas naturais.

- ☐ São fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística no município.
- ☐ Representam uma oportunidade para o desenvolvimento de Praia Grande.
- ☐ Outras razões: _____
- ☐ Negativo, por quê?
- ☐ Emperram o desenvolvimento de Praia Grande.
- ☐ Os parques não são necessários para o desenvolvimento da atividade turística do município.
- ☐ Praia Grande seria economicamente mais desenvolvida sem os parques.
- ☐ Outras razões: _____

6. Diante da realidade posta, qual estratégia você considera importante adotar para o desenvolvimento turístico do município de Praia Grande?

- ☐ Estreitar o diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade do município, com os gestores dos parques, no sentido de resolver os problemas em conjunto.
- ☐ Planejar o município de Praia Grande considerando a existência dos parques e trabalhando as atividades turísticas alinhadas com esta realidade.
- ☐ Ignorar os parques e trabalhar as atividades turísticas fora dos parques, pois não existe possibilidade de diálogo.
- ☐ Lutar pela extinção dos parques, pois se trata de um entrave para o desenvolvimento do município e região.
- ☐ Não há nada a ser feito, pois os parques são um território e não é possível interferir em sua administração.

7. O fato dos parques nacionais representarem um território com administração própria, sobreposta ao território do município de Praia Grande, gera constantes conflitos em diferentes níveis. Em sua opinião, a quem cabe a responsabilidade de intermediar e reduzir esta relação de conflito, em ordem de importância?

- ☐ À prefeitura municipal e suas secretarias, por disporem de força política e estrutura administrativa.
- ☐ À câmara de vereadores por dispor de força política, condições para debater o tema juntamente com a população e de propor leis.
- ☐ À sociedade civil organizada.
- ☐ À administração dos parques nacionais.
- ☐ A outros: _____

8. Atualmente os parques nacionais apresentam diferentes problemas administrativos, como estrutura física inadequada, orçamento reduzido, recursos humanos insuficientes, entre outros. Na sua opinião o que poderia ser feito?

- ☐ O poder executivo municipal pode contribuir para resolução destes problemas, através de convênios do município com os parques.
- ☐ O poder público municipal pode contribuir para resolução destes problemas, através de articulação política junto às esferas estaduais e federais na busca de recursos.
- ☐ O poder executivo municipal já tentou mas não conseguiu ter sucesso na busca de soluções.
- ☐ Não cabe ao poder executivo municipal interferir nesta questão.
- ☐ Não sei responder.

9. Atualmente existe diálogo do poder executivo municipal com a administração dos parques nacionais?

- ☐ Não
- ☐ Sim

Quais ações do seu setor, ou do poder executivo como um todo, são resultados deste diálogo ou que contribui para este diálogo?

10. Considerando a realidade de Praia Grande com relação a sua localização geográfica, a existência dos parques e a situação das atividades econômicas atuais no município. Qual o seu ponto de vista em relação a investimentos no setor turístico?

- ☐ A atividade turística é uma importante alternativa econômica e o poder público deve direcionar-lhe mais atenção.
- ☐ A atividade turística é uma importante alternativa econômica e o poder público já está direcionando-lhe a atenção necessária.
- ☐ A atividade turística é importante mas envolve um pequeno número de pessoas.
- ☐ A atividade turística é importante, mas só dará retorno a longo prazo.
- ☐ O poder público do município deve dedicar atenção aos setores da agricultura e indústria que darão retorno imediato, pois o setor de turismo aos pouco vai se desenvolvendo.

11. No seu ponto de vista, qual a realidade atual da atividade turística do município?

- ☐ Existe uma visitação considerável e diversos empreendimentos que dependem do turismo.
- ☐ Existe uma pequena visitação, que se reflete muito pouco na economia do município.
- ☐ A atividade turística ainda é muito pequena, pois não se vê turistas no município.
- ☐ Não existe um dimensionamento da atividade turística no município.

12. Com relação à atividade turística do município, quais pontos você considera urgente de serem trabalhados?

- ☐ Divulgação do município
- ☐ Melhoria da infra-estrutura dos parques nacionais
- ☐ Melhoria da sinalização turística
- ☐ Melhoria das estradas municipais
- ☐ Melhoria dos empreendimentos de alimentação
- ☐ Melhoria dos empreendimentos de hospedagem
- ☐ Pavimentação da serra do Faxinal
- ☐ Qualificação dos profissionais do turismo
- ☐ Outros pontos: _____

13. Com relação à rodovia Serra do Faxinal você acredita que o ideal seria?

- ☐ Mantê-la da forma que está para evitar um grande fluxo de visitante aos parques nacionais.
- ☐ Asfaltá-la e transformá-la em uma auto-estrada com grande fluxo de veículos, aumentando a visitação dos parques.
- ☐ Transformá-la em uma estrada parque, pavimentada, porém com todas as medidas necessárias para manter a beleza e a preservação do ambiente.
- ☐ Não pavimentá-la mas mantê-la conservada, facilitando o fluxo de veículos.

14. No que diz respeito à visitação pública dos PARNAs você é a favor da terceirização?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- Por quê?

15. Cite ações da atual administração que, em sua opinião, foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística do município.

APÊNDICE F– Entrevista com os atores dos PARNAS de Aparados da Serra e da
Serra Geral

**ENTREVISTA COM ATORES DOS
PARQUES NACIONAIS DE APARADOS DA SERRA E DA SERRA GERAL**

1. Na realidade em que se encontram os parques nacionais hoje, quais os principais problemas encontrados pela administração dos PARNAs dos Aparados da Serra e Serra Geral?

- ☐ Regularização fundiária.
- ☐ Número reduzido de servidores para executar as atividades administrativas, de manutenção, fiscalização e visitação das áreas dos parques.
- ☐ Infra-estrutura insuficiente ou necessitando de reformas.
- ☐ Pequeno número ou mal estado de conservação dos equipamentos utilizados nas atividades administrativas e de fiscalização dos parques.
- ☐ Orçamento reduzido para realizar as atividades administrativas e de manutenção das áreas e equipamentos dos parques.
- ☐ Burocracia muito grande na liberação de recursos e execução de ações relacionadas aos parques.
- ☐ Conflitos com moradores do interior e entorno dos parques quanto a extração ilegal de madeira e caça.
- ☐ Controle da visitação pública.
- ☐ Outros: _____

2. O território dos PARNAs sobrepõe-se ao território de três municípios. Qual a relação existente entre a administração dos parques e a administração destes municípios?

- ☐ Existem convênios entre os parques e prefeituras para realizar atividades relacionadas aos parques.
- ☐ Ocorre a execução em conjunto de projetos voltados para a educação ambiental, melhoramento da estrutura dos parques e melhor atendimento ao visitante.
- ☐ As administrações municipais são parceiras da administração dos parques na resolução dos problemas existentes nas unidades.
- ☐ A relação é esporádica e só ocorre quando as administrações municipais necessitam de algum parecer fiscal por parte da administração dos parques.
- ☐ Existe relação de diálogo entre a administração dos parques e administrações municipais, porém muito superficial e informal.

3. Considerando que a administração dos PARNAs é de caráter muito mais técnico do que político e, em função disto, encontra certas dificuldades na reivindicação e no atendimento de demandas encaminhadas a Brasília. Na sua opinião como as administrações municipais podem contribuir ?

- ☐ O caráter político das administrações municipais pode facilitar na resolução dos problemas existentes nos parques.
- ☐ Se as administrações municipais e dos parques nacionais trabalharem alinhadas, buscando os mesmos objetivos, tem mais chance de resolver os problemas existentes nos parques e, conseqüentemente, nos municípios.
- ☐ O fato das administrações municipais trabalharem para resolver os problemas das unidades de conservação não muda em nada, pois tem tanta força quanto a administração dos parques.
- ☐ A administração dos parques considera que as administrações municipais não devem interferir nas demandas das unidades de conservação.
- ☐ Outra resposta: _____

4. Qual o seu ponto de vista sobre a visitação pública nos parques?

- ☐ Deve ocorrer por ser um direito dos cidadãos.
- ☐ É fundamental para o desenvolvimento sustentável das comunidades de entorno dos PARNAs.
- ☐ Proporciona a oportunidade de trabalhar a educação ambiental com os visitantes e reforçar a importância da preservação dos ecossistemas.

- ☐ É importante, porém ocupa muito o tempo e a estrutura do órgão ambiental, impedindo de executar outras tarefas fundamentais para a preservação.
- ☐ Causa um grande impacto negativo aos ecossistemas visitados.

5. No que diz respeito à visitação pública dos PARNAs você é a favor da tercerização?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por quê?

6. Com relação à rodovia Serra do Faxinal você acredita que o ideal seria?

- ☐ Mantê-la da forma que está para evitar um grande fluxo de visitante aos parques nacionais.
- ☐ Asfaltá-la e transformá-la em uma auto-estrada com grande fluxo de veículos, aumentando a visitação dos parques.
- ☐ Transformá-la em uma estrada parque, pavimentada, porém com todas as medidas necessárias para manter a beleza e a preservação do ambiente.
- ☐ Não pavimentá-la mas mantê-la conservada, facilitando o fluxo de veículos.

APÊNDICE G– Entrevista com atores do *trade* turístico de Praia Grande

**ENTREVISTA COM ATORES DO
TRADE TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE**

1. Você considera que Praia Grande possui vocação para o turismo?

☐ Sim

☐ Não

Por quê?

2. (Considerando que o município de Praia Grande possui vocação para o turismo) Em sua opinião, qual(is) o(s) diferencial(is) que Praia Grande possui com relação a outros destinos turísticos? Cite até três, em ordem de importância.

☐ Arquitetura da cidade

☐ Canyons

☐ Eventos

☐ Natureza preservada

☐ Parques Nacionais

☐ Patrimônio cultural

☐ Patrimônio histórico

☐ Rios com águas cristalinas

☐ Turismo rural

☐ Outros _____

3. Com relação aos atrativos turísticos de Praia Grande, quais os principais (que mais atraem os visitantes)? Cite até cinco em ordem de importância.

☐ Atrativos históricos e culturais

☐ Canyon Fortaleza (parte superior)

☐ Canyon Itaimbézinho (parte superior)

☐ Canyon Malacara (parte superior)

☐ Eventos

☐ Trilha do rio do Boi – interior do canyon Itaimbézinho

☐ Trilha das piscinas do Malacara

☐ Turismo rural

☐ Vale da Pedra Branca

☐ Outros _____

4. De acordo com o ICMBio existem 67 Parques Nacionais no Brasil. Praia Grande possui dois parques nacionais que abrangem seu território. Você sabe o percentual do município abrangido pelos dois Parques Nacionais?

☐ Não

☐ Sim

Citar percentual aproximado: _____

5. Diante desta realidade, você considera os parques nacionais algo positivo ou negativo para o município de Praia Grande?

☐ Positivo, por quê?

☐ Preservam nossas riquezas naturais.

☐ São fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística no município.

☐ Representam uma oportunidade para o desenvolvimento de Praia Grande.

☐ Outras razões: _____

☐ Negativo, por quê?

☐ Emperram o desenvolvimento de Praia Grande.

☐ Os parques não são necessários para o desenvolvimento da atividade turística do município.

☐ Praia Grande seria economicamente mais desenvolvida sem os parques.

☐ Outras razões: _____

6. Diante da realidade posta, qual estratégia você considera importante adotar para o desenvolvimento turístico do município de Praia Grande?

☐ Estreitar o diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade do município, com os gestores dos parques, no sentido de resolver os problemas em conjunto.

☐ Planejar o município de Praia Grande considerando a existência dos parques e trabalhando as atividades turísticas alinhadas com esta realidade.

☐ Ignorar os parques e trabalhar as atividades turísticas fora dos parques, pois não existe possibilidade de diálogo.

☐ Lutar pela extinção dos parques, pois se trata de um entrave para o desenvolvimento do município e região.

☐ Não há nada a ser feito, pois os parques são um território e não é possível interferir em sua administração.

☐ Outras: _____

7. Qual a influência dos PARNAs para o sucesso do seu empreendimento?

☐ Meus clientes tem como objetivo principal visitar atrativos localizados nos parques.

☐ Meus clientes não possuem interesse pelos atrativos localizados nos parques.

☐ Os parques contribuem para o marketing do meu empreendimento.

☐ O funcionamento do meu empreendimento depende consideravelmente da visitação pública dos parques.

☐ Não dependo em nada dos parques nacionais.

☐ Outra: _____

8. O seu empreendimento está estruturado e trabalha de forma alinhada com a proposta de preservação dos PARNAs?

☐ Sim ☐ Não

Dê que forma?

☐ A estrutura e a decoração do meu empreendimento possui elementos que se harmonizam com esta proposta.

☐ O meu empreendimento realiza tratamento adequado para os resíduos e evitamos o desperdício.

☐ O meu empreendimento faz questão de evidenciar e divulgar a proposta dos parques para os clientes e colaboradores.

☐ Os parques estão presentes no marketing do empreendimento.

() Realizo trabalhos de educação ambiental e busco reforçar a importância dos parques para meus clientes e colaboradores.

() Outras formas: _____

9. Com relação à atividade turística do município, quais pontos você considera urgente de serem trabalhados?

- () Divulgação do município
- () Melhoria da infra-estrutura dos parques nacionais
- () Melhoria da sinalização turística
- () Melhoria das estradas municipais
- () Melhoria dos empreendimentos de alimentação
- () Melhoria dos empreendimentos de hospedagem
- () Pavimentação da serra do Faxinal
- () Qualificação dos profissionais do turismo
- () Outro: _____

10. Com relação à rodovia Serra do Faxinal você acredita que o ideal seria?

- () Mantê-la da forma que está para evitar um grande fluxo de visitante aos parques nacionais.
- () Asfaltá-la e transformá-la em uma auto-estrada com grande fluxo de veículos, aumentando a visitação dos parques.
- () Transformá-la em uma estrada parque, pavimentada, porém com todas as medidas necessárias para manter a beleza e a preservação do ambiente.
- () Não pavimentá-la mas mantê-la conservada, facilitando o fluxo de veículos.

11. No que diz respeito à visitação pública dos PARNAs você é a favor da terceirização?

- () Sim () Não

Por quê?

ANEXO(S)

ANEXO A - Mapa de inserção das áreas estratégicas internas no zoneamento dos
PARNAS de Aparados da Serra e da Serra Geral

ANEXO B – Mapa de situação fundiária dos PARNAS de Aparados da Serra e da
Serra Geral

